

1 os vinte e sete do mês de março de dois mil e quinze, às nove horas, no plenário da Casa  
2 de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG, realizou-se a centésima nonagésima oitava  
3 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente Maria Alves de Souza  
4 FETAEMG, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Simone  
5 Albuquerque- SEDESE; Hermellis Messias Tirado de Campos – CMAS São Francisco de  
6 Paula; Ronaldo Gonçalves de Oliveira – CMAS Juiz de Fora; Patrícia Pinto Valadares -  
7 FEAPAE/MG; Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; Lúcia Elena Santos Rodrigues -  
8 COGEMAS; Júlio César de Oliveira Brum – IMSNS; Vinícius Queiroga Mendonza –  
9 CMAS/BH; -Marta M. De Castro V. Silva ; SEDESE -Geisiane Lima Soares – Caritas;  
10 Rodrigo dos Santos França – ASSPROM; José Henrique High Rodrigues – SEF/MG;  
11 Denise de Cassia Cunha - CRES 6ªREG; Maria Alves de Souza – Fernanda Maia-  
12 SES/MG; Shirley Aparecida Moreira - CMAS SARZEDO; Conselheiros Suplentes: Ana  
13 Tereza P. Macedo; Isabela de Vasconcelos Teixeira - SEDESE; Tereza Gusmão –  
14 SEDESE; Isabel Fernandes de Azevedo – SES; Renata Vieira – ISBJ; Odete Pereira de  
15 Souza Santos - CMAS Três Maria. Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani;  
16 Nilce Araújo, Ângelo Machado, Vera Lucia Rodrigues, Adelmira Cerqueira, Rosalice  
17 Tassar, Max Douglas, Raquel Trindade, Bruno Chaves, Regina Caldeira, Rosângela  
18 Maria. **SIMONE** - Bom dia a todos. Cumprimentar as pessoas que estão aqui  
19 compartilhando com a gente a reunião do CEAS. Quero cumprimentar nossa secretaria  
20 executiva, nossa secretária Consolação. E nós vamos começar aqui. Eu acho que vou ler  
21 errado: 198ª, obrigada Volney, reunião. Peço a nossa secretária executiva que, por favor,  
22 verifique o quórum. Quero também aqui fazer a menção, e já o agradecimento pela  
23 presença aqui, e registrar a presença do Superintendente de Política de Trabalho, da  
24 Subsecretária de Trabalho e Emprego, Dr. Bruno. Por favor, Bruno. Quero agradecer e  
25 dizer, que eu acabo de lhe dizer, que daqui pra frente em todas as reuniões a nossa  
26 Subsecretaria de Trabalho e Emprego estará presente conosco, numa clara integração  
27 entre assistência social e trabalho. Na hora dos nossos informes, vou passar a palavra  
28 pra ele e já quero agradecê-lo muito. E quero agradecer a presença da Darklane, que é  
29 assessora do nosso secretário, Secretário André Quintão. Quero agradece-la a presença  
30 e agradecer a presença de todos vocês aqui. Vou fazer a, vou passar para a Consolação,  
31 para que ela possa ler as justificativas de ausência. **CONSOLAÇÃO** – Justificar  
32 ausências – Mila Magalhães Ribeiro justificar ausência, pois está de férias. A suplente  
33 dela, a gente soube ontem que ela aposentou. Não tem representação da SEPLAG aqui.  
34 Maria Geralda Vilela Ribeiro, titular da Secretaria de Educação, também se aposentou, e  
35 entramos em contato com a suplente e esperamos que ela possa está presente hoje com  
36 a gente. Mauro é suplente da Associação dos Quilombolas e pelo nascimento do filho. Ele  
37 está quase nascendo - ele mandou e-mail pra gente que não poderia estar aqui, pois o  
38 filho está quase nascendo. **SIMONE**: Eu vou passar agora para o nosso vice-presidente,  
39 para que ele, também, possa cumprimenta-los. **VOLNEY** – bom dia a todos, e nós temos  
40 uma plenária com muita tranquilidade hoje aqui, e que seja feita com muita tranquilidade  
41 por todos nós. Que seja discutido e que esses avanços aconteçam. **SIMONE** – tem um  
42 ponto de pauta que é a apreciação. Pauta a gente ainda não chegou. Apreciação da ata.  
43 Eu quero explicar para os conselheiros que, como esse mês a gente está fazendo a  
44 nossa segunda reunião, não deu tempo da empresa entregar a degravação, por isso que  
45 a gente hoje nos deixaremos para fazer a leitura da ata na próxima plenária, onde, então,  
46 faremos a leitura de duas atas. Vou corrigir que minha secretária executiva disse que a

47 empresa entregou, e não deu tempo da nossa secretária executiva fazer a revisão da ata.  
48 Bem! É, então, vamos apreciar a pauta e, claro, os senhores fiquem à disposição aqui,  
49 para que a gente possa fazer a apreciação. Primeiro é os informes - tem os informes da  
50 CIB, que é dado pelo conselheiro Volney, que representa o nosso conselho na CIB. Tem  
51 também os informes do Conselho Nacional de Assistência Social. Os informes da  
52 conselheira Lúcia do COGEMAS. Tem, também, o pedido de informe do conselheiro  
53 Vinicius. Tem, também, pedido de informe do nosso vice-presidente. E, também, informe  
54 do conselheiro Rodrigo, a cerca da Comissão Estadual do Bolsa Família. Claro que aqui  
55 estão os informes que foram solicitados oficialmente. Sei que abrirei para que todos os  
56 conselheiros possam também dar seus informes. Depois nós teremos a eleição da mesa  
57 diretora do conselho estadual, depois a discussão da 11ª Conferência Estadual de  
58 Assistência Social, onde nós, então, faremos a formação da comissão organizadora da  
59 nossa conferência, e uma avaliação da conferência passada, e das diretrizes para o início  
60 do trabalho da comissão organizadora. Teremos, também, a escolha de representantes  
61 do Conselho Estadual de Assistência Social, para reunião ampliada do Conselho  
62 Nacional. Ainda na parte da manhã, se Deus nós der fôlego, nós faremos o debate, aqui  
63 solicitado pelo pleno do conselho, sobre o piso mineiro. Paramos para almoçar, depois  
64 retornamos e faremos uma apresentação de um indicador feito pelo Ministério de  
65 Desenvolvimento Social, e já apreciado, e em processo de apreciação pelo Conselho  
66 Nacional de Assistência Social, que é um indicador de conselhos que, com certeza, esse  
67 indicador de conselho servirá de parâmetro para o controle social no Brasil. E logo depois  
68 faremos a distribuição de processo relativo à Usina. Todos no município de Dores de  
69 Guanhães, PCH Dores de Guanhães, conselheira Patrícia - da Federação das APAES,  
70 PCH Jacaré, conselheira Lúcia do COGEMAS, PCH Senhora do Porto, conselheiro  
71 Vinicius, depois nós teremos relatório de processo do PCH Bebedouro, avaliação do PAS  
72 Barragem, com vistas à licença de instalação, Uruana de Minas Unai, conselheira Maria  
73 Alves de Souza - FETAEMG, depois, também, traremos para apreciação o ofício que  
74 enviaremos ao MP de Morada Nova. E, por fim, o relato das comissões temáticas, da  
75 comissão de orçamento e financiamento, da comissão de política, da comissão de  
76 normas, da comissão de apoio aos conselhos e da comissão de ética. Para apreciação,  
77 em discussão, então está aprovado à pauta da nossa plenária. Então abrirei para os  
78 informes. Vou passar para o nosso Vice Presidente, para que ele possa fazer os  
79 informações da Comissão intergestora Bipartite. **VOLNEY** – É, eu queria depois que você,  
80 Simone, queira complementar, Isabela também, estivemos na reunião da CIB. Bom, na  
81 reunião que aconteceu no dia 6 de março, houve aprovação do calendário para o ano de  
82 2015 da CIB. Já chegou para o conselho Consolação? A CIB já mandou o calendário para  
83 o conselho, ou não? Houve também a presença da coordenadora do CAPACITA-SUAS  
84 na UFMG. Informando o sucesso que foi o CAPACITA SUAS, e que a UFMG também  
85 está criando um banco de dados com professores dentro da área da assistência, e no  
86 último CAPACITA SUAS foram 19 professores, e tem uma certa dificuldade de contratar  
87 professores, dentro, para o CAPACITA-SUAS, e eles já estão montando também este  
88 banco de dados, também. Houve a discussão de um relato na câmara técnica de  
89 regionalização da proteção especial de média e alta complexidade. Nesse item, caso você  
90 queria complementar Isabela, você viu Simone. Os pontos foram esses no encontro da  
91 CIB. Você quer complementar Simone? **SIMONE** – não! Só quero dizer aos conselheiros  
92 que a Comissão Intergestores Bipartite, nós estamos discutindo o plano de

93 regionalização, é nós, quando chegar no ponto do ofício que mandaremos para o MP, eu  
94 vou tentar deixar mais claro, porque tem uma expectativa do CEAS, já colocada ali por  
95 vários conselheiros, de que nós possamos, também, retratar a resolução feita por este  
96 conselho com relação à regionalização, à luz do debate que estamos fazendo na CIB.  
97 Isabela quer complementar? Então! Muito obrigado conselheiro. Eu vou passar para a  
98 nossa secretária executiva, que fará os informes dos ofícios e encaminhamentos do  
99 CNAS. Por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO** – nesse momento vou fazer da reunião  
100 regional e deixar a questão da conferência para o tema de pauta, e da reunião  
101 descentralizada também. Então, nós vamos. Já é de conhecimento deste conselho que  
102 estamos, aqui, sediando a reunião regional com a Região Sudeste e Sul. Essa! É da  
103 regional é isso do Brasil. E essa reunião ocorrerá na Cidade Administrativa, nos dias 23 e  
104 24 de abril, então já tem. Está previsto duas oficinas temáticas- irá ter uma conversa com  
105 os conselhos, uma oficina sobre controle social, mecanismo de mobilização para  
106 participação de trabalhadores e usuários e entidades, e processo de interação e  
107 integração dos conselhos, e gestão local. Ainda teremos uma oficina de controle social,  
108 fortalecimento, aperfeiçoamento, competência, estrutura e orçamento. Inclusive, a nossa  
109 presidente foi convidada para estar em uma dessas oficinas. Nesse evento que estamos  
110 sediando. E cada conselho fará uma apresentação, que estamos elaborando, sobre os  
111 desafios do controle social, e no que se refere à questão da gestão estadual e municipal  
112 aqui no Estado. Então, cada conselho tem uma pequena apresentação neste evento. Está  
113 previsto a participação de 100 pessoas - são conselheiros, e, entre eles 7 representação  
114 de cada Estado, sendo de forma paritária, dando 6, 3 governo, 3 sociedade civil, e um  
115 representante da secretárias executivas, e ainda, também, há previsão de participação  
116 neste evento das capitais e metrópoles. Está prevendo 5 pessoas de cada lugar. E ai vai  
117 abrir. Nós estamos fornecendo espaço e um lanche. E a alimentação deles, e  
118 hospedagem, corre por conta de cada participante deste evento. Eu passo para a  
119 presidência, porque a questão da participação, se será todo o conselho estadual nestes  
120 dias para ser definido. **SIMONE** – Veja só gente. Essa reunião que o CNAS faz, é uma  
121 reunião que vem servindo, não só de pauta para o conselho nacional com os conselhos  
122 estaduais, mas é uma pauta que o CNAS ele abre para outros municípios. Mas como é  
123 uma reunião de trabalho, não é um seminário, não é um encontro - ele limita o número de  
124 participação. Então, ontem, na presidência ampliada nós discutimos e fizemos a conta,  
125 que eu vou pedir ajuda, né? Por que vou ter que lembrar de memória. Então são 7  
126 Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio  
127 Grande do Sul. Então, são  $7 \times 7 = 49$ , mas o que nós discutimos é o seguinte: que nós  
128 tentaremos bancar 7 representações que já está definido pelo conselho estadual dos  
129 Estadual dos 7 Estados e no Estado de MG, nós vamos tentar fazer com que todos os  
130 conselheiros titulares do CEAS participem. Nós, também, discutimos que nós abríamos  
131 também, tentaríamos definir aqui, que houvesse a representação da Capital, é um critério.  
132 E, um outro critério e lógico, é pra discutir aqui que seria para a uniões regionais -  
133 URCMAS. E, claro, que mesmo que todo mundo quisesse se inscrever, não teria vaga.  
134 Então, um outro critério, seriam os primeiros a se inscreverem desses locais. É isso?  
135 **CONSOLAÇÃO** – A gente vai ter essa informação do CNAS, em 8 de abril. Por isso está  
136 sendo uma proposta de critérios, e lá só cabem 100 pessoas, na verdade 95, na sala que  
137 arrumamos. Então, com a informação do CNAS, que o limite de inscrição, é depois de  
138 abril que a gente vai ter condições de falar que pode, realmente, ser articulado para

139 preencher essas vagas. **SIMONE** – ficou claro, gente? Todos concordam com esse  
140 critério? Alguém quer colocar alguma questão? Volney. **VOLNEY**- quero saber o seguinte:  
141 se a gente definir pela vinda de todos os conselheiros, mesmo os que estão no interior,  
142 temos como bancar essa vinda? Não tem o menor problema. Ok, ótimo! **LÚCIA** –  
143 **CONGEMAS** - só queria sugerir que caso o titular não possa comparecer, que seu  
144 suplente só questão de ordem. **SIMONE** – obrigada Lúcia. Mais alguém? Então,  
145 ficaremos assim então. Nós teremos aqui no Estado, a participação de todos os  
146 conselheiros titulares, e, claro, que na ausência dos titulares, seus suplentes, mais os  
147 conselheiros representantes do Conselho Municipal de Assistência Social de BH. E mais  
148 a representação das uniões de conselho regional. Tendo como prioridade os que se  
149 inscreverem primeiro, tendo em vista o limite de 100 participantes. Tá bom, então tá bom!  
150 Pois não. **PATRÍCIA – FEAPAES** – a inscrição será feita individualmente cada  
151 conselheiro? **CONSOLAÇÃO** – a secretaria executiva vai fazer. Só estava esperando,  
152 logicamente, a mesa diretora dar todo esse indicativo trazendo para a plenária, e, assim  
153 aprovado, nós vamos fazer todas as inscrições. Só lembrei, como a Lúcia falou dos  
154 titulares, porque vou fazer a inscrição, e se não for vir já falar, não vai perder aquela vaga.  
155 E se as pessoas presentes puderem manifestar pra mim, não precisa ser agora  
156 publicamente, só falar se vão estar presentes lá, pra que a gente possa fazer, e quem  
157 está faltando a gente vai fazer contato por telefone. Obrigada. **SIMONE** – eu quero  
158 anunciar que a nossa nova conselheira estadual Marta Silva - peço uma salva de palmas  
159 para ela. Obrigada pela presença, seja bem vinda ao Conselho Estadual. Ontem, ficamos  
160 até tarde correndo atrás da nomeação dela. Não sei se conseguiu sair. Ai que bom! Muito  
161 bem vinda, viu Marta? Quero também. Que chique! Quero chamar a conselheira Marta  
162 Castro Vieira da Silva, para que assine seu termo de posse. Preparem as fotos, que nós  
163 vamos bombar no face. Vou passar para a Marta, sai dos informes, mas vou voltar para  
164 ele. Marta você quer falar? **MARTA**- não! Dizer quanta honra poder estar de volta a esse  
165 conselho, né Simone? Que trabalhamos no início da construção, em que eu já exercia a  
166 função de vice-presidente, fui presidente interina. A gente conduziu uma conferência  
167 estadual. Me sinto honrada de estar de volta, com pares tão queridos no meu coração,  
168 também. Obrigada. **SIMONE** – obrigada! Quero passar para a conselheira Lúcia, que  
169 representa, nesse conselho, o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social.  
170 **LÚCIA** – **COGEMAS** – o que temos de mais significativo para compartilhar, é que alguns  
171 conselheiros não estavam presentes, que foi a reunião do **COGEMAS** no dia 6 de março,  
172 que foi uma reunião extremamente importante, considerando a abertura de uma nova  
173 gestão e nós. O **COGEMAS** realizou um seminário com a participação do Secretário, e a  
174 pauta, que foi discutida com o conselho na plenária ampliada, foi também apresentada na  
175 reunião do **COGEMAS**, e nós tivemos seguramente mais de 500 municípios, porque o  
176 auditório da Cidade Administrativa Juscelino Kubistchek é pra 500 pessoas, e tivemos que  
177 acomodar muitos pelas escadas. Então foi um marco muito significativo. Talvez tenha sido  
178 a reunião do **COGEMAS** que reuniu o maior número de municípios, e isso retrata bastante  
179 o clima de apreensão vivenciado pelos municípios nos últimos anos. E que a grande  
180 maioria se fez presente nesse seminário, para que pudesse se inteirar das novas  
181 propostas. O que foi colocado na parte da manhã pelo Secretário, foi muito bem recebido  
182 pelos municípios, e, é claro, que todos nós gestores temos uma apreensão não só à  
183 situação financeira e orçamentária do Estado, e que foi, claramente, exposta pelo nosso  
184 Secretário André Quintão. Assim como, também, os municípios expressaram a mesma

185 preocupação, considerando que a maioria dos municípios também já enfrentam as  
186 dificuldades desde o segundo semestre do ano passado. Na parte da tarde, foi realizada  
187 uma outra mesa com a participação da nossa presidente Simone Albuquerque, como  
188 nossa Superintendente da nossa Secretária Adjunta, em que as discussões pertinentes à  
189 gestão do SUAS foram tratadas de maneira bastante elucidativa. Nós temos uma  
190 expectativa muito positiva desse novo período que se inicia, e algumas em questões já  
191 foram, inclusive, apontadas pela superintendência como temas de debates importantes a  
192 serem desenvolvidos na reunião do COGEMAS. Existe uma posição muito clara de  
193 trabalho em conjunto com a diretoria da SEDESE, para que condições renovantes em  
194 relação aos municípios sejam tratados em cada um dos encontros mensais. Você quer  
195 completar alguma coisa Simone? Você estava lá até o final. Então é isso, basicamente é  
196 ressaltar a importância desse encontro de março. **SIMONE** – bem, enquanto o  
197 conselheiro Vinicius acaba de chegar, porque tem informe dele na pauta, vou passar para  
198 o conselheiro Volney. **VOLNEY** – bom, no dia 23/03 aconteceu na sede do Conselho  
199 Regional de Psicologia o encontro dos trabalhadores do SUAS. Tiveram presentes lá,  
200 representantes da Psicologia, uma conselheira do CRESS e uma representante da  
201 musicoterapia. Então, já vínhamos trabalhando há um tempo atrás, e houve uma definição  
202 para que haja uma plenária estadual do Fórum dos Trabalhadores do SUAS no Estado de  
203 MG. Então, definimos a data de 22/08/2015. Eu vou trazer. Vamos publicizar o e-mail para  
204 contato, e queríamos muito pedir para que todos vocês divulguem nas redes essa  
205 plenária que acontecerá, e teremos alguns outros encontros que vão anteceder para  
206 organização desta plenária. Então a gente queria muito contar com a ajuda de vocês na  
207 divulgação dessa plenária, para que possamos preparar a instalação da mesa de  
208 negociação dos trabalhadores e para que outros avanços possam vir. Então, o e-mail  
209 para contato é [fetsuasmq@googlegroups.com](mailto:fetsuasmq@googlegroups.com). Então repetindo  
210 [fetsuasmq@googlegroups.com](mailto:fetsuasmq@googlegroups.com). Então, vai acontecer no dia 22/08/2015. E a gente depois  
211 vai divulgar local, e outros informes. **SIMONE** – obrigada conselheiro Volney. Vou passar  
212 para o conselheiro Rodrigo, para os informes da Comissão Estadual do Bolsa Família.  
213 **RODRIGO** – bom dia a todos. O encontro da Comissão Estadual do Bolsa Família  
214 ocorreu dia 10/03, na Cidade Administrativa, e foi apresentado pela comissão o calendário  
215 para os encontros de 2015, e também o plano de capacitação para 2015. Foi informado a  
216 capacitação do CIBEC, também, com calendário para as turmas que virão participar. E  
217 também sobre os índices da constitucionalidade de educação, saúde e assistência social.  
218 E, além dessas discussões, foi tratado, com certo cuidado, sobre o pacto de  
219 aprimoramento do SUAS, que é uma necessidade da assistência estar se atendo à essa  
220 responsabilidade de ter o bolsa sobre o seu olhar, até para podermos avançar nas  
221 questões que foram ditas, como, por exemplo, o baixo índice de atualização cadastral. A  
222 Tereza está aqui - a gente ficou muito preocupado. Estou vendo o presidente Vinicius, de  
223 BH URCMAM, e muitos representantes de conselhos de outros locais, e que a região  
224 metropolitana está com mais de 30 municípios com baixa atualização cadastral. Isso é de  
225 preocupar, porque, até no momento das discussões, levamos a nossa preocupação com  
226 esse momento de possível restrição hídrica, e estamos sabendo desse reajuste de tarifa  
227 de água e luz, e já deixamos uma possível tarefa de estudo das tarifas sociais sobre como  
228 vai impactar, sim ou não, o nosso usuário na ponta, que é uma preocupação nossa. Então  
229 a gente vem construindo e tentando garantir e orientar, e, em relação a essa cidadania  
230 ativa, a gente gostaria que aquele que já superou e já melhorou sua renda, que já saiu da

231 tarifa social, ótimo. Mas aquele que ainda continua e está no seu território, e está sendo  
232 um possível beneficiário dessas tarifas, seja mantido e chegue na ponta, levando uma  
233 abordagem gerencial e instrumental da coisa na ponta. Então é isso, se Tereza quiser  
234 complementar, não sou só eu, Tereza também. A palavra está franqueada. Obrigado.  
235 **SIMONE** – conselheira Tereza. **TEREZA** – o Rodrigo colocou muito bem o que foi  
236 discutido na reunião, e acrescentando, que dentro das ações de capacitação, está  
237 previsto também uma capacitação específica para os municípios, que estão com  
238 atualização cadastral menor que 0,55, que é uma ação para fomentar o índice e  
239 atualização cadastral do CADUNICO. Seria só isso mesmo. Muito obrigada. **SIMONE** –  
240 obrigada, conselheiros. Eu queria fazer uma proposta, porque eu acho extremamente  
241 importante que o Conselho Estadual de Assistência Social, ele traga e discuta, e se  
242 aproprie do debate do controle social do maior programa de transferência de renda do  
243 Sistema Único de Assistência Social. Então conselheiro Rodrigo, eu queria sugerir, se o  
244 senhor assim permitir, que os trinta municípios que o senhor citou, e que pudéssemos  
245 informar os Conselhos Municipais de Assistência Social a cerca deste assunto, e  
246 pedíssemos a esses conselhos que eles debatessem a questão da assistência social, a  
247 atualização cadastral para os conselheiros que não sabem, é a coisa mais importante  
248 para a gestão de um benefício é você ter informações precisas no cadastro. É através da  
249 informação que a família permanece com o benefício, é através da informação que é  
250 capaz de incluí-la no serviço, mas é também através da informação cadastral, que o  
251 município poderá ganhar, ou não mais, dinheiro por causa do IGD, e o governo do Estado  
252 também. Impacta nos recursos do governo do Estado. Então, acho que é muito  
253 importante o relato feito pelo conselheiro, é conselheiro Ronaldo também. Acho que,  
254 conselheiro Ronaldo, talvez a comissão de acompanhamento de conselhos pudesse  
255 informar aos municípios e debatem o assunto e se apropriem. Lúcia. **LÚCIA** - Nesse  
256 informe eu considero que seria bastante oportuno retornar a resolução 18, que possibilita  
257 que sejam formadas equipes em parceria com a sociedade civil com atualização  
258 cadastral. Porque muitos municípios alegam a falta de trabalhadores, de servidores, para  
259 realizar esse trabalho. No meu município nós tínhamos essa questão e enfrentávamos,  
260 inclusive, e nos preocupando bastante, e é claro que precisa de um acompanhamento e  
261 de um trabalho muito próximo da equipe. Obviamente que ela precisa ser acompanhada  
262 por um profissional de serviço social bem treinado, bem capacitado, e esse  
263 acompanhamento pela equipe do cadastro, pela equipe do bolsa, isso tem que ser muito  
264 fina, tem que ser uma leitura muito fina do que tem que ser feito. Mas por outro lado,  
265 viabiliza não só atualização cadastral, mas mediante busca ativa, visita domiciliar, o que,  
266 às vezes, para as equipes dos CRAS nos municípios é muito difícil de fazer. **SIMONE**–  
267 obrigada conselheira. Todos concordam, gente? É mais nossa obrigação informar aos  
268 conselheiros. Quero passar agora para o conselheiro Vinicius, que vai informar a cerca do  
269 seminário - 5º Seminário dos Trabalhadores Municipais de BH. **VINICIUS** – bom dia a  
270 todos. Bom, ontem nós fizemos o 5º Seminário dos Trabalhadores Municipais do  
271 SUAS/BH. Ainda não fizemos uma contabilidade, não deu tempo de fechar de ontem para  
272 hoje, mas acredito que tivemos uma média de 300 a 380 trabalhadores presentes no  
273 seminário. Envolvendo tanto trabalhadores do setor público, quanto do setor privado, de  
274 vários níveis profissional do SUAS, nível superior e médio. E foi um seminário muito rico  
275 para nós, que tratou de temas como a identidade dos trabalhadores no SUAS, o que nos  
276 une, o que nos fortalece, quais são nossos desafios. Os avanços e conquistas dos

277 trabalhadores tanto a nível nacional, quanto no nível municipal também. E também  
278 tivemos um debate muito rico na parte da tarde sobre a mesa de gestão do SUAS, que foi  
279 instituída no ano passado, em 2013. Dezembro de 2013 em nível nacional, e esteve  
280 presente José Cruz do MDS, que veio trazer e atualizar informações de como está o  
281 andamento da instituição da mesa é as pautas que já estão colocadas e já estão  
282 caminhando para iniciar a construção do regimento interno dessa mesa de gestão do  
283 trabalho, e esteve presente, também, a Fernanda Magano, que trouxe contribuições do  
284 Fórum Nacional dos Trabalhadores para este debate, discussão, e quais são os nós de  
285 debate com o MDS, e como que isso vem trazendo consequência para o estado, e para  
286 os municípios, no que diz respeito aos trabalhadores. Foi um seminário muito rico e  
287 produtivo. A gente também pode trazer apresentação de trabalhos dos próprios  
288 trabalhadores. Então, 8 trabalhadores do município se apresentaram, contaram sua  
289 experiência na ponta, os entraves e avanços, reflexos e críticas e produção intelectual  
290 sobre o trabalho na ponta, foi muito rico mesmo, e a gente avalia que foi um saldo positivo  
291 a participação no seminário, a participação dos trabalhadores, tanto como ouvintes como  
292 palestrantes. Tivemos um retorno bacana - a Simone esteve lá e falou, e trouxe pontos  
293 importantes para nós. E assim, considerando a presença dela agora no CEAS, vindo para  
294 fortalecer a pauta dos trabalhadores no Estado e nos Municípios. Fico feliz que o Volney  
295 já trás a data do seminário dos trabalhadores vem no momento oportuno. Acho que até  
296 fica uma sugestão, e poderia trazer esse molde de tentar que os trabalhadores do Estado  
297 pudessem inscrever trabalhos, que isso enriquece muito o seminário, que as pessoas se  
298 veem naquele lugar também. Ao final do seminário teve um trabalhador que me procurou  
299 e disse que não sabia que a gente tinha tantos profissionais capacitados e envolvidos,  
300 para poder dizer e fazer uma palestra tão interessante e rica, como a gente viu aqui hoje.  
301 É muito bom que os outros trabalhadores conseguem ver essa capacidade e o corpo  
302 técnico, que a gente tem também no SUAS. Então era esse o informe, e se precisar de  
303 mim, Volney, pra ajudar na organização do seminário fico à disposição. **SIMONE** –  
304 obrigada, conselheiro Vinicius. Agora vou passar para a conselheira Renata. **RENATA** –  
305 bom dia. Eu trouxe hoje uma provocação para esse conselho: é um informe de uma  
306 situação que está acontecendo no município de BH, e uma provocação para gente pensar  
307 de que forma o CEAS pode ajudar o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, na  
308 situação que estamos vivendo agora, para pensarmos que interlocução que este conselho  
309 pode estabelecer com as outras política no sentido de nos ajudar. O fórum hoje ele  
310 contempla 30 instituições da sociedade civil, que realizam atendimento à criança e  
311 adolescente no município de BH, e o município de BH executa o programa, que eu acho  
312 que todos conhecem, que é a escola de tempo integral. Esse programa conta com o apoio  
313 de cerca de 70 instituições, que fazem atendimento às crianças e adolescentes no contra  
314 turno escolar, o programa. A prefeitura municipal, por meio da SEMED – Secretaria  
315 Municipal de Educação, repassa às instituições um recurso para que realizem o  
316 atendimento das crianças e adolescentes da cidade. É 80 reais per capita por criança  
317 atendida, e essas crianças estão nas escolas públicas municipais e estaduais, e o nosso  
318 convenio é com a SEMED, Secretaria Municipal de Educação. A SMED recebe da  
319 Secretaria Estadual de Educação, um recurso pra é uma parceria entre estado e  
320 município, de forma que o estado arque com as crianças da escola estadual, e a  
321 prefeitura com as crianças da escola municipal. Ocorre que não é a primeira vez que o  
322 programa só para contextualizar. Esse programa era prestado pela assistência social no

323 município e chamava-se Programa de Socialização de 6 a 14, e, em 2011 o programa,  
324 por uma normativa do Governo Federal, migrou para a educação dentro das referências  
325 do Programa Mais Educação, e foi contemplado no  
326 Programa Escola Integral. Desde então, os problemas que as instituições passaram a ter  
327 foram recorrentes - atrasos no repasse do recursos. E não há uma metodologia, uma  
328 proposta política pedagógica definida, e nós ficamos um pouco órfãos porque a SMED,  
329 ela repassa os recursos, mas quando ela tem algum problema do convênio com o estado  
330 ela penaliza as instituições e corta o recurso, que ela repassa, e as instituições não tem a  
331 quem recorrer. Nós já procuramos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança,  
332 solicitamos um apoio. Afinal de contas é uma política de atendimento à criança, e o  
333 Conselho fez uma interlocução com a Secretaria de Estado com a Secretaria Municipal de  
334 Educação, mas a conversa não avançou muito. Pedimos o apoio do Conselho Municipal  
335 de Assistência Social, porque as crianças que atendemos estão no programa de  
336 fortalecimento de vínculo. Nós prestamos contas para o Conselho Municipal de  
337 Assistência Social por esse atendimento, por essa parte do programa que trabalha a  
338 questão do fortalecimento de vínculos, e no nosso relatório temos que prestar um relatório  
339 sempre para o CMAS, por esse atendimento, por essa parte do programa que  
340 trabalhamos. O CMAS entende que essa é uma pauta da educação e que não tinha que  
341 se haver com isso. E ai ninguém quer se haver com o problema. O fato é que instituições  
342 já fecharam, crianças ficaram sem atendimento no município, e agora estamos com  
343 atraso desde janeiro, deste ano, sem repasse, com o programa acontecendo. É um  
344 programa de muito baixo custo, que é 80 reais por criança e adolescente, que é muito  
345 baixo para custear um programa, uma política pública. É um programa de prevenção e  
346 ninguém quer se haver com a questão. Então eu trouxe essa demanda do fórum  
347 municipal de BH, da criança e do adolescente, pra gente debater um pouco, e ver de que  
348 forma esse conselho pode apoiar, seja na interlocução com a educação, seja elaborando  
349 um documento solicitando o gestor que preste contas disso. De alguma maneira, eu  
350 acredito que este conselho precisa se haver, porque é uma política também da  
351 assistência social. Nós estamos nas plantas, nas favelas onde ninguém mais quer estar.  
352 Fazendo um trabalho que eu vejo que, enquanto estamos à cavalo, o tráfico está a jato.  
353 Cortamos nossos meninos e as famílias e estamos um pouco sem referência, sem saber  
354 a quem recorrer. Trouxe essa pauta para a gente debater um pouco, pra saber de que  
355 forma a gente pode ajudar essas instituições, Então queria ouvir um pouco de vocês.

356 **SIMONE** – bem, mais do que um informe, a conselheira Renata trouxe uma questão.  
357 Quero saber se ela quer que a gente coloque em pauta. Então está na próxima pauta do  
358 nosso conselho. Quero sugerir que a gente convide a Superintendência de Assistência  
359 Social da SEDESE pra gente discutir a instrução conjunta que saiu sobre o Mais  
360 Educação e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é isso que a  
361 conselheira está se referindo. E que a gente possa convidar também o responsável pela  
362 Secretaria de Educação. Nós faremos o convite conselheira Renata, e colocaremos em  
363 pauta. Tá bom? Por nada! Bem! Vou passar para o conselheiro Júlio, que está louco para  
364 falar. **JÚLIO** – bom dia a todos demais pessoas presentes Vou relatar aqui a minha  
365 participação na reunião que participei na quarta-feira passada do FICTIPA, entre os  
366 municípios. Entre os temas que foram abordados foi o Projeto Trampolim, apresentado  
367 onde busca atender adolescente medida socioeducativa, que tenta fazer, além do  
368 atendimento, a inclusão dele diretamente a um emprego. E a outra discussão foi sobre a



369 programação do festival FICTIPA. A programação será em Maio. Foi um tempo grande  
370 até para aprovação regimento das atividades que acontecerão no dia, depois também  
371 teve outra programação de julho, o dia da luta contra o trabalho infantil, mas o que eu  
372 gostaria de aprofundar um pouco mais é da Juliana, que atua juntamente com a Elvira, e  
373 ela trouxe um tema que eu considero relevante até para as entidades, que atua na  
374 aprendizagem. Ela relatou que esteve em Brasília em uma reunião, juntamente com o  
375 Ministério do Trabalho, emprego e empregadores, e foi discutido a redução da carga  
376 horária da aprendizagem. Isso é extremamente importante, redução pra 300 horas  
377 teóricas, e ou mesmo não mais existir aula teórica para aprendizagem. Uma situação  
378 complexa para se discutir, e vai ter uma próxima reunião agora, ainda esse mês, e ela  
379 convidou algumas pessoas que lá estavam, e inclusive do Conselho Nacional, que vai  
380 estar representando lá. E mais algumas representações que realmente tivesse mais  
381 conhecimento da área, os trabalhadores que estavam lá que é da CUT, que ela citou, não  
382 tinha conhecimento para estar posicionando contrário às modificações que estar por vir.  
383 Então, ela sugeriu que tivesse pessoas representando os trabalhadores e que  
384 defendessem a causa dos trabalhadores. O pessoal da ASPROM, representantes da  
385 ASPROM estavam lá, mas infelizmente é uma coisa que se discutindo e se pretende  
386 mudar a lei da aprendizagem, e está se fazendo mais é a questão do empregado. Então,  
387 tema importante e considero que foi o mais relevante da discussão do FECTIPA. **SIMONE**  
388 – obrigada conselheiro. Agora vou passar para a conselheira Denise, do Conselho  
389 Nacional de Serviço Social. **DENISE** – bom dia a todos e todas. Não é um informe - na  
390 verdade coloquei, ontem, na comissão de política e resolvi trazer aqui pra plenária. Em  
391 razão de todo o movimento em relação à maior idade penal, onde várias instituições e  
392 entidades do país já se manifestaram publicamente, a gente indica que a plenária deste  
393 conselho possa fazer uma nota, colocar no site e dar publicidade ao posicionamento  
394 contrário á redução da maior idade penal aqui pelo CEAS. **SIMONE** – obrigada  
395 conselheira Denise, só informar à senhora e aos outros conselheiros que ontem na  
396 reunião da presidência ampliada. **SIMONE** – Vou passar então para o conselheiro Volney,  
397 para que ele possa trazer para o pleno os nomes e as indicações feitas pela sociedade  
398 civil. **VOLNEY** – bom! Dentre as nossas discussões, a sociedade civil ela está fazendo a  
399 indicação para primeira secretária, a Patrícia, que representa a Federação das APAES.  
400 Para uma grande surpresa de vocês, nós indicamos para a presidência porque tem essa  
401 alternância agora. Uma outra mulher também. Agora é a vez das mulheres. Achamos  
402 significativo, e importante, trazer o usuário para este lugar, e nós indicamos a Maria da  
403 FETAEMG pra presidência do conselho. **SIMONE** – e nós discutimos também na  
404 sociedade civil, é a falha, desejo escapole pela boca. E morre também. Vamos lá. Eu  
405 gostaria, também, de anunciar os nomes discutidos pelo governo, uma dupla super  
406 dinâmica, eu e o Hermes. Vice Presidente e ele como segundo secretário. Nós discutimos  
407 também, e é uma pergunta Volney que vou fazer para você, e a gente colocou na  
408 discussão do governo de que a indicação de vocês nós faríamos uma pergunta, que foi  
409 um debate na nossa reunião ampliada ontem, essa nossa queridíssima conselheira  
410 candidata, a presidenta, ela não será candidata na próxima eleição, porque  
411 compreendemos no debate, de ontem da reunião ampliada, de que quem for concorrer no  
412 próximo pleito não deve compor a comissão organizadora da conferência. Então, gostaria  
413 antes de proceder a votação dos candidatos, eu gostaria, por favor, que você  
414 respondesse pra nós. **VOLNEY** – E a gente iria abrir para os demais conselheiros da

415 sociedade civil se manifestar. **Denise**– Na verdade, a gente não fez. Não. Na verdade a  
416 gente fez muitas discussões na verdade. Em primeiro momento, não tínhamos consenso.  
417 Uma parte considerou que o, e, em primeiro momento, seria, conjunturalmente, falando  
418 oportuno que essa gestão se mantivesse até a conferência, e em razão da necessidade  
419 da gente se adequar a essa condição, foi uma discussão densa, foi rica e chegamos ao  
420 final, depois de muita discussão com indicação, com o nome da Maria. Quando eu  
421 ponderei, inclusive, essa questão que você colocou e ela se colocassem nesse lugar, elas  
422 teriam que ter essa informação. A informação, tanto que o Júlio e o Volney trouxeram, que  
423 isso não estava amarrado nem em regimento interno, e nem em estatuto. Então a Maria  
424 não teve essa informação. Foi isso que vocês disseram, que essa discussão não teria  
425 sido fechada ontem e que era para ser ainda avaliado, e que se estava inscrito no  
426 documento não foi isso gente, ou estou enganada. Então, essa discussão não foi feita  
427 para efeito de decisão da Maria. **CONSOLAÇÃO**– gente, isso não é matéria de regimento  
428 interno, isso é matéria de regulamento. Os regulamentos de processos de escolhas.  
429 Eticamente, se você tem um grupo, e isso você vê nos Conselho Nacional e todas outras  
430 estâncias, se você tem um grupo que coordena e vai assinar, que o presidente vai assinar  
431 habilitação de entidade, inclusive, a pessoa não pode ser ela a candidata daquela  
432 entidade. Isso, no mínimo, é uma questão até ética, porque ela vai assinar. Quem tiver na  
433 presidência do conselho, preside também a comissão organizadora do processo de  
434 escolha, que acontece também dentro na conferência e essa pessoa vai assinar as  
435 habilitações dos pedidos de candidatura para compor o conselho estadual. A entidade  
436 pode candidatar. Agora a entidade não pode mais indica-la e nem a você, por exemplo,  
437 que estão na diretoria. É vai ser o presidente e o vice que vão responder por isso, então  
438 presidente e vice. **SIMONE** – olha só gente. Maria minha querida, olha só gente! Agora!  
439 Não você quer falar Volney. Pode falar. **VOLNEY** – ontem houve a discussão e eu não  
440 concordei com esse posicionamento, e foi sugerido que porque uma vez que a nossa  
441 conferência o processo eleitoral temos a presença do MP no processo eleitoral, então  
442 acho interessante um parecer jurídico se a pessoa pode ou não se candidatar. Não vejo  
443 nenhuma dificuldade se a pessoa pode ou não se candidatar - eu não vejo dificuldade. O  
444 processo está sendo monitorado pelo MP. **SIMONE** – gente, olha só! Eu faço questão de  
445 colocar aqui a minha posição particular e a posição do governo, de que quem conduz o  
446 processo eleitoral não pode ser candidato. Isso é uma questão ética de transparência, de  
447 lisura do processo. Calma, isso é uma coisa. Vou tentar fazer uma proposta para deixar  
448 claro as regras do jogo. Não podemos abrir mão de princípios que a gente tem. Mas eu  
449 sugiro Maria, que se você concordar que a gente faça o seguinte, que a gente separe as  
450 pessoas que vão compor a comissão organizadora da conferência, das pessoas que irão  
451 conduzir o processo eleitoral. Claro que isso me passou pela minha cabeça nesse exato  
452 momento, mas, e eu faço questão que a gente registre isso. Que a gente vai sentar, eu e  
453 a presidenta Maria, e o secretários, e vamos pensar numa forma onde aconteça no  
454 mesmo período, mas com processos diferentes. Essa minha preocupação, e o Volney  
455 sabe disso, que quando formos convocar a Conferência Estadual havia a convocação das  
456 duas coisas. Convocava para a Conferência Estadual e convocava também pra a eleição  
457 da sociedade civil. Ai, falei. Opa! Eu, que a minha vida inteira, lutei para que a sociedade  
458 civil tivesse seu fórum próprio, não serei eu representante do governo que irei convocar a  
459 eleição da sociedade civil. Então, talvez a gente possa aproveitar Volney, se vocês  
460 concorrem pra gente refletir este processo que é inovador no Brasil, eleição na

461 conferência de forma transparente, mas que é se a gente junta demais, pode dar esse  
462 tipo de confusão. Pode dar este tipo de interpretação e condutas, então eu sugiro sim,  
463 não sei vou ouvir claro todos vocês, mas eu proponho, então que é a gente antes de  
464 colocar em votação Maria, que a gente faça um acordo entre nós, e que depois saia em  
465 formato de resolução, de que vamos pensar em duas formas de organização e condução  
466 da eleição da sociedade civil e da Conferência Estadual de Assistência Social. É minha  
467 proposta e queria colocar em discussão. Esse silêncio é o que? Esse silêncio é pero sim,  
468 ou pero não? O Volney não ficou claro, qual sua dúvida. **VINICIUS** – é, eu até fiquei  
469 surpreso com esse processo do conselho estadual, e não conhecia como era isso. Já  
470 sabia que a eleição acontecia na conferência, mas não estava ainda não estava claro pra  
471 mim e atrelada. As duas coisas acontecem no mesmo espaço e mesmo tempo, e a  
472 organização ela também é simultânea, e o que eu estou entendendo Volney vou dizer pra  
473 ajudar a esclarecer é que a proposta que formassem duas comissões. Uma comissão  
474 organizadora da conferência e uma comissão organizadora do processo eleitoral. E viriam  
475 duas convocações separadas assinadas por duas pessoas e conselheiros diferentes.  
476 Certo! Então é ai você desatrela o processo eleitoral. Então faria um processo eleitoral  
477 diferente, separado por outras pessoas que estariam organizando o processo eleitoral. No  
478 entanto, ele continuaria acontecendo no mesmo espaço e tempo da conferência. Quem  
479 assinar pelo processo eleitoral, não vai poder ser indicado ao conselho. Você se  
480 desatrela, seria outras pessoas, talvez o primeiro secretário, outro conselheiro assumiria a  
481 coordenação da comissão eleitoral. Acho talvez que é uma proposta muito importante que  
482 é desamarra isso, porque sempre quem tiver conduzindo a conferência não tem  
483 oportunidade. De repente poxa, conduzi uma ótima conferência um ótimo pleito no  
484 conselho, as pessoas até querem que ela continue, mas por uma condição ética de está  
485 conduzindo o processo eleitoral a pessoa não poderá se candidatar. Então acho que isso  
486 desamarra e faz um processo, contribui muito para o processo. **SIMONE** – vou pedir o  
487 Júlio para fazer a pergunta à Consolação no microfone, Consolação, por favor, responda  
488 no microfone e depois vou passar para a Isabela. **JÚLIO** – a pergunta é se isso  
489 interferiria em alguma coisa no regimento? **CONSOLAÇÃO** – no regimento que fala do  
490 processo de escolha, vai falar que o conselho ele irá provocar nesse processo, mas que  
491 ele vai ser normatizado por um ato específico, então não vai ter problema. O que está  
492 acontecendo a isso? Ele está sempre atrelado àquele que preside a conferência, e como  
493 o processo foi entendido como um ponto dentro da conferência, aquela mesma pessoa  
494 responderia por tudo. Agora com essa separação acho que ficou melhor, mais claro, e é  
495 possível de fazer. Eu acredito com certeza e já vou trabalhar nesse sentido, para  
496 apresentar a proposta à diretoria. **SIMONE** – Conselheira Isabela. **ISABELA** – achei uma  
497 solução ótima, proposta interessante e desatrela no sentido que o Vinicius falou, e a  
498 minha questão é mais com relação a composição. Talvez pra gente decidir isso é  
499 importante pensar aqui agora como que seria que sendo um processo eleitoral da  
500 sociedade civil. Membros eleitos aqui na plenária, essas coisas que é importante ficar  
501 claro, acho que no outro formato o governo participava inclusive, mas separando isso  
502 acho que abre até a possibilidade da sociedade civil conduzir o processo eleitoral, como  
503 seria essa composição. **SIMONE** – Marta. **MARTA** - é só queria esclarecer uma dúvida:  
504 se no regimento interno, Consolação, diz que o processo eleitoral será conduzido pela  
505 mesa? Não né. Se for, complicou a proposta. Só queria fazer essa consulta. É por isso  
506 mesmo. (falas ao fundo). **CONSOLAÇÃO** – só pra não ter dúvida, eu peço licença à mesa

507 só pra ler a parte do regimento. Da composição do conselho. O processo de escolha dos  
508 representantes da sociedade civil e dos conselhos municipais, para compor o CEAS,  
509 ocorrerá em conferência estadual. § primeiro, o processo de escolha referido no caput  
510 deste artigo contará com regulamento específico a ser deliberado pela plenária do  
511 conselho. § segundo, o processo de escolha referido no caput deste artigo será registrado  
512 em ata para fins de composição do CEAS e têm outras questões informações  
513 considerada a União, então na fala disso as entidades e conselhos eleitos para compor  
514 indicam seus representantes é não tem. **MARTA** – Ok! Então ele pode tanto ser  
515 conduzido por uma comissão específica para isso, instituída para isso para conduzir o  
516 processo. Aí sim! Então aquele conselheiro que for para essa comissão, não pode se  
517 candidatar, porque ele está conduzindo o processo de escolha. **SIMONE** – então a  
518 proposta feita pela conselheira Isabela é que a gente discuta quem comporá qual  
519 comissão. Não o nome de pessoas, mas quais critérios. É lógico que a comissão  
520 organizadora deve ser composta de forma paritária, entre governo e sociedade civil,  
521 comissão organizadora da conferência. Claro também que a comissão organizadora da  
522 conferência deve ser composta pelos conselheiros presidente e vice-presidente, e  
523 entendo pela conversa que tivemos no governo, que a nossa sugestão, claro que é nossa  
524 sugestão, porque a eleição é da sociedade civil, é de que o processo eleitoral seja  
525 conduzido pela própria sociedade civil. Agora, se vocês quiserem que o governo participe,  
526 estamos às ordens e à vontade. **EMILY** – é mesmo, porque teria que ter uma participação  
527 do governo, porque o CMAS, seguimento governamental, também participa deste  
528 processo também de eleição na conferência. **CONSOLAÇÃO** – a nossa lei, nós temos  
529 composição na nossa lei estadual na parte governamental de duas cadeiras de conselhos  
530 municipais e, aí, eles indicam a parte governamental deste conselho. Para composição do  
531 conselho então, os conselhos municipais e as outras representações da sociedade civil,  
532 são eleitos em conferência. É porque tem essa composição, e tem uma parte do governo  
533 que é eleito. São duas cadeiras de conselhos municipais. **JÚLIO** – essa representação no  
534 conselho, um representante é governo e outra sociedade civil. Falas ao fundo. **SIMONE** –  
535 acho que vamos ter que discutir mesmo, né e muito. Eu chamo a atenção porque o  
536 seguinte a gente tem que ter cuidado, porque depois com o passar do tempo também  
537 virão outras pessoas e outros grupos, e poderão interferir na decisão do governo ou da  
538 sociedade civil, e essas coisas tem que ficar claras. É, talvez devêssemos pensar nesse  
539 momento que é nós iremos separar os processos da conferência com a eleição. Acho que  
540 já é consenso entre nós. Talvez devêssemos também, se vocês concordarem, colocar  
541 que se os candidatos eles não comporão a comissão eleitoral. Talvez seja o consenso  
542 que a gente consiga chegar até agora. E acho que a sociedade civil deve discutir, porque  
543 eu acho que o governo tem que discutir. Como vai ser o processo eleitoral já que vai ter  
544 eleição para o governo, nós temos que discutir isso como COGEMAS. Enfim, vamos  
545 discutir para ver qual é a forma mais adequada para fazer. Pode ser assim gente? Então.  
546 Vou pedir a nossa secretaria executiva, que como vamos fazer votação, que precisa de  
547 quórum qualificado. Eu peço à secretária executiva que, por favor, confira o quórum e vou  
548 fazer chamada nominal para a eleição. Consolação por favor. **CONSOLAÇÃO** – 17  
549 votantes. E você quer que faça a chamada? Júlio Votação. **SIMONE** – então espera aí,  
550 vou fazer votação nominal. Então vou chamar o processo de votação. Então, agora, nós  
551 vamos votar para a presidência a Maria Alves de Souza, Vice Presidente - Simone  
552 Aparecida Albuquerque, 1º Secretária - Patrícia Valadares, e 2º Secretário - Hermellis

553 Campos. Então vamos proceder a chamada nominal para votação. **CONSOLAÇÃO** –  
554 conselheiro Júlio - Instituto Sacramentino. **JÚLIO** – Voto favorável. **CONSOLAÇÃO** –  
555 Conselheira Patrícia Federação das APAES. **PATRICIA** – voto favorável. **CONSOLAÇÃO**  
556 – Conselheiro Ronaldo - CMAS Juiz de Fora. **RONALDO** – voto favorável.  
557 **CONSOLAÇÃO** – Conselheiro José Henrique - Secretaria Estadual da Fazenda. **JOSÉ**  
558 **HENRIQUE** - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Conselheiro Rodrigo, representando a  
559 ASPROM. **RODRIGO** – a favor. **CONSOLAÇÃO** – Conselheira Maria Alves,  
560 representando a FETAEMG. **MARIA ALVES** - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** –  
561 Conselheira Ana Tereza – representante da Secretaria de Agricultura. **ANA TEREZA** -  
562 voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Denise, representando o CRESS. **DENISE** – favorável.  
563 **CONSOLAÇÃO** – Josiane – representando a Caritas. **JOSIANE** - voto favorável.  
564 **CONSOLAÇÃO** – Fernanda representante da Secretaria Municipal de Saúde.  
565 **FERNANDA** - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Shirley – representante do CMAS  
566 Sarzedo. **SHIRLEY** - voto favorável. **CONSOLACAO** – Marta, representando a SEDESE.  
567 **MARTA** - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Lúcia, representando o CONGEMAS. **LÚCIA**  
568 - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Vinicius, representando o CMAS BH. **VINICIUS** –  
569 favorável. **CONSOLAÇÃO** – Hermes, representando o conselho São Vicente de Paula.  
570 **HERMES** - voto favorável. **CONSOLAÇÃO** – Simone, representando a SEDESE.  
571 **SIMONE** - voto favorável. E gostaria de qualificar meu voto. Quero dizer, Maria que é  
572 muito bacana votar em você para presidente. Que tenho certeza que isso dará muito  
573 orgulho aos usuários do Brasil inteiro. Parabéns. **CONSOLAÇÃO** – conselheiro Volney do  
574 PSINDI. **VOLNEY** - voto favorável. **SIMONE** – assine agora, já claro. Por favor,  
575 Presidenta. **HERMES** – CMAS São Francisco de Paula - Eu só quero fazer uma pergunta,  
576 que fiquei na dúvida - qual vai ser o período do mandato? Porque estamos na questão de  
577 descontinuidade do período de mandato. Porque após a conferência na primeira plenária  
578 teria que ter a mudança da mesa diretora novamente, e ficaria um período mais curto com  
579 a sociedade civil. Então a minha questão levantada é essa: qual seria o mandato dessa  
580 atual diretoria? **MARIA ALVES** – Bom dia a todos e a todas. Eu disse na nossa comissão  
581 de sociedade civil, que posso chamar de comissão porque estávamos todos juntos. Que  
582 eu tenho muito medo desse lugar, sabe? E é um medo que talvez alguns tenham passado  
583 em algum momento na história de luta por ele, e eu, às vezes, tenho a vontade de me  
584 livrar dele, mas ele me acarreta e me pesa muito, porque é um lugar muito arriscado e é a  
585 Simone, é um grupo dos usuários eu quero me fazer valer isso. Só não sei se dá sua  
586 parte a gente vai conseguir até chegar ao final com essa afinidade no sentido de  
587 sociedade civil e governo, porque, até brinquei com os meninos o seguinte, a sociedade  
588 civil neste lugar é preciso dar a este conselho o lugar da sociedade civil. Acredito que não  
589 será difícil, que a gente já percebeu que estamos em MG com um novo cenário. Cenário  
590 esse, que isso não significa que não podemos reavaliar e refletir sobre o desafio que tem  
591 MG. Portanto, enquanto usuário e sociedade civil neste conselho, é preciso que não  
592 estejam Maria Quilombola, trabalhadora rural, mulher, mas que esteja a sociedade civil  
593 organizada, fazendo valer aquilo que o conselho tem de objetivo, mas, acima disso,  
594 fazendo valer o clama os usuários e as pessoas vulneráveis na sociedade, e que muitos  
595 não sabem que este conselho existe. E isso que me dá medo. Porque fazer isso chegar  
596 até eles pode ser utópica, e eu não quero viver de utopia, mas quero viver de tentativas,  
597 mas eu posso amanhã morrer na certeza de que não fizemos tudo, mas precisamos  
598 morrer na certeza de que houve uma tentativa, que pelo menos a gente acreditou que era

599 possível. E é nessa crença que eu acredito, que vamos trabalha juntos. E eu estou até  
600 neste momento me sentindo aliviada, porque eu acredito que as pessoas que estão neste  
601 espaço representando o governo, também não só está aqui como governo, está como  
602 que acredita na política, está aqui porque quer fazer valer a política de fato de assistência  
603 social. E não a política meramente compensatória. Acho que até pode ter divergência,  
604 mas acho que até nas nossas divergências nós teremos grandes construções. Aplausos.  
605 **SIMONE** – Olha Maria você pode ter certeza que eu acredito muito na construção do  
606 espaço público, e o que for decidido por esse conselho, será respeitado por mim e tenho  
607 certeza pelos representantes governamentais, porque acreditamos em conselho e no  
608 espaço público, acreditamos no conflito e acreditamos que tudo que é construído no  
609 espaço público deve ser respeitado como conselho. Claro que vamos ter discussões.  
610 Serão discussões de governo, de sociedade civil, mas será a partir do momento que o  
611 pleno decide, teremos que respeitar o conselho. Você tenha em mim, e pode ter certeza  
612 disso de que no que depender de mim, com certeza do Hermes, você terá de nós não só  
613 tudo que for preciso para que você tenha uma excelente gestão junto com a gente. Mas  
614 eu quero te confessar uma coisa, nós temos no CNAS, um representante do Fórum  
615 Nacional de População de Rua. Um deles é de BH. Tem o Samuel que é daqui, e tem o  
616 Anderson que é de São Paulo. O Anderson está organizando o Fórum Nacional. E  
617 quando eu não estava aqui, eu era conselheira nacional e fui o tempo todo, e o Anderson  
618 me fez um pedido e me comprometi com ele publicamente, ele falou “Simone eu tenho  
619 certeza que você em Minas, vai ajudar a organizar o Fórum dos Usuários”. Então, quando  
620 acabar aqui, vou ligar para ele e dizer que você é a presidenta. E, que tenho certeza, que  
621 você vai fortalecer muito a luta dos usuários Maria. Este ano o colegiado de gestores está  
622 na pauta do encontro nacional. O debate sobre o preconceito aos usuários nos conselhos,  
623 acho que é uma pauta importante e séria, e a sociedade ainda acha que os usuários que  
624 necessitam da política de assistência social, eles são preguiçosos, que eles são enfim,  
625 que são usuários que na verdade não enxergam a política como direito, mas como favor.  
626 E não tenho a menor dúvida que a sua presença como presidenta vai ajudar e colaborar  
627 muito pra gente romper com o preconceito e consolidar o direito sócioassistencial no  
628 Brasil. Conte comigo viu Maria. Tô dentro. **PATRICIA** – Eu faço valer o que a Maria falou  
629 em relação aos usuários. Eu represento a FEAPAES, uma entidade, também  
630 representativa da assistência social, do usuário, das pessoas com deficiência. Então é  
631 muito importante a gente pautar isso, e está cada vez mais visível, mas não da defesa só  
632 da pessoa com deficiência, mas de todas as entidades que defendem o público da  
633 assistência. O que a Simone colocou é muito importante também em relação ao usuário.  
634 Temos que pensar na questão dos trabalhadores, mas na efetivação da política da  
635 assistência em todos os municípios, e acho que, quando a instituição que eu represento  
636 me colocou nesse posicionamento, é justamente pra isso, pra fazer valer a assistência  
637 social, não só no município que estamos, mas em todo o Estado de MG. **HERMELLIS** –  
638 agradecer ao seguimento governamental que escolheu essa dupla dinâmica para o  
639 governo e continuar com esse mandato, e também faço as palavras concordando com o  
640 que vocês disseram. E retomo à presidência de até quando vai o mandato da nossa  
641 gestão. **MARIA ALVES** – é durante a nossa discussão que ficou claro, para nós que esse  
642 caso mesa diretora vai seguir com até a eleição dentro da conferência, e a gente tem a  
643 eleição. Tomamos posse logo em seguida, quem for eleito e faz o processo seguinte. A  
644 gente tem o prazo bem curtinho, menos de 9 meses. Ok! **LÚCIA** – eu quero Maria, depois

645 de 40 anos de militância, é muito bom te ver neste lugar, você não faz ideia do tanto.  
646 Estou literalmente emocionada com sua presença ai. Parabéns. E eu acho que este  
647 conselho tem um. E eu já tinha colocado anteriormente tem um grande desafio. Eu voltei  
648 a minha cidade recentemente como gestora da assistência, pra minha tristeza, pra  
649 descobrir que na lei municipal que cria o conselho municipal de assistência, não existe o  
650 conselheiro representantes dos usuários e o pior que eu acho que é comum, sabe? O pior  
651 é que eu acho que é na grande maioria dos municípios. Porque o controle social nos  
652 pequenos municípios de médio porte ele é invisível - a criança tem alguma visibilidade por  
653 conta do conselho tutelar, e por causa de algumas denúncias. E eu acho que talvez  
654 tenhamos e seja emblemático por você na presidência do CEAS, a gente pegar essa  
655 questão com muita força, porque não consegui tirar a lei de dentro do conselho da minha  
656 cidade, até agora entendeu? Tem dois anos que estou lá e essa discussão está lá  
657 patinando. E não chega e não sai do conselho para mandar e encaminhar para o  
658 executivo, Isso é uma questão maior e mais seria que se pode imaginar. E isso que a  
659 Simone colocou do preconceito. Eu gosto muito de uma companheira que tenho lá, que é  
660 do movimento negro, a Tita. Ela é tão crua para fazer a colocação, para discutir essa  
661 questão do preconceito. Que como entendeu, como que vamos, nós vamos inclusive dizer  
662 que nós técnicos não temos preconceito com o usuário. Eu vivo isso todos os dias. Cada  
663 relatório que eu pego pra ler eu devolvo e peço para o técnico, por favor, para ele  
664 repensar o que ele escreveu. Essa semana eu li um relatório que estava sendo enviado  
665 ao Juiz que a companheira escreve assim, “A Família é muito negligente” Eu falei não  
666 assino esse encaminhamento vai ter que voltar. De vez em quando temos um  
667 tensionamento técnico que é por isso, porque faço questão de cotidianamente discutir o  
668 preconceito. Eu brinquei com a Denise um dia que o CRESS de MG fez uma campanha  
669 uma época, não sei se a SIMONE vai se lembrar, é que eu achei linda, que diz assim,  
670 “onde se esconde o seu preconceito?”. Ela mais do que atual e nunca deixou de ser  
671 atual. Feliz demais de estar com você aqui. E já quero fazer de público para você ir na  
672 conferência da minha cidade. (Aplausos). A gente manda até te buscar. **MARIA ALVES** –  
673 Eu estou ouvindo o que ela está falando e viajando, porque sou graduada em serviço  
674 social. Formei em 2008 e acabei de terminar minha especialização em educação do  
675 campo. Mas o motivo é porque (aplausos) na época da minha graduação, Ouro Verde fica  
676 a 50 e poucos kms de Teófilo Otoni, e eu atuava diretamente na comunidade e desafiei o  
677 curso de serviço social, porque já militava nos movimentos sociais, e uma colega minha  
678 disse para eu fazer que ela pagava meu vestibular e pagou na UNIPAC, e inclusive não  
679 gosto nem de dar referência da faculdade, e passei em 19º lugar e na época minha mãe  
680 era mãe solteira e não tinha recurso nenhum. Eu falei vou entrar e, no mínimo, o que  
681 pode acontecer é eu sair depois porque o meu irmão pagou minha matrícula. Eu entrei e  
682 acabei desafiando e, logo em seguida, comecei a militar no movimento sindical e comecei  
683 a viajar mais do que iria a faculdade. Depois eu desafiei só por uma questão de  
684 compreensão mesmo e acreditar, porque a assistência social que a gente vê de longe não  
685 é a mesma que temos na prática. E a faculdade - ela não compreendia minha linguagem,  
686 e passei por várias situações. Tive muitos colegas que me ajudou, mas uma das primeiras  
687 questões foi entrar em uma faculdade privada, que ao entrar em uma sala de aula por ser  
688 pobre e negra, eu chegava muito suja na faculdade, e chovia muito e a gente empurrava  
689 carro, e os colegas não me queria no grupo de trabalho, mas na época eu falei que tenho  
690 que mostrar para eles que essa politica precisa compreender esse lugar dessas pessoas,

691 que às vezes não conseguem chegar na secretaria por não dá conta de dizer os seus  
692 próprios problemas. E aí o meu projeto de pesquisa e minha monografia foi sobre a  
693 realidade da comunidade, e eu resolvi desafiar a universidade escrevendo sobre  
694 desenvolvimento rural sustentável, onde eu abordava diversos desafios e eles me  
695 desafiaram querendo retirar meu projeto de pesquisa da discussão e eu não permiti. E  
696 não tinha nenhum professor da área da assistência que conseguia me acompanhar e a  
697 faculdade, na época, buscou uma professora da área de agronomia para acompanhar  
698 minha monografia. E nenhum colega tinha interesse no meu tema e fiz sozinha, e eu  
699 consegui passar no projeto de pesquisa e passei na monografia. E, na época, a minha  
700 monografia fechei com 90, e no final da monografia uma das professoras da banca me  
701 deu um presente. Quando eu abri era um livro chamado preconceito linguístico. Que  
702 conta a história de um casal de agricultor, que vivia no nordeste do Brasil, e o filho dele é  
703 Doutor. E ele trás no livro que não existe falar errado, existe cultura, existe linguagem  
704 onde as pessoas reafirmam o que elas desejam. E ela me diz “vá em paz segue sua  
705 vida”. E um dos maiores desafios que eu enfrentei era meu modo de ser e o meu modo de  
706 falar, e sempre quando eu ia apresentar o trabalho meus colegas me corrigiam e  
707 interferiram o tempo todo, pra dizer como é que se expressavam correto, e no final ela fez  
708 isso comigo. E eu até comento com os meninos no grupo, evito às vezes de dar opinião,  
709 porque eu tenho uma visão da política da assistência, talvez mais longe do que ela dá  
710 conta de ir. E às vezes isso gera muito conflito de ideias e isso omite minhas ideias para  
711 não gerar mais conflito em um espaço como esse. Mas aí ela estava ali me dizendo isso e  
712 eu me emocionando, e eu jamais me imaginei estar nesse lugar, e talvez faz parte da  
713 necessidade de cumprir minha trajetória, porque a política de assistência que no Brasil  
714 como um todo, se pudesse olhar as pessoas como sujeito de direito e de direito  
715 emancipador, de sujeito que possa ser protagonista da sua própria história, que as  
716 diferenças possam servir, inclusive, de um processo de crescimento das pessoas, que ser  
717 do campo, da rua, ser do norte, do nordeste ou do sul, não possa ser empecilho de fazer  
718 com que as pessoas tenham direito de sonhar de crescer e de estar nesse lugar, e  
719 inclusive em lugares maiores que esse, enfim, vocês desculpem o desabafo. Aplausos.  
720 Acho que a Consolação pode ajudar nós. (falas ao fundo, o povo não sabe o que é povo  
721 da rua não, conta pra eles para começarem a ser alfabetizados). Às vezes a gente tem  
722 diversas compreensões de serem da rua. Na rua a gente tem o morador de rua, e da rua  
723 a gente tem as pessoas que acreditam que não existe um lugar, não existe 4 paredes -  
724 existe a luta. Existe algo que esse prédio não pode nos impedir de enxergar então ser dá  
725 rua é ser isso. (falas ao fundo) **CONSOLAÇÃO** – sugestão de encaminhamento: que  
726 façamos o intervalo para o almoço e inicia a parte da tarde com esse ponto da  
727 conferência. Eu ponho pra vocês. **JULIO**- Uma questão de ordem: quanto a composição  
728 da mesa diretora das comissões irá ter alteração? Porque nas outras quando existe  
729 alteração de mesa diretora, também existe alteração das coordenações das comissões -  
730 isso deixa pra tarde também? **CONSOLAÇÃO** – a sugestão seria também que fosse visto  
731 dentro das comissões. Aquela que é governamental passaria a coordenação para a  
732 sociedade civil. E vice-versa. Mas aí seria interessante, dentro das comissões, as  
733 pessoas conversando decidirem. É uma sugestão de encaminhamento. **MARIA ALVES** –  
734 fica encaminhado assim: a gente vai para o almoço e retorna começando deste ponto. É  
735 12:21 agora, pode ser 13:30. **MARIA ALVES** – Vou passar para a Consolação, que irá  
736 fazer a leitura dos pontos de avaliação e, em seguida, a gente vai fazer a nossa criação



737 da comissão organizadora. **CONSOLAÇÃO** - boa tarde gente! Então para a conferência  
738 de assistência social, a gente já recebeu do CNAS alguns informes da conferência e  
739 tema. O tema da conferência este ano, como também foi repassado a todos os  
740 conselheiros, é consolidar o SUAS de vez rumo a 2026. É uma construção de um  
741 segundo plano decenal. O lema dessa conferência é o pacto republicano rumo a 2026 - o  
742 SUAS que temos e o SUAS que queremos, esse é o lema da conferência. Vocês se  
743 lembram que em 2015, 2005, a gente deliberou pelo plano decenal? Então, agora em  
744 2015 aquele primeiro plano das conferência ele vai terminar. E viu-se a necessidade de  
745 construir um novo plano pra essa etapa que o SUAS está vivendo e amadure, porque o  
746 SUAS está amadurecido, que é para os próximos 10 anos. Então o tema da conferência  
747 trata de quê? Aproveitar o processo das conferências para fazer uma avaliação do SUAS.  
748 Ele trata de discutir sobre os principais desafios para consolidação do sistema. Ele vai  
749 olhar para as atribuições e responsabilidade de cada ente para as especificidade locais,  
750 também, e estabelecer estratégias, metas, e atender a demanda dos usuários e da rede,  
751 as finalidades em cada local, observar os aspectos relevantes do aprimoramento do pacto  
752 federativo. O papel da assistência na diminuição da desigualdade, superação das  
753 situações de desproteção social, enfrentamento de situação de discriminação, preconceito  
754 e intolerância nos três níveis de governo. E essa conferência pretende implementar a  
755 deliberação de todas as conferências alcançando as metas da assistência social, por isso  
756 esse planejamento pra mais 10 anos. Já saiu os prazos das conferências municipais: de  
757 11 de maio a 10 de agosto. As conferências estaduais até 10 de outubro, e a conferência  
758 nacional 7 a 10 de dezembro. Pra que a gente no primeiro momento de conversa sobre a  
759 conferência, a secretaria executiva foi solicitada pela presidência que a gente  
760 apresentasse aqui, e fizesse um levantamento, sobre os aspectos que deveriam estar  
761 considerando na organização da 10ª conferência, e levantamos tudo que tínhamos de  
762 memória e quais foram os problemas, aquilo que a gente não conseguimos vencer. Vou  
763 começar pelos aspectos positivos que vimos na última conferência e depois vamos para  
764 os aspectos negativos. Mas os pontos fracos e algumas sugestão de superação e de  
765 sugestão para a próxima também. Dos pontos positivos levantados, a gente colocou o  
766 local de organização da conferência, ter tudo no mesmo local, da refeição da forma que  
767 foi, foi um ganho pra conferência. O atendimento personalizado para as pessoas com  
768 deficiência. A gente disponibilizou técnicos para estarem nesse acompanhamento com  
769 essas pessoas, e isso deu um diferencial pra essas pessoas terem acesso às  
770 informações, uma vez que o próprio material do conselho como um todo, a gente não  
771 tinha material em braille e não o todo e nem tudo gravado também. Então na falta de um  
772 material que pudesse dar essa autonomia também pra pessoa que estava presente, a  
773 alternativa do conselho foi dar para cada um acompanhante, para estar na conferência. O  
774 processo de escolha dentro da programação. Foi só para delegado. Ela é convidada, não  
775 recebeu. É outra falha. É no processo de escolha para compor o conselho dentro da  
776 programação, deu maior visibilidade. Uma coisa que a gente considera, pelo menos nas  
777 conversas internas do conselho e na avaliação e ser eleito na conferência, a pessoa tem  
778 muito mais votos significativos, e a pessoa representa muito mais as pessoas do que  
779 tínhamos antes processo de escolha no Estado - uma entidade votando nela mesma era  
780 eleita. Quer dizer, com um voto ela está eleita no conselho. E agora não. A gente tem  
781 aquele trabalhador que representa o Estado na conferência, votando naquele que está  
782 aqui dentro. Então a gente tirou isso como um ganho. A tiragem de oficinas temáticas,

783 aqui tem é bom a realização da oficina, mas o conteúdo a gente tem que aprimorar,  
784 inclusive no debate disso, vocês vão ver, houve muita fragilidade na questão de debate na  
785 conferência. Tiragem de delegado por porte e categoria, visando sua maior  
786 representatividade nos encontros regionais e na conferência estadual. Aqui tem outro  
787 ponto. Tem os outros dois pontos que vão estar aqui em baixo, e esses que eu estou  
788 lendo, os encontros regionais tivemos um ponto negativo. É que, até hoje, os encontros  
789 regionais que fizemos, e a gente sabe da necessidade pelo tamanho do Estado, mas a  
790 gente sabe que os encontros regionais até hoje foram para tirar delegado para participar.  
791 Porque se a gente formos analisar em termo de conteúdo e debate, a gente não  
792 conseguiu avançar em tema em que realmente fizesse sentido, a conferência para  
793 alterar alguma coisa inclusive na própria conferência estadual. Essa é uma avaliação que  
794 a gente faz. A gente sabe que é necessário, mas a comissão organizadora sabe que,  
795 inclusive, vai ter que pensar nisso, que qualidade que a gente quer nesses encontros. Pra  
796 gente, se for acontecer, de que forma a gente tem que pensar. Como ponto fraco, a gente  
797 levanta de imediato foi o material confeccionado. Houve uma sequência que passou por  
798 algumas revisões, mas mesmo assim na hora da elaboração ele deu uma sequência do  
799 regimento interno para metodologia. Inclusive em artigos. Extraímos um pedaço da  
800 metodologia que já havia sido publicado, colocamos no folder e, coincidentemente, eles  
801 tinham uma sequência de artigos e isso pareceu que não foi o que queria-se discutir todo  
802 o regimento. É a primeira vez que o material veio com tamanho erro e passou  
803 despercebido de toda a organização, de todo o problema que deu. E a gente fala que a  
804 comissão tem que acompanhar isso mesmo. A gente perdeu a questão de prazo, foi muito  
805 na hora para revisão. Era uma coisa da noite para o dia, até ter com esse olhar, ter mais  
806 cuidado com essa conferência, ter mais cuidado. Ausência sem aviso prévio de  
807 coordenadores de grupo, de conselheiros estaduais, dificultando a substituição. O que  
808 tivemos foi muitos conselheiros se comprometeram estar lá e não foram. Pessoas  
809 indicadas por conselheiros, convidados, e não estiveram lá. Fez toda uma capacitação  
810 para coordenação de grupo e chegam, e na hora a gente ficou na mão mesmo dessas  
811 pessoas. A gente até pensou em fazer, ter reserva, capacitar mais. A gente sempre teve  
812 muita dificuldade de ter um número x de pessoas para termos esses trabalhos de grupo.  
813 Eu até reduzi o número de grupos para ter mais números de pessoas. Fragilidade da  
814 equipe da relatoria sobre a exposição da metodologia do compilado. Então é na hora que  
815 chamou a comissão para falar o que tinha feito, quem coordenada à equipe não sabia o  
816 que a pessoa, que trabalhava, com ela tinha feito. Então isso causou um grande  
817 problema. E todo mundo pensou como foi feito isso. Até que pudesse ser esclarecido, a  
818 gente teve muito problema nisso. Não ficou claro, pra quem estava participando, qual a  
819 metodologia usada para compilação e para apresentar aquele documento ali. E foi muito  
820 difícil depois voltar e falar, não é isso que vocês estão pensando. Inclusive pra mim, deu  
821 muita impressão que foi feito de uma forma que não era, e, inclusive, é nessa hora que é  
822 outra coisa que aconteceu na conferência a gente tem que acertar isso também. É na  
823 forma que determinada pessoas ficam na responsabilidade de uma atividade e valer a  
824 palavra daquela pessoa, porque na hora que a gente negocia, e negociamos com a  
825 sociedade civil, a mesa me desautorizou na negociação que eles me pediram pra fazer  
826 sociedade civil, porque eu tinha falado que tinha erro de matéria, que tinha erro de  
827 instrumento e isso também aconteceu lá e deu um grande problema. Tinha uma  
828 negociação com o plenário e foi desconsiderado toda negociação feita e voltado atrás, e

829 isso é uma coisa que foi feita e tem que estar em sintonia. E a falta de debate na  
830 conferência, porque na hora que a gente está nas oficinas e tem que criar uma forma  
831 maior na participação das pessoas, uma forma de motivar essa participação. Acho que  
832 os convidados inclusive para ser uma discussão mais. Foi interessante muitas oficinas,  
833 mas eu acho que talvez o horário, é muita oficina à noite, e mesmo na hora da plenária,  
834 na grande plenária, foi muito mais uma disputa de determinadas razões do que o debate  
835 da discussão da política, o que levou a deliberação da conferência estadual ser um  
836 documento repetitivo de propostas antigas, que não fazem mais sentidos, e propostas  
837 generalistas que a gente tem dificuldade de aferir, inclusive, o cumprimento dessas  
838 propostas. Então perdemos muito na qualidade. Apesar de ter um espaço, tinha muita  
839 coisa para ser bom, mas eu avalio essa conferência na minha história, uma das piores  
840 que eu tive em termos de qualidade e produção realmente. E a gente deixa como  
841 sugestão a inscrição eletrônica, agilidade em receptivo, que na hospedagem deu um certo  
842 problema, objetividade dos instrumentos. Eu tenho muita expectativa que podemos ter  
843 instrumentos mais claros, instrumento que a gente faça uma construção mais coletiva, e  
844 ter no local da conferência a gente e separar setores de informações, orientação, mais,  
845 mais próximos, não só onde foram. Então são algumas coisas que eu acho que iria dar  
846 mais qualidade na conferência. É isso obrigada. **MARIA ALVES** – alguém quer trazer algo  
847 mais que Consolação acabou de apresentar para nós? **FERNANDA** – é, eu concordo com  
848 a Consolação, com a secretária executiva no que traz os pontos críticos. Eu era recém-  
849 chegada no conselho, e fiquei um pouco assustada com a primeira conferência onde fazia  
850 parte do conselho estadual, e não tinha essa experiência ainda, só como representando o  
851 município. E eu queria só assim em alguns momentos nos grupos que eu fiz parte, pode  
852 parecer uma coisa meio boba assim, mas houve uma queixa sobre a quantidade de  
853 alimentação insuficiente, foi ofertado somente três alimentações no dia. E o Tauá é muito  
854 bacana. Um espaço bom, mas se você quiser comprar um pão de queijo, você não acha.  
855 Ou você paga caríssimo por ele. Houve várias pessoas queixando-se nesse sentido.  
856 Houve a questão de faltar água no quarto e a gente não tinha acesso a água. No quarto  
857 foi tirado tudo do frigobar, e aí de noite se você tivesse sede, ou você iria na torneira, ou  
858 andava um pouco pra procurar água e beber. Me sinto no direito de falar isso, porque vi  
859 muitos usuários queixando e até um conselheiro que é nosso William queixou. Então acho  
860 que também tem que ter esse cuidado de oferecer as condições adequadas para que a  
861 conferência aconteça. **MARIA ALVES** – mais alguém? Vinicius. **VINICIUS** – CMAS BH.  
862 Bom eu também não posso deixar de ressaltar a questão que aconteceu com os  
863 delegados trabalhadores de BH, que foram descredenciados no processo da conferência.  
864 A partir de uma regra que acho que ela precisa ser reavaliada, rediscutida de quem são  
865 os trabalhadores do SUAS, e acho que é um momento oportuno, que precisamos discutir  
866 essa regra novamente - quem serão os delegados dos trabalhadores do SUAS? Como  
867 fazer essa divisão? Se existe divisão entre o público e privado, trabalhador do setor  
868 público não é trabalhador de governo. É então acho que essa é uma discussão que a  
869 comissão organizadora precisa fazer, e que a gente precisa ter muito cuidado no  
870 reordenamento dessa regra, porque ela faz toda a construção de quem é o trabalhador do  
871 SUAS. A participação de conferência de delegados é uma participação de liderança, de  
872 formação política, de formação de participação é e que para os trabalhadores é  
873 importante, digo por mim e por outros colegas também, que mudou a forma de empregar  
874 política e na forma de participação da conferência. É um momento que você tem a

875 oportunidade de ver a política de uma forma muito mais ampla. Então é a gente precisa  
876 favorecer a participação dos trabalhadores e não criar mecanismos que eles não  
877 participem. **VOLNEY**- eu queria relatar minha experiência vivida por mim. Acho que  
878 precisa ser um ponto de muita reflexão nessa organização. Foi a tiragem de delegados -  
879 foram 2 delegados usuários, e no grupo quando eles foram tirados como delegados não  
880 teve uma percepção se tinha uma independência, ou não, para irem a conferência  
881 nacional. Ai um desses delegados acabou que em Brasília eu tive que ajudar a dar banho  
882 e acompanhar, e na volta cheguei aqui, e foi muito complicado porque vieram dois  
883 usuários comigo. Na véspera de natal, por muita sorte, eu consegui embarcá-lo para a  
884 cidade dele, e se eu não conseguisse esse ônibus eu teria que levá-lo para minha casa,  
885 porque não teria alternativa. Então eu queria que quando instalar a comissão  
886 organizadora a questão de usuário, principalmente dois sendo portadores de sofrimento  
887 mental e a coisa foi muito complicada, muito difícil mesmo. Então quando essa comissão  
888 for formada eu quero que seja discutido para evitar problema para esse conselho.  
889 **RODRIGO** – é só queria fazer coro no colega Vinicius e estava chegando lá e fiz parte  
890 deste conselho que você faz parte hoje e foi opção nossa em BH, investir em três  
891 setoriais, nós fizemos a setorial do trabalhador e do usuário e setorial das entidades acho  
892 que foi isso e foi investimento nosso e ficamos extremamente frutados e a conta ruim  
893 chega pra gente que está na ponta porque me cobraram, como cobraram de outros  
894 conselheiros que estavam lá é e ficou pra gente essa negativa, em momento algum a  
895 gente quis desqualificar o conselho, a questão nossa foi trazer a necessidade nossa de  
896 capital, metrópole, os nossos problemas que temos dentro dessa cidade, mas também  
897 trazendo nosso povo em outros seguimentos para participar de outras formas as questões  
898 sociais do nosso município. **SIMONE** – Bem, primeiro acho o seguinte que é de fato o  
899 conselho estadual tem que criar todas as possibilidades para participar todos os usuários.  
900 É todos tem necessidades e necessidades diferentes. Se inclusive os doidinhos, os  
901 doentes mentais, claro se a conferência for uma conferência que proponha o dialogo com  
902 os usuários, ela vai ter que se prepara para isso para que eles tenham condições de  
903 participar e queria colocar o debate das conferências regionais e acho que esse ano, na  
904 minha opinião, nós temos uma oportunidade de encontrar de fato um bom espaço para o  
905 debate das conferências regionais, primeiro porque vai ter orçamento participativo no  
906 estado. O Governador já anunciou, já está formando os fóruns regionais, ou seja, debate  
907 regional é debate de orçamento. Quem fizer debate regional, quem organizar  
908 regionalmente terá orçamento, então a nossa conferência regional de cara será  
909 deliberativa. Então acho que a gente tem que trazer esse componente para a política e,  
910 rapidamente, eu me comprometo aqui com o conselho. Vou procurar a Secretaria de  
911 Planejamento, que está organizando o orçamento participativo e a organização dos fóruns  
912 regionais, para que eu possa me apropriar melhor da proposta, porque é claro que se vai  
913 ter orçamento participativo, vai desaguar no PPA. Com certeza estará casado uma coisa  
914 com a outra, e como nós vamos discutir um planejamento, o que é o plano decenal, na  
915 concretude humana do plano decenal será dois PPAs e meio, porque não vamos discutir  
916 plano decenal. Nós vamos discutir plano decenal com orçamento, financiamento, metas  
917 concretas, e sendo assim tem que juntar com o debate do orçamento participativo, que  
918 com certeza nós temos que levar a discussão do orçamento participativo setorial, que as  
919 conferências de assistência social são conferências que discute o setor da assistência  
920 social. Então só queria colocar isso aqui para não perdermos de vista que o Governador

921 anunciou o orçamento participativo, que terá fóruns regionais, e seria interessante se a  
922 gente pudesse fazer o debate regional deliberativo para disputar orçamento nas regionais.  
923 Obrigada. **MARIA ALVES** – mais alguém gente? Antes da gente encaminhar para a  
924 criação da comissão organizadora, eu queria dizer o seguinte, sobre a questão de acesso  
925 que vocês trouxeram, o Vinicius e o Volney. Acho que a comissão organizadora, em geral,  
926 precisa de uma certa forma olhar para aquilo que a gente defende mesmo. Fica difícil  
927 dizer para as pessoas que você não pode por conta de uma situação. Talvez que precisa  
928 criar mecanismo e estratégia de dar condição para participar. Talvez não é limitá-lo de  
929 não estar presente, e é pensar como que nós, enquanto conselho, enquanto  
930 organizadores da conferência, podemos dar condição para essa pessoa vá e se sinta  
931 protegida. Como é que vai colocar essa pessoas fora dos seus lares, longe das suas  
932 famílias, em situação de vulnerabilidade, que nessa situação, se não tivesse conseguido  
933 dar condição para retorno, não se pensou nada de infraestrutura para essa pessoa ficar.  
934 Acho que a nossa comissão organizadora está com grande desafio, e desafio é feito para  
935 a gente ser desafiado. Acho que precisamos nos colocar na condição dessas pessoas e  
936 pensar minimamente de estarem junto conosco. Não sei, mas acho que não é ver, é  
937 trabalhar e achar o melhor caminho. Em relação, mais alguém quer falar sobre isso? Em  
938 relação à criação da comissão. Segundo a Consolação o regimento diz que. Estou meio  
939 insegura, porque essa pauta foi construída com a mesa diretora e não estava presente. E  
940 agora entro aqui e fico aqui, mas tudo bem. O regimento diz que é paritário, então temos  
941 que ter 50% sociedade civil e 50% governo, mais presidente e vice-presidente. Mas nesse  
942 caso, precisamos da boa vontade e da colaboração dos dois lados, para fazermos uma  
943 comissão organizadora que tenha muita coragem de trabalhar, e parece que, de acordo  
944 com o que foi discutido na comissão com a mesa diretora, tem uma proposta de 3 da  
945 sociedade civil e 3 do governo. Ai seriam 6. Quem quiser se manifestar, fique à vontade.  
946 **CONSOLAÇÃO** – Com licença, só pra gente tentar contribuir. A gente tem que pensar, o  
947 que a gente quer da comissão organizadora? A gente pode ter uma comissão  
948 organizadora - pode ser menor, que vai dar um tom da discussão. Organizar de uma  
949 forma geral tudo que é necessário, e pode ter depois as comissões próprias do conselho,  
950 que a gente já fez isso aqui. Trabalhando alguns temas específicos em logística, normas,  
951 a gente poderia utilizar das comissões, e até de BH, que é um número envolver quase o  
952 conselho inteiro, e a gente tem que ver. De experiências de passada, a gente teve muita  
953 dificuldade até de reunir, quando você tem um número menor em termo de reuniões para  
954 tomar decisões. Então, temos que ver, e qual vai ser a delegação dada à comissão  
955 organizadora, é porque se tudo isso que ela quiser for passar pela plenária, a gente tem  
956 verificar isso ai o número poderia até ser reduzido se for dá delegação pra ela de decidir  
957 algumas coisas. Talvez vale a pena ter um número maior de conselheiros. **MARIA ALVES**  
958 – Ronaldo. **RONALDO** – é, na verdade a própria comissão organizadora, ela já traz uma  
959 diretriz do conselho nacional e uma comissão, e entendo que cabe já a ela a deliberação  
960 de varias orientações e diretriz, e por experiência do próprio conselho municipal nós  
961 temos a comissão organizadora e criamos a subcomissões de infraestrutura, onde ela  
962 corre atrás de local, a subcomissão de temática que cuida das oficinas. Então criamos  
963 três subcomissão: temática, de infraestrutura e de até palestrantes. Quem é que seria  
964 coordenador de cada oficina, facilita, e muito, essa divisão, aí pra comissão organizadora.  
965 **MARIA ALVES** – Denise, por favor. **DENISE** – só pra entender: hoje a gente tira essa  
966 comissão organizadora, depois a gente trabalha as subcomissões, Consola? É isso que

967 você tinha colocado? Só pra gente ver como a gente direciona. **CONSOLAÇÃO** – pode  
968 ser a grande comissão, aqui e dentro dela, tirar as pequenas também. Já sai todo mundo  
969 que foi participar, e na primeira reunião tira a subcomissão. E aumentaria o número pra  
970 isso. Seria praticamente o conselho inteiro. Que seja 8 pessoas de cada. **SIMONE** - o  
971 conselho inteiro não dá. O conselho inteiro é muita gente. Acho que pode ser 3 pessoas  
972 da sociedade civil e governo, e queria sugerir que constituísse o comitê acadêmico, que  
973 pudéssemos chamar professores - não qualquer professor, mas professores que estudam  
974 a área da assistência social, tem uma militância na área da assistência social. E também  
975 acho que deveria compor nossa comissão organizadora representante da Assembleia  
976 Legislativa - acho que é importante e que pudesse compor também. E acho que contando  
977 com o apoio de estudiosos, professores, colaboradores do Conselho Estadual, acho que  
978 pode facilitar muito a organização da conferência, e acho que tudo que a comissão  
979 discutir tem que passar pelo plano do conselho. O estilo da presidente e da vice não vai  
980 muito permitir que não seja assim. Por que depois se o conselho todo discute junto,  
981 depois fica mais fácil de bancar junto também. Claro que se for preciso da gente mandar  
982 e-mail para todo mundo, eu acho que para tomar decisões mais rápidas, mas as decisões  
983 da conferência eu acho, e sugiro, que passe tudo pelo plano do conselho. **MARIA ALVES**  
984 – mais alguém? Diante do que foi colocado, acho que ficou claro né gente? As pessoas  
985 tem que se colocar à disposição. **LÚCIA**– A Denise fez uma questão que é importante,  
986 porque me parece que se o desdobramento for utilizar das subcomissões, podem ter  
987 pessoas que irão se colocar à disposição das subcomissões e não, necessariamente, da  
988 comissão organizadora. Talvez esse encaminhamento se fosse clareado, já ficaria melhor  
989 para as pessoas se posicionarem também. **CONSOLAÇÃO** – geralmente a organização  
990 da conferência vai ter uma questão logística, que logicamente a comissão organizadora  
991 vai saber disso, mas vai ficar diretamente, vai ser trazido inclusive para o pleno. E é uma  
992 questão muito operacional, e ficaria mais a cargo da secretaria executiva, junto com o  
993 órgão, fazer com que a gente possa fazer. Porque entrar nessa miúdes de logística  
994 conselheira não seria o caso, salvo apresentar junto ao pleno para ser deliberado, depois  
995 das propostas. Então, acredito que muito mais entra a questão normativa da conferência,  
996 e então seria este papel, e um papel temático que eu acredito que inclusive a gente vai,  
997 esse comitê e colaboradores acadêmicos somaria à comissão para aferir à conferência o  
998 conteúdo que ela precisa, e que merece ter nesse momento da construção. Seriam esses  
999 dois grupos que poderiam estar sinalizando aqui. Alguém vai cuidar disso, de uma  
1000 questão normativa que será submetido a esse pleno, e um outro grupo cuidar mais da  
1001 parte temática da conferência. Eu acredito que seria isso. **SIMONE** - Só queria sugerir  
1002 que uma coisa que funcionou muito no Conselho Nacional para organização das  
1003 conferências nacionais, a formação de uma comissão específica para cuidar de acesso e  
1004 acessibilidade dos usuários. Para não ter problema mesmo. Uma comissão que cuide do  
1005 acesso de todos os usuários e de todas as suas necessidades, que pense sobre isso. Só  
1006 o fato de constituir essa comissão já dá um tom de uma conferência mais inclusiva,  
1007 vamos dizer assim. E é bastante importante. Acho que não só as pessoas com  
1008 deficiência. Eu mesmo já sofri em conferência, xinguei muito, e então não gostaria de jeito  
1009 nenhum de ter que passar por isso nem pessoalmente, e passar vergonha de uma  
1010 conferência conduzida por nós. Então presidente, gostaria de sugerir que a gente  
1011 formasse uma comissão, que cuidasse especificamente deste assunto para a nossa  
1012 conferência. **MARIA ALVES** – muito bem. Nesse caso só para entender: nós teríamos

1013 uma comissão de acesso, organizadora, comissão de acesso, comissão temática,? Sim,  
1014 então certo. Então, nesse caso, a comissão de acesso e comissão organizadora  
1015 faríamos com pessoas diferentes né? **DENISE**– não é para complicar não. Só pra gente  
1016 achar o caminho mesmo. A proposta que a Simone fez no turno da manhã, a gente  
1017 estava conversando aqui - não é o caso da gente já fazer esse indicativo, porque não são  
1018 também as mesmas pessoas, porque não é da organizadora e da eleitoral. Então,  
1019 teríamos que tirar indicativo de pessoas para três comissões: comissão organizadora  
1020 geralzona, a comissão de acesso e a comissão eleitoral. Não é isso? É isso presidente?  
1021 Falas ao fundo. **CONSOLAÇÃO** – então seria, vamos sugerir em termos de números em  
1022 termos de números. Podemos manter a comissão organizadora 6 ou 8, se a gente, eu não  
1023 estou contando com a coordenação, que é presidente e vice. Então se a gente for contar  
1024 essa proposta de 6 vai pra 8, seria um número bom já. Então seria 6 para a comissão  
1025 organizadora, 4 para a comissão eleitoral, se for pensar inclusive na questão de  
1026 paridade, e também da comissão de acesso, a gente poderia colocar eu pensei em 4 se  
1027 tiver, e se não tiver o mínimo 2, se não tiver para gente manter. Agora a comissão  
1028 eleitoral, lembrando que eu acho que necessariamente não precisa ser paritária, a gente  
1029 poderia ter 2 ou 3 conselheiros que pudesse estar nessa comissão. A comissão eleitoral,  
1030 porque necessariamente não tem que ser paridade, porque a maioria que será votada não  
1031 é governamental, e sim sociedade civil. Estou fazendo por analogia. Então, não precisa  
1032 não ter essa paridade. E na outra sim, pra gente ter mais pessoas na comissão de  
1033 acesso, 4, 6 e teria nessa comissão. **HERMELLIS**– só uma atenção que a gente vai ter  
1034 com a comissão eleitoral, é perguntar aos candidatos, que irão compor essa comissão, se  
1035 eles vão querer se candidatar. Por que se for, reduz praticamente. Só o conselheiro Júlio  
1036 que não. Vai ficar vai ficar só um da sociedade civil. Por que os demais todos? **MARIA**  
1037 **ALVES** – suplente pode fazer parte da comissão? **PATRICIA** – então, a comissão  
1038 eleitoral não pode fazer parte o governo? Ele pode ser reconduzido, porque ele pode ser  
1039 reconduzido, porque todos vão querer ser reconduzidos, a maioria. Se não a comissão vai  
1040 se resumir só ao Júlio. (Falas ao fundo) Mas o suplente, ele pode também, pode se  
1041 candidatar para ser titular. **JULIO**- A minha entidade só pode concorrer. **PATRICIA** – Só o  
1042 Júlio. **SHIRLEY** – o problema de colocar o governo para conduzir o pleito que seria da  
1043 sociedade civil, seria porque não estamos lutando para que a sociedade civil seja  
1044 autônoma. Que ela conduza os próprios processos, que ela tenha o protagonismo?  
1045 **HERMELLIS** – lembrando o que eu falei de manhã, nós também do CMAS, do  
1046 seguimento governamental, seremos eleitos. Então fazemos parte deste processo  
1047 também. **VOLNEY** – se o regimento não for claro, a gente pode convidar a academia para  
1048 conduzir o processo eleitoral, não vejo. Não? **MARIA ALVES** – eu vou passar para a  
1049 Consolação. Lembrando que de manhã a gente tirou o encaminhamento que tiraria a  
1050 comissão aqui. Se não resolver, a gente vê uma outra forma. **JULIO**– mas não seria só  
1051 quem vai assinar pela comissão? Seria a comissão toda? **SIMONE** – a minha proposta é  
1052 a seguinte: podemos até tirar o número aqui. Agora, a sociedade civil, com todo o  
1053 respeito, vocês precisam conversar sobre este assunto. Como é que vai ser essa ideia do  
1054 Volney, porque um não dá, o governo não dá. Nem queremos. Eu não quero. Tô fora.  
1055 Então, acho o seguinte: vamos tirar o número e vocês têm até o próximo pleno para dizer  
1056 quem será, quem conduzira o processo. Eu acho. **VOLNEY** – eu vou sugerir que a gente  
1057 não tire esse número hoje. Que a gente discuta no próximo encontro, e temos muito  
1058 tempo pra frente ainda, e discuta a comissão eleitoral. E na plenária em maio. Ah gente,

1059 até maio dá. **JÚLIO**– só que a questão de tempo não é tanto tempo assim, pra fazer o  
1060 processo eleitoral, abrir edital, então. **MARIA ALVES** – fica na pauta da reunião que vem.  
1061 Sim, Vinicius. **VINICIUS** – eu queria solicitar, sendo assim dessa forma, o e-mail que  
1062 fosse disponibilizado, os e-mails dos conselheiros que são sociedade civil, para que  
1063 possamos iniciar essa conversa por e-mail durante o mês, e organizar a reunião da  
1064 sociedade civil. Às vezes a gente só volta a pensar nisso daqui um mês e resgatar isso  
1065 antes do processo, ok? **CONSOLAÇÃO** – eu passo segunda-feira para vocês, só o corpo  
1066 do e-mail, só da sociedade civil para vocês conversarem. **MARIA ALVES** – Tirando o  
1067 CEAS, por favor. Tem alguém do plenário que quer usar da fala. Anália, por favor.  
1068 **ANÁLIA** – boa tarde a todos. Feliz aqui com a mesa eleita: parabéns Maria, Simone,  
1069 Hermes, Patrícia. Não está saindo o microfone. Quero deixar só uma sugestão dos  
1070 representantes de conselho que sejam envolvidos as URCMAS, porque é muito forte que  
1071 elas estejam nesse processo. Então, de repente, que saiam uma comissão organizado  
1072 pelas URCMAS e não diretamente a mesma eleição que irá eleger os representantes da  
1073 sociedade civil. **LÚCIA** – Seria interessante que a comissão de apoio que fizesse uma  
1074 manifestação da fala da comissão, porque nem todas as URCMAS não estão  
1075 representando todas as regiões. Na minha região metade foi aleijada no processo  
1076 eleitoral, do processo de escolha e no processo de organização. Então eu estou dizendo  
1077 o que aconteceu na minha região. Se aconteceu em outras, eu não sei. Pra URCMA  
1078 realmente ser representativa tem que aferir com a comissão de apoio, como foram esses  
1079 processos agora da reativação das URCMAS. **MARIA ALVES** – sim! Nessa situação a  
1080 gente vai passar para a próxima comissão. Pra gente discutir a próxima comissão. Ainda  
1081 não? Justo. Estávamos fechando ainda o caso da comissão eleitoral, que ficou pra  
1082 próxima reunião. Vamos agora passar para a comissão organizadora. 3x3 sociedade civil.  
1083 Vinicius, Denise e Rodrigo, ASPROM, CRESS. Lúcia do governo, do COGEMAS, Isabela-  
1084 SEDESE, mais um. Hermes. Muito bem. A comissão de acesso? Geisiane da Caritas.  
1085 Muito bem. Mais alguém? É um do governo. Não tem essa questão de só um de governo.  
1086 Patrícia, mais um pelo menos, não consegue mais um não gente! Renata - muito bem  
1087 três. Palmas para os corajosos e corajosas. Aplausos. E encerrando essa discussão, nós  
1088 vamos passar para o próximo ponto de pauta, que é a escolha de representante para a  
1089 reunião ampliada. Sobre essa questão, vou passar para a Consolação, que irá dar alguns  
1090 esclarecimentos. **CONSOLAÇÃO** – é só um informe da reunião e passo para a  
1091 presidência. Recebemos do Conselho Nacional o convite da reunião descentralizada e  
1092 ampliada que irá acontecer em Brasília, no próximo dia 16/04, e essa reunião é pra falar  
1093 sobre o balanço do plano decenal 2015, que se encerrou agora 2005/2015,  
1094 monitoramento das deliberações. E o processo da conferência de 2015. E o custo de  
1095 participação é de responsabilidade de cada conselho. E as inscrições já estão abertas e  
1096 preciso da deliberação para fazer a inscrição da nossa representação. E a definição tem  
1097 que ser pelo conselho. Lembrando que o custo é do conselho, e a mesa diretora se reuniu  
1098 ontem e achou, por bem, participar alguém da secretaria executiva e acredito, quem sabe,  
1099 mais um representante, e ai como da secretaria executiva também eu faço uma primeira  
1100 indicação, até se permitir a mesa, porque a presidente está assumindo, seria importante  
1101 também, quem sabe, aa presidente estar na primeira reunião também com o conselho. Dá  
1102 pra ir pela manhã e voltar à noite. **MARIA ALVES** – eu me sentiria é. Estou com vontade  
1103 de ir, e seria interessante pra mim me situar no processo de um todo. E acho que na  
1104 reunião das comissões a gente chega e toma a par do que tomou de outro dia na reunião



1105 das comissões. No outro dia, a gente chega e toma par do que foi encaminhamentos, e  
1106 no outro dia estamos juntos. E no caso aqui da Consolação, e não sei se como é que a  
1107 mesa diretora viu. E acho que até seria interessante alguém que fosse técnico da  
1108 secretaria Todo mundo concorda gente? Então fica aprovado. Agora vou passar para a  
1109 Simone, que vai trazer para nós a discussão do piso mineiro. **SIMONE** – primeiro, quero  
1110 agradecer ao conselho pela oportunidade da nossa secretaria estar aqui trazendo o  
1111 debate do piso mineiro. Claro que compõe o co-financiamento do governo do estado do  
1112 Sistema Único de Assistência Social. Eu quero aproveitar a oportunidade para apresentar  
1113 para os senhores e senhoras, o Superintendente de Monitoramento, Capacitação e  
1114 Avaliação, Jaime e Adriano. Jaime, estou te apresentando. E também quero aproveitar e  
1115 agradecer a diretora de capacitação, Isabela, porque tem 40 dias, exatamente né Isabela,  
1116 que estamos tentando fazer um diagnóstico que nos dê clareza da realidade, porque  
1117 quem acerta na análise com certeza acerta na estratégia. Por isso é muito importante  
1118 para nós da secretaria, dividir com o conselho o diagnóstico da situação do co-  
1119 financiamento da política de assistência social, para que o conselho possa nos dizer que  
1120 a análise está correta. Porque tendo em vista a notícia que tivemos hoje, que foi aprovado  
1121 o nosso orçamento, claro que na próxima reunião a gente já espera a nossa equipe e os  
1122 municípios. Nem se fala, né Lúcia, de que a gente possa trazer para o Conselho Estadual,  
1123 e não só uma proposta de regularização do piso, mas também que a gente possa já ter  
1124 um acordo com o colegiado de gestores municipais do pagamento da dívida, que é o que  
1125 todo mundo quer. Então, mais uma vez, muito obrigado. Passa pra mim, por favor. Em  
1126 MG nós temos três tipos de co-financiamento da assistência social. Tem o que a gente  
1127 chama de co-financiamento da série histórica da proteção social especial básica. O  
1128 chamado co-financiamento da série histórica é o financiamento que era feito antes do  
1129 SUAS. Esse co-financiamento para os serviços da proteção básica corresponde a  
1130 recursos repassados para municípios, para co-financiamento de serviços anteriores a  
1131 implantação do SUAS. Após 2005, o Estado manteve o co-financiamento e municipalizou  
1132 os serviços ofertados. O que que é isso? Hoje são co-financiados 97 unidades em 77  
1133 municípios. A maioria desse financiamento são financiamentos para entidades, que  
1134 chamamos de unidades. São entidades e são em 77 municípios. Nós temos também co-  
1135 financiamento da série histórica da proteção social especial, que corresponde a recursos  
1136 que já eram passados pelo estado para serviços anteriores também à implantação do  
1137 SUAS. Após 2005 o Estado manteve o co-financiamento e municipalizou os serviços  
1138 ofertados de acordo com o SUAS. Além disso, o Estado oferta serviço de acolhimento  
1139 institucional. Então além de co-financiar os municípios nesse tipo de serviço, o Estado  
1140 também ele executa a modalidade Casa Lar para pessoas com deficiência oriundas da  
1141 extinta FEBEM, né Patrícia. Já lembramos aqui, porque vivemos esse momento, por  
1142 meio de convênios com entidades. Então a SEDESE também tem uma execução direta. É  
1143 claro que aqui, nós trataremos apenas do co-financiamento para os municípios para  
1144 delimitar. Então, nesse diagnóstico, trataremos só do que financiamos para o município, e  
1145 não as ofertas executadas pela própria SEDESE. Na proteção especial são co-  
1146 financiados 182 unidades em 69 municípios. E temos o piso mineiro de assistência social.  
1147 Bem, o piso mineiro, passa aí por favor, consiste em um recurso repassado pelo Governo  
1148 do Estado para todos os municípios mineiros. Destinado à oferta de serviços e benefício  
1149 da política da assistência social. Chamo a atenção e vou frisar, serviços e benefícios  
1150 eventuais, viu conselheiros, não se esqueçam que o conselho tem uma resolução de

1151 benefícios eventuais. O piso mineiro foi instituído em 2010, pela resolução SEDESE  
1152 459/2010 e tem no regulamento o inciso 14º do artigo 9º da lei do SUAS Estadual, Lei n.  
1153 12265 de 1996, atualizada pelas leis 19578/2011 e 19444/2011 e repassado aos  
1154 municípios por meio de transferência do Fundo Estadual de Assistência Social para os  
1155 Fundos Municipais em complementaridade aos co-financiamentos Federal e Municipal.  
1156 Qual que é a base de calculo do piso mineiro. A base de calculo é a seguinte 2,20 x o  
1157 número de famílias cadastradas no cadastro único. A base do cadastro único é de 2010.  
1158 Então 2,20 mais o número de famílias no cadastro único é igual ao valor do piso mineiro  
1159 para cada município. O valor do piso mineiro foi atualizado em 2014, porque segue o  
1160 mesmo valor federal. Como o piso fixo, ele aumentou em 2014, MG também aumentou ,  
1161 passou de 1,80, o valor base no inicio da implementação foi de 1,80 com previsão de  
1162 atualização em 2015, a atualização foi de adiantada para 2014. Aqui um ponto histórico  
1163 da implantação é. **SIMONE** – 1,80 x o número de famílias do CADUNICO. Em 2014,  
1164 foram 853 municípios e o valor do orçamento R\$53.160.515,00, o valor R\$2,20 x o  
1165 número de famílias do CADUNICO, claro que aqui né gente! Eu sei que os senhores  
1166 devem está pensando, mas como 2014 não pagou né! Mas só pra gente ter uma noção  
1167 do valor de 2014 até para o debate de qual é a dívida do governo do Estado com os  
1168 municípios. Histórico da implantação. Apesar da implantação de um piso para a  
1169 assistência social ter representado uma conquista ela ainda não se consolidou, isso é  
1170 muito importante a gente discutir aqui. Desde 2012, os repasses desses recursos, que  
1171 deveriam ser mensais, tem sido realizados com atrasos e descontinuidade. Aqui o cenário  
1172 para vocês. Em 2012 foram pagas 12 parcelas, não! Deveriam ter sido pagas 12 parcelas,  
1173 e foram pagas 7 parcelas, então temos o número de parcelas atrasadas, 5 das parcelas  
1174 de 2012, foram pagas em 2013. Em 2013 estavam previstas 12 e foram pagas 8 e 4 em  
1175 2014. E em 2014 foi revistas 12 pagas 8 e 4 ainda não foram pagas. Aí vocês estão  
1176 vendo vermelhinho aqui no 8 – observação, as 8 parcelas de 2012, foram pagas segundo  
1177 o critério na resolução SEDESE 58/2014. De acordo com este critério, 476 municípios  
1178 tiveram as parcelas suspensas. Os municípios que não tiveram as parcelas suspensas  
1179 receberam o valor de 8 parcelas, descontado o valor de saldo identificado em conta em  
1180 junho 2014. Quero aqui fazer duas observações. Qualquer pessoa poderia olhar para  
1181 esse cenário e dizer qual é o problema de 2012 e 2013, se as parcelas foram pagas? A  
1182 questão é a concepção do financiamento na assistência social, por isso é muito  
1183 importante deixar claro. Como os serviços são continuados o financiamento também tem  
1184 que ser continuado. Tem que ser regular, ou seja, toda mês e automático sem nenhum  
1185 impedimento burocrático. Essa é a concepção do financiamento no sistema único de  
1186 assistência social. Essa observação abaixo é pra chamar atenção de uma resolução que  
1187 tenho certeza foi e deve ter sido muito discutida pelos senhores e senhoras. Não nem  
1188 como informe? (falas ao fundo) mas depois vem então. Vocês conhecem a resolução, ou  
1189 não? Ata! **JULIO**– A gente ficou conhecendo porque apareceu na prestação de contas a  
1190 famosa resolução. **SIMONE** – tudo bem! Tá bom! Só queria saber se vocês tem  
1191 conhecimento. Bem, então vamos lá. Execução de 2014. Vou mostrar para vocês o  
1192 diagnóstico da resolução, tá bom? O efeito dela, o que aconteceu com a implantação da  
1193 resolução. Então, número de municípios e parcelas do piso mineiro pagas em 2014.  
1194 Período Janeiro a agosto de 2014, número de municípios pagos, 377, números de  
1195 municípios com recursos suspensos 476, número de municípios com pagamentos  
1196 atrasados 0. Isabela ficou esquisito esse negocio ai. São os números. É uma questão de

1197 semântica. **ISABELA** - é porque pela resolução o que foi pensado e executado na gestão  
1198 passada, foi que a resolução de n. 58, ela teve como foco os meses de janeiro a agosto.  
1199 Então os municípios que receberam com base no calculo, que a resolução definiu que foi  
1200 do valor das 8 parcelas descontado o saldo em conta. Então, quem tinha 0 recebeu o  
1201 valor integral das 8 parcelas. Quem tinha 2 parcelas recebeu 6, quem tinha 3 recebeu o  
1202 valor de 5, mas foi a conta feita com base no valor indicado com base em junho de 2014,  
1203 e 476 municípios tiveram essas parcelas de janeiro a agosto suspensas. A suspensão foi  
1204 por duas situações, ou não tinha preenchido o SIM SUAS, que é o sistema de informação  
1205 e monitoramento, ou tinha saldo maior do que o valor de 8 parcelas. Então, pela  
1206 resolução qual era a interpretação: as parcelas de janeiro a agosto não estão atrasadas,  
1207 elas foram ou suspensas ou pagas com essa base de calculo. Por isso 0 município com  
1208 pagamento atrasados referente a janeiro à agosto, o atraso seria referente a setembro e  
1209 dezembro, porque setembro e dezembro não entrou na resolução 58. Então, o órgão  
1210 deveria ter pagado as parcelas do valor integral de setembro a dezembro. Por isso, ali, os  
1211 853 municípios estariam atrasados só em relação a esse período setembro a dezembro.  
1212 Era a interpretação que a resolução 58 estava definindo. **SIMONE** – por mais estranho  
1213 que possa parecer, porque quando a gente ler número de municípios com pagamentos  
1214 atrasados, porque quando a gente faz um diagnóstico para o conselho, a gente pega  
1215 exatamente o que a resolução diz, para que vocês tenham clareza e que a gente tente dar  
1216 clareza a vocês do que é a resolução e do que é de fato o que ela trouxe. Então vamos  
1217 continuar. De setembro a dezembro de 2014, foi pago. Então, também, se não foi pago,  
1218 nenhum município com recursos suspenso. E nós temos então isso é importantíssimo, por  
1219 isso é importante a gente ler a coluna de cima e a debaixo, para vocês terem noção da  
1220 nossa dívida. Segundo a resolução. Então nós temos uma dívida com 853 municípios de  
1221 setembro a dezembro de 2014. O objetivo dessas lamina é de cara com a realidade então  
1222 vamos ver isso aqui. Olha! Execução de 2014 pula isso. Essa aqui gente nós fizemos  
1223 municípios pelo total de parcelas pagas conforme regras estabelecidas pela resolução  
1224 SEDESE 58/2014, esse gráfico é interessante porque pode parecer a principio como pôde  
1225 parecer a mim, quando a olhei. Que os municípios quando receberam, todos receberam 8  
1226 parcelas, né! Só pra ficar claro, é foram 8 parcelas descontado o saldo. Agora o gráfico dá  
1227 mais clareza do tamanho do nosso problema 476 municípios receberam 0 parcelas, 74  
1228 municípios receberam de 0,1 a 2 parcelas, 82 municípios receberam de 2,1 a 4 parcelas,  
1229 105 de 4,1 a 6 parcelas. Então na verdade 116 municípios receberam 6,1 a 8 parcelas.  
1230 Esse outro gráfico, nós mostras ai com porcentagem, só pra dá uma visualizada que 56%  
1231 receberam 0 parcelas, 9% 0,1 a 2, 10% de 2,1 a 4, 12% de 4,1 a 6, e 14% de 6,1 a 8  
1232 parcelas. Pode pular isso. Isso não interessa agora, depois se vocês quiserem olhar. Isso  
1233 é o total de recursos federais repassados por piso para os municípios que é um  
1234 comparativo interessante, quando for discutir de verdade o financiamento em Minas essa  
1235 lamina é muito importante. Porque qual é a diferença do piso mineiro, para o  
1236 financiamento nacional previsto na NOBSUAS, a diferença positiva é um piso que já é  
1237 composto. A NOB prevê mas não é regulamentado em nível nacional. O que é negativo é  
1238 que o piso é um valor único para tudo. Por serviço da base, da especial, para o benefício  
1239 para tudo. É um co-financiamento aberto, é! mas é um co-financiamento muito pequeno.  
1240 Porque a NOB prevê que todo serviço tem o seu custo, mesmo que tenha sido transferido  
1241 em piso, você tem que fazer o custo do serviço. Então, quando a gente for, eu trouxe para  
1242 o conselho ter conhecimento, mas não é para o debate de hoje, mas é um debate

1243 importantíssimo para quando formos fazer o desenho do financiamento do Estado de MG.  
1244 Bem, vamos voltar á resolução. A resolução SEDESE, 58, a suspensão foi definida por  
1245 meio da resolução 58/2014, que diz artigo 2º o fundo estadual de assistência social ao  
1246 monitorar a execução financeira dos recursos estaduais alocados nos fundos municipais  
1247 de assistência social e os conselhos municipais de assistência social adotará os  
1248 seguintes procedimentos. § primeiro, suspensão temporária do repasse de recursos do  
1249 piso mineiro, aos municípios nos casos em que forem constatadas que os somatórios dos  
1250 saldos constantes nas contas bancárias municipais vinculadas ao piso mineiro for maior  
1251 ou igual a 8 meses de repasses, 8 parcelas. § Segundo, suspensão temporária do piso  
1252 mineiro aos municípios nos casos em que forma constatadas pendencias ou  
1253 preenchimento por parte do municípios do demonstrativo do SIM SUAS que e o sistema  
1254 de monitoramento de informações de MG, SIM SUAS, conforme disposto no § primeiro  
1255 do artigo 4º da resolução SEDESE n. 34 de 22/04/2009, e artigo 2º da resolução da CIB  
1256 n.7 de 23 de agosto de 2013. O pagamento das parcelas de janeiro a agosto aos 377  
1257 municípios foi realizado conforme calculo definido na resolução. Artigo 3º o repasse de  
1258 recurso do piso por meio do fundo estadual de assistência social ocorrerá nos casos em  
1259 que for constado o somatório dos saldos constantes nas contas bancárias municipais  
1260 vinculadas piso mineiro de assistência social de valor menor a 8 meses de repasse,.  
1261 Sendo repasse correspondente ao período de janeiro a agosto de 2014, § único, o valor  
1262 de repasse será calculado do valor das 8 parcelas de janeiro a agosto de 2014, deduzido  
1263 o valor constado do somatório do saldo constantes nas contas bancárias municipais,  
1264 vinculadas ao piso mineiro conforme informadas pelos municípios no SIM SUAS no mês  
1265 de junho de 2014. Aqui então o quadro resumo da execução orçamentária e financeira do  
1266 piso mineiro. Então o valor previsto para o piso no orçamento de 2014 R\$53.160.515,00,  
1267 12 parcelas para 853 municípios, valor pago em 2014 R\$ 9.163.246,59, R\$7.941.578,00  
1268 valor executado na ação orçamentaria do piso mineiro. Pagamento das parcelas de  
1269 janeiro a agosto para 377 municípios, estes 377 municípios receberam o valor das 8  
1270 parcelas, descontado o valor identificado em conta. Aqui tem um \* em vermelho R\$  
1271 1.221.668,59, pagamento feito para 6 municípios, na ação orçamentária da proteção  
1272 especial. Valor não pago em 2014 R\$45.218.937,00, sendo R\$27.148.256,36, valor  
1273 suspenso nos 476 municípios, com base na resolução 58/2014. Devido à identificação de  
1274 parcelas paradas em conta e ao não preenchimento do SIM SUAS e valor descontado  
1275 aos 377 municípios com base no saldo identificado em conta e R\$18.070.680,64,  
1276 correspondente aos valores correspondentes a setembro e dezembro de 2014. Estão  
1277 atrasadas as 4 parcelas para os 853 municípios. Aqui é uma análise da suspensão. É o  
1278 critério de suspensão de pagamento com base nos saldos em conta dos municípios, foi  
1279 uma penalização injusta, pois considerou o saldo no mês de junho, logo depois do  
1280 pagamento de 4 parcelas referente ao atraso de 2013, feito de uma só vez em maio.  
1281 Então quer dizer considerou o que era saldo o que não era saldo, pois depositou de uma  
1282 só vez 4 parcelas. Além disso, como os recursos do piso mineiro são para pagamento  
1283 despesas cotidianas como pessoal, conta de água luz e internet, material de consumo, o  
1284 fato do recurso não ser pago mensalmente dificulta a sua utilização, sem garantia do  
1285 recebimento o secretário municipal não pode usar os recursos para despesas com  
1286 pessoal. O descumprimento do pagamento regular e mensal pelo governo mensal,  
1287 portanto dificulta a utilização dos recursos e acaba por contribuir para os acumulo de  
1288 recursos parados em conta. Esse acúmulo de uma por sua vez, faz com que a prefeitura

1289 fique sem receber novos os recursos, gerando o efeito cascata negativo para a política de  
1290 assistência social, e principalmente para a população usuária. O Secretário André me  
1291 contou que foi ao município e chegou lá, serviço de acolhimento uma entidade foi atrás  
1292 dele e disse, “secretário venha aqui para o senhor ver”. Ele chegou lá e ele teve a triste  
1293 visão das entidades, e teve que amarrar a cama onde o idoso estava dormindo e já tinha  
1294 tempo que não repassava recursos para serviços essenciais continuados. Então, são  
1295 exemplos da falta de repasse regular e automático, causa na falta de atendimento.  
1296 Cenário de 2015, a tragédia. Estou brincando! Principais problemas diagnosticadas,  
1297 atraso e falta de regularidade no pagamento do piso mineiro, e dos co-financiamentos da  
1298 série histórica, porque não foi só o piso mineiro também teve atraso em duas parcelas da  
1299 série histórica. Causas regulação do piso mineiro, prevê pagamento regular e  
1300 programado, então está escrito no decreto que o repasse em Minas deve ser regular e  
1301 programado e não regular e automático. O que é regular e programado? Depende, vai  
1302 mandar dinheiro se ele mandou papel, se ele respondeu o SIM SUAS, se ele fez isso ou  
1303 aquilo. Essa é a lógica do pagamento. Ontem mesmo discutimos, eu, o Jaime e o José,  
1304 que é o diretor de gestão do fundo do SUAS, do Ministério, e nós discutimos que como é  
1305 difícil bancar essa concepção, é muito difícil dos órgãos de controle, tudo que, qualquer  
1306 coisa que quer que corta o dinheiro, temos que discutir que nada tem que deixar de pagar os  
1307 recursos. Nada pode penalizar o usuário. Pensar em penalização de gestores, ou pensar  
1308 em outros tipos de penalização, e é uma concepção que se não tiver muito clara no SUAS  
1309 é facinho, facinho. Chega um burocrata de plantação e cadê o papelzinho. Então queria  
1310 muito. Chama a atenção do Conselho Estadual, dessa concepção do repasse regular e  
1311 programado, outra coisa fragilidade do assessoramento técnico prestado pelo Estado aos  
1312 municípios. Primeiro cabe à SEDESE prestar assessoramento técnico aos municípios,  
1313 buscando acompanhar os gestores municipais na superação das fragilidades de gestão.  
1314 No entanto, constatam-se que ações realizadas pela SEDESE são insuficientes,  
1315 resumindo a contatos pelos telefones. Segundo CENSO SUAS, apenas 16% dos  
1316 municípios do Estado de MG, receberam visita técnica da SEDESE no ano de 2013. E  
1317 terceiro problema diagnóstica é a baixa capacidade institucional dos municípios, e  
1318 fragilidade na gestão orçamentária e financeira. Eu só quero dizer conselheiros, que eu  
1319 trouxe esses principais problemas, mas vamos discutir, e espero que já no próximo mês a  
1320 gente possa trazer também, porque vamos passar pela CIB. Isabela, Tereza e Jaime,  
1321 vamos levar uma proposta para a CIB para enfrentarmos cada um desses problemas. E  
1322 estamos tentando achar uma saída para o pagamento da dívida, mas também queremos  
1323 apresentar ao conselho e à CIB uma proposta de assessoramento técnico aos municípios,  
1324 e pra gente apoiar os municípios nos gastos do piso. Contexto de atrasos, contexto de  
1325 parcelas em atraso. Valores não executados em 2014, e 2015, valor não pago em 2014  
1326 em decorrência da suspensão. Valor não pago em decorrência da resolução 58 em 2014,  
1327 só lembrando municípios com saldo, municípios que não preencheram o SIM, e valores  
1328 descontados das parcelas de janeiro a agosto dos 375 municípios pagos. Então o valor é  
1329 de R\$25.926.583,77, valor em atraso, vejam só a dívida. Valor de 4 parcelas de 2014 do  
1330 piso mineiro de setembro a dezembro, mais duas parcelas da série histórica. De  
1331 novembro e dezembro isso dá um valor de R\$19.632.672,50, mais 3 parcelas do piso de  
1332 2015 de janeiro a março, mas três parcelas da série histórica de janeiro a março,  
1333 totalizando então R\$13.511.423,40, somando todo, o valor é de R\$59.070.679,67. Claro  
1334 que é depois da notícia de hoje, de que o orçamento foi aprovado e da recomposição do

1335 piso. A recomposição do piso não significa recomposição da dívida. Agora o que vamos  
1336 fazer, preparar e espero dar boas notícias - nós vamos pegar o orçamento, e diante do  
1337 diagnóstico feito, e vamos apresentar uma proposta para negociar nas CIB, acordar na  
1338 CIB e trazer para os senhores e senhoras. Então é isso, obrigada presidente. **MARIA**  
1339 **ALVES** – por nada. Alguém quer? Pois não! **VOLNEY** – pela minha percepção, o piso  
1340 mineiro, você tem como base o número de famílias cadastradas no CADÚNICO. Então ali  
1341 me parece que durante 4 anos a base de dados foi de 2010. Gostaria de saber se  
1342 poderia apresentar para a gente essa evolução das famílias do CADÚNICO. Segunda  
1343 pergunta, a grosso modo, de 2010 a 2014, se você tinha o piso mineiro de 1,80 por família  
1344 e chegou a 2,20, a grosso modo deu um reajuste entorno de 22%, e não sei se  
1345 corresponde à inflação deste período. Qual é a base de cálculo? A Lei, ela é clara para  
1346 falar deste reajuste? Com fica esse reajuste aí. Então são essas duas dúvidas e se  
1347 puderem esclarecer, tá Simone? **MARIA ALVES** – tem mais alguém que quer pedir mais  
1348 algum esclarecimento, argumentar? **HERMELLIS** – só complementar, que quando o  
1349 Volney perguntou veio uma dúvida - famílias com base no valor do cálculo, é famílias  
1350 cadastradas apenas, ou famílias cadastradas com cadastro válidos, como acontece no  
1351 IGD. **MARIA ALVES** – mais alguém? Vou pedir para a Simone responder em bloco, e a  
1352 gente já encaminha. Quando vai abrir o plano de serviço? **SIMONE** – vejam só gente,  
1353 primeiro boa parte das perguntas claro que não sei responder. Achei que vocês  
1354 soubessem. Achei que o valor do piso, nada disso passou por aqui. Vocês não discutiram  
1355 o valor, o aumento, nada? Passou! Tá, então tá. Deve ter uma resolução do conselho. Só  
1356 um minuto. Tudo bem, gente! Não estou fazendo crítica, não sei e estou perguntando.  
1357 Posso te falar como é que o nacional, está na política nacional, na NOB, que deve servir  
1358 de parâmetro, que é bem diferente. No nível nacional é 2,20 por família. Na área de  
1359 abrangência do CRAS é bem diferente. Independente do cadastrados, referenciados. E  
1360 quando foi feito a discussão de passar no nível nacional de 1,80 pra 2,20, foi levado em  
1361 conta sim o reajuste com relação à inflação e aqui não sei se foi seguido as mesmas  
1362 regras. Quem puder explicar depois, explica por favor. É, a outra pergunta não sei  
1363 responder. Você sabe responder Isabela? As famílias são cadastradas, são válidas ou  
1364 não. **ISABELA** – bom, em relação ao reajuste, Volney, ele já estava previsto na resolução  
1365 que instituiu o piso a 459/2010. Ela previu que o piso iria iniciar no valor de 1,80 e que ele  
1366 seria atualizado em 2015 para 2,20, e aí com a questão, teve o reajuste do governo  
1367 federal. E teve a questão toda do FEM, que você sabem que com a criação do Fundo de  
1368 Erradicação da Miséria, que é a fonte 71, que é de onde vem os recursos do piso mineiro,  
1369 foi possível fazer dois adiantamentos no calendário. Que estava previsto na resolução que  
1370 instituiu o piso. O primeiro foi à universalização do piso que estava previsto para acontecer  
1371 só em 2014, com a criação do FEM e a definição dele como fonte de recurso para o  
1372 pagamento o piso mineiro. O FEM veio uma arrecadação nova para o Estado, que  
1373 permitiu que adiantasse essa universalização, então ela foi feita em 2013 e não em 2014,  
1374 e foi um recurso a mais que o Estado teve e não foi usado para pagar o piso. Em relação  
1375 ao reajuste foi também seguindo essa questão do FEM, como já tinha uma possibilidade  
1376 de arrecadação maior, conseguiu adiantar também essa disponibilidade orçamentária,  
1377 para adiantar o reajuste que estava previsto na resolução, e coincidir com o reajuste do  
1378 governo federal. E esse cálculo, não sei dizer se ele foi feito com a regulação do piso,  
1379 considerando a inflação ou não. Essa não sei dizer. **CONSOLAÇÃO** – só uma  
1380 observação: que tudo isso foi uma conquista da comissão de participação, e foi inclusive

1381 do Secretário, porque essa antecipação foi ele na revisão no PPA, e, foi isso tudo  
1382 também, foi da comissão. Porque até passar para 2,20, e o geral nisso, passou também  
1383 pela comissão e do atual secretário. **VOLNEY** – é louvável ter passado pela comissão e  
1384 não teremos os mesmos parlamentares durante ai os anos seguintes. Acho que é  
1385 necessário a gente tentar amarrar o índice de reajuste. A previsão de inflação para esse  
1386 ano é de 8,5%. Então, quer dizer, se tem uma previsão de 1,80, pra 2,20, mas eu tenho  
1387 que basear isso em um índice governamental, inflação de IGPM. Estou provocando, que  
1388 se não na verdade não tem nenhum acréscimo. Concorda Ronaldo? **MARIA ALVES** –  
1389 antes do Ronaldo tem a Lúcia, inscrita primeiro. E o Hermes e depois o Ronaldo. Lúcia?  
1390 **LÚCIA** – bom! Realmente essas questões não foram discutidas no conselho. Fomos  
1391 informados pelas decisões. Eu queria só contrapor a fala do conselheiro Volney, que  
1392 ouvindo os municípios, antes, sabe Volney, de ouvir os municípios. Não estou dizendo  
1393 que não seja louvável, mas antes disso, só a título de informe da curiosidade da situação  
1394 do CADÚNICO no Estado de Minas, em 4 anos na minha cidade é o triplo. Porque em  
1395 2010 havia bastante dificuldade. Meus colegas estão tudo balançando a cabeça lá trás.  
1396 Então tomar como base o ano de 2010, com certeza puxou para baixo. Então temos duas  
1397 questões, que já foram apontadas aqui hoje. O co-financiamento preconiza o custo do  
1398 serviço. Tá certo. A nós do município adianta muito pouco e dizer que eu posso gastar  
1399 com o que eu quiser. Eu posso gastar com o que eu quiser o pouco, que não dá para  
1400 nenhum dos serviços. Vou dar exemplo meu que eu sei de cor: o meu piso básico fixo é  
1401 48mil, só ele do governo federal. O meu piso mineiro é 10mil. O que eu faço? Com o resto  
1402 de todos os serviços que eu tenho? Entendeu? Então, hoje muito mais de 50% hoje,  
1403 praticamente 70% do meu orçamento hoje é tesouro municipal. Entendeu? É muita coisa,  
1404 e eu nem posso brigar. No município tem que entrar muda e calada. Na disputa de  
1405 orçamento eu tenho 70% do tesouro. Então, eu acho que tem questões muito importantes  
1406 para a gente discutir. Eu acho que seria interessante a gente conhecer, o conselho  
1407 precisa conhecer como que está comparativamente, o que que é a qual é a base de 2010  
1408 e qual a realidade de 2014, porque eu acredito que se a gente realmente acompanhasse  
1409 as normativas e diretrizes da política e o que está sendo feito no governo federal, já  
1410 melhora absurdamente. Agora reconheço plenamente que tem um foço tão grande, que  
1411 isso não se fará de maneira automática e nem de curto prazo, e nem imediata. É isso.  
1412 **HERMELLIS** – a minha pergunta é a pra saber se a família cadastrada é válida ou não  
1413 era, justamente para saber o que a Lúcia falou, e para saber. E quando você falou  
1414 Isabela, veio na minha mente, também, que já foi publicizado pelo Secretário André e a  
1415 Secretária Rosilene sobre o FEM – Fundo de Erradicação da Miséria, que tem o prazo de  
1416 término: 31 de Dezembro de 2015. O piso mineiro. **MARIA ALVES** – Ronaldo. **RONALDO**  
1417 – Na verdade é esse diagnóstico me deixa é estarecido com a situação que nós vivemos  
1418 aqui. É ai coloca-se em xeque onde está o poder discricionário da administração, e onde  
1419 está a deliberação de um conselho paritário. Então, na verdade, o que estamos fazendo  
1420 aqui? Quando o gestor cria uma lei, essa lei vem de uma lei maior 8742 a LOAS. Está  
1421 todo mundo cansado de saber que a política, ela não pode ser interrompida, tem que ser  
1422 de forma continuada, e, na verdade, cria-se critérios para penalizar o usuário, através dos  
1423 municípios, conforme colocado aqui. Então é a mesma coisa, deu fazer uma depósito  
1424 hoje. Vou fazer um depósito para os municípios, no dia 26, de 200mil na conta de cada  
1425 município. Amanhã eu baixo um decreto, que quem tinha no dia anterior 200mil, não  
1426 recebe mais. Gente, é estarecedor! Muito bom tá trazendo este diagnóstico. E o pior é a

1427 gente estar conhecendo resoluções do gestor, e que não foi passado para este conselho.  
1428 Então, um desrespeito total com o Conselho que é deliberativo. Até que ponto nossas  
1429 resoluções do CEAS vão ter qualquer validade, quando a outra sobrepõe e quando cria  
1430 critérios, sem discutir, sem discutir nos colegiados, sem discutir nos municípios, e muito  
1431 menos com o Conselho Estadual. Desculpa é um desabafo, mas é usuário, e nós  
1432 estamos aqui focando o usuário. Prejudicando não são os municípios, primeiro com os  
1433 critérios, era por bloco, não era município que estava em dia, esperavam-se blocos ou  
1434 repasse, todo mundo pedindo algo que eu entendendo ser automático, quando a política  
1435 já diz tem que ser de forma continuada. **MARIA ALVES** – Isabela. Depois Júlio, depois  
1436 Denise. **ISABEL** - Estou em uma posição um pouco delicada aqui, mas eu estou trazendo  
1437 as informações que eu tive conhecimento, da participação na gestão anterior. Bom! Em  
1438 relação às famílias no CADÚNICO, era um cadastro total. Número total de famílias  
1439 cadastradas, sem critério de válido ou qualquer outra, eram número total constante na  
1440 base de agosto de 2010. De fato, se a gente precisa atualizar para a base de hoje, o  
1441 número é bem superior na base de famílias cadastradas em cada município. Chegamos a  
1442 fazer uma previsão, um estudo interno na SEDESE, pra ver um estudo com a base de  
1443 2013 já e aumentaria o piso mineiro no valor de R\$17 milhões. Então é um valor  
1444 substancial, que traria aumento. E outra questão também, é em relação à base de cálculo  
1445 com famílias referenciadas. Também é bem superior. A família referenciada vai além, às  
1446 vezes no município, de pequeno famílias referenciadas no CRAS, 2000, 5000 dá um valor  
1447 muito superior ao valor da família cadastradas no CADÚNICO. Também é uma outra base  
1448 de cálculo, pra essa a gente. Não que eu tenha participado. Não sei dizer qual o impacto  
1449 que traria, mas com certeza seria bastante significativo, se fosse uma atualização no valor  
1450 do piso. O que eu posso dizer é que a gente fez esses estudos, fez essas proposição  
1451 internamente, mas na realidade é que a gente mal estava conseguindo pagar o que já  
1452 estava no orçamento. Então fazer esse reajuste na época era inviável. Em relação à  
1453 discussão do custo do serviço, de fato o piso não foi pensado com base no custo do  
1454 serviço. Isso é um desafio para o sistema único como um todo. Famílias referenciadas  
1455 também não é necessariamente um cálculo de estudos no custo do serviço, mas é um  
1456 cálculo que aproxima mais não por todo o tempo de experiência que a gente já tem do  
1457 sistema, mas é uma discussão que estava sendo feita inclusiva na CIT ano passado. Que  
1458 o CONGEMAS, o Conselho Nacional dos Gestores Municipais estava pegando muito forte  
1459 da necessidade de fazerem esse estudo. Porque é os gestores municipais que estavam  
1460 tendo que arcar com este custo, e, às vezes, o próprio gestor não tem uma referência do  
1461 que é o serviço o valor mínimo para a qualidade. É claro que a gente tem alguns  
1462 parâmetros, mas, e parâmetros que estão sendo desenhados como para o acolhimento  
1463 institucional, para o CREAS agora vai ter o ID. Tem alguns pontos que a gente precisa  
1464 avançar isso e não estava sendo levado em conta, e uma discussão que estava presente  
1465 que a gente tem sim que fazer em relação ao custo de serviço. E outro ponto é com  
1466 relação ao FEM. É um ponto que a gente vai trazer na comissão de orçamento, e a gente  
1467 discutiu sobre isso na reunião de ontem, e a gente discutiu sobre o fundo e reviu as  
1468 legislações que tratam sobre o fundo. Então temos a lei 19.790 que criou o FEM,  
1469 prevendo quais são seus objetivos, destinação dos recursos, arrecadação, quem compõe  
1470 o grupo arrecadador, e nesta lei está previsto que o fundo está previsto para ser extinto  
1471 em 2030. Na lei do fundo, estou falando isso só para explicar onde está o problema de  
1472 2015, ele existe sim, mas é porque não está na lei do fundo. É porque a questão é que o



1473 fundo os recursos dele são originados de uma sobretaxação que foi criado em 2012, e foi  
1474 instituída em 2012 em cima de três produtos: cigarro, bebida alcoólica e armas. A venda  
1475 desses produtos no Estado é uma sobretaxação em cima do ICMS, que o Estado  
1476 arrecada. E aí no decreto que instituiu a sobretaxação, que tem a data de validade até  
1477 31/12/2015, então é aí que está a nossa questão. O problema não é necessariamente o  
1478 Fundo. O Fundo está previsto para continuar a questão. É que a fonte de arrecadação do  
1479 fundo dá onde se origina os recursos deles, tem previsão de se extinguir em 31 de  
1480 dezembro de 2015. Aí Lúcia, Júlio, se quiserem complementar alguma coisa, por favor,  
1481 vocês fiquem à vontade. A gente considerou importante de resgatar, para compreender  
1482 realmente onde está o buraco. É, e aí, como SEDESE, fazer parte da culpa. Não tinha  
1483 conhecido do decreto. As coisas que eu tinha acesso, essa lei que institui o FEM e depois  
1484 regulamenta, data de 2030. Então, da minha parte, nunca foi trazido no conselho, não  
1485 tinha conhecimento. Uma falha mesmo minha e da equipe, posso dizer. Em relação à  
1486 questão da taxação, vamos trazer uma proposta da comissão do que o conselho pode  
1487 fazer nesse sentido pra provocar essa discussão, porque, de fato ela vai trazer um  
1488 problema. O orçamento do FEM, ele é quase todo, dos 76 milhões, não sei a conta  
1489 certinha, são 73 mais ou menos são do FEM. Nosso co-financiamento do piso mineiro, co-  
1490 financiamento da série histórica da proteção básica, da série histórica da proteção  
1491 especial, ele todo tem origem nos recursos do FEM. Ao longo do tempo foram feitos  
1492 substituição da fonte 10, e também veio o aumento e o aumento veio em decorrência do  
1493 FEM. Foi um avanço, foi uma luta igual a Consolação colocou, que foi uma avanço da  
1494 Comissão de Participação Popular, mas é, ficou de lado a discussão sobre a origem  
1495 desses recursos do fundo, e ficou uma preocupação e temos que fazer uma discussão.  
1496 Não sei se diante a proposta da comissão, deixa pra comissão, é melhor, né? De  
1497 encaminhamento que a gente tirou em relação ao FEM, eu trago na hora da comissão.  
1498 Então tá. **JULIO-** só achei interessante a criatividade de quem elaborou essa resolução. É  
1499 muito criativa, tirou dele a responsabilidade e transferiu para o município. Essa é a  
1500 verdade e outra coisa sim! Eu penso que as coisas aconteceram, e chegou no ponto que  
1501 chegou de vontade política. Parece que não era prioridade que o governo anterior, a  
1502 assistência social. Sendo sincero, o problema era esse, quando há prioridade a coisa  
1503 acontece quando não há, não vai acontecer. Foi isso que aconteceu. A gente fica  
1504 discutindo muito, enquanto na verdade o fato é esse. Vai além. O Volney citou duas  
1505 coisas. O Volney citou uma e a Lúcia outra. Que deveria atualizar o piso mineiro, tanto na  
1506 questão do CADÚNICO, quanto da questão da inflação. Mas por outro lado, temos que  
1507 ver se tem pernas para isso, porque, até o momento, o governo anterior não tinha pernas  
1508 para cumprir o que estava estabelecido. Então, acho que pensar em aumento agora tem  
1509 que resolver primeiro a situação do Estado, e tentar cumprir o que ficou atrasado e o  
1510 atual, se não a gente vai criar mais do que tem condições de cumprir. Seria isso. **DENISE-**  
1511 – na verdade só pra gente. Enfim! É se organizar enquanto controle social mesmo assim.  
1512 A gente tem inclusive de fazer meia culpa com esse processo todo, mas, assim, o quanto  
1513 que a gente estava com dificuldade de acessar algumas informações que pudesse nos  
1514 levar a casar algumas discussões que a gente fazia aqui. Eu me recordo bem que no final  
1515 do ano, eu, o Vinicius, acho que o Rodrigo, chegamos a trazer algumas questões  
1516 relacionadas aos trabalhadores do SUAS, que estávamos tendo informações de um  
1517 volume grande de municípios, que estavam demitindo seus profissionais. Especialmente  
1518 os municípios que não tinham passado pelo processo de concurso, seleção pública. E a

1519 gente não conseguia casar essa informação do que estava acontecendo. Recebemos  
1520 várias denúncias de municípios, que avaliamos denúncias de CRAS, sem assistente  
1521 social, ou de CRAS sem assistente social e sem psicólogo, de CRAS só com coordenador  
1522 e oficinairo. Vocês se recordam disso. E a gente não conseguia casar o que estava  
1523 acontecendo efetivamente. O recurso não estava como a colega colocou. A Lúcia colocou  
1524 de que é um recurso efetivamente baixo, mas tem esse Estado com dimensões  
1525 continentais, que a gente tem com municípios de 1500 habitantes são recursos  
1526 fundamentais para que as esse município administrativamente aconteça. Então, na  
1527 verdade esse processo todo se deu a ausência desses recursos. Engraçado, que eu  
1528 trouxe uma informação, não sei se vocês se recordam, que no CRESS que, entre  
1529 novembro e dezembro, tivemos quase 5000 cancelamentos de registro profissional, por  
1530 motivação, não estou no exercício profissional, estou desempregado, perdi meu emprego.  
1531 Isso tudo se casavam com ausência absoluta. E outra coisa que se casava, e que  
1532 continua acontecendo, os tais processos de contratação via pregão. Qual é a lógica do  
1533 pregão? O menor preço. Se o município, ele não recebe recurso, ele vai pagar com o  
1534 menor recurso que ele tiver. Que loucura e aí vira essa cadeia de irregularidade de  
1535 problemas que vai se agravando o estabelecimento efetivo da política de assistência. Que  
1536 vai desqualificando a oferta de serviço de assistência. Porque ele é descontinuo e  
1537 desqualificado, em função dessa realidade toda, então assim. Acho que deu um silêncio  
1538 ruim na gente aqui. Acho que é absolutamente necessário o que a atual gestão está  
1539 fazendo - é preciso de que a gente se aproprie do efetivamente que aconteceu, e do que  
1540 vai acontecer daqui pra frente, pra que a gente se movimente, se organize pra dar conta  
1541 do que vem daqui pra frente. Quantas respostas a gente deu às ações de denúncia, que  
1542 passavam longe disso tudo aqui? Como se a gente não soubesse do que estava  
1543 acontecendo, como, de fato, muitas dessas situações não eram do nosso conhecimento,  
1544 é pra nossa reflexão. **SIMONE** – o gente, olha, queria dizer o seguinte. Temos várias  
1545 questões, e em todas as reflexões colocadas pelo Conselho, nós vamos vai integrar esse  
1546 diagnóstico, vocês podem tem certeza disso. Eu queria incluir uma outra, que me  
1547 preocupa desde o dia que eu pisei aqui. Que é o gasto com benefícios eventuais, e como  
1548 foi minha surpresa que ontem eu descobri que o conselho tem uma resolução sobre  
1549 benefícios eventuais. Então, ainda precisamos fazer diagnóstico, se a resolução do  
1550 conselho está sendo levado em conta do gasto do piso mineiro pelos municípios, nós não  
1551 temos condições de dizer se a resolução está sendo ou não respeitada, e claro que essa  
1552 é mais uma das questões que vamos ter que discutir, porque tem que gastar. Mas tem  
1553 que gastar bem e corretamente. Só falta a gente descobrir que o velho e bom  
1554 assistencialismo tá sendo praticado nos nossos municípios. Só falta essa. Bem! Vejam só!  
1555 Nós temos algumas questões, que temos que fazer. Nós temos que pagar a dívida, temos  
1556 que atualizar o pagamento, mas temos que fazer a discussão da política também. Esse  
1557 ano não é ano da conferência, então temos que discutir. Temos que discutir reajuste, sim!  
1558 Nós temos que discutir modelo de co-financiamento estadual, temos que ter uma  
1559 proposta, temos que ter uma proposta para discutir com a Assembleia Legislativa. A  
1560 conclusão feita por nós aqui, é então não tem financiamento, não tem co-financiamento.  
1561 Na verdade porque tem alguns recursos, que vão terminar no final deste ano, e é um  
1562 assunto seríssimo. Não é só pagar dívida não, é segurar o que tem, pra não ir para a  
1563 segunda divisão. Né Denise? Aquela história, tem que rezar para não ir para a segunda  
1564 divisão. Temos um horizonte de perspectivas, e o conselho tem que discutir em cima dela.

1565 Tem propostas, tem estratégias. Então, vocês verão como eu sou: eu não fugo de nada,  
1566 discuto política futebol, partido, religião e tudo, inclusive financiamento da assistência  
1567 social. Então, vocês não se preocupem que nós estamos discutindo isso na Secretaria  
1568 também, e faço questão absoluta que o Conselho se aproprie da discussão, e que a gente  
1569 possa levar uma proposta para a Conferência Estadual de Assistência Social. Obrigada  
1570 presidente. **MARIA ALVES** – temos Vinicius, que é o nosso último inscrito. A gente  
1571 encerra as inscrições agora, para a gente encaminhar e passar para o próximo ponto.  
1572 **VINICIUS** – eu só queria. Essa resolução, desde quando ela foi apresentada no  
1573 Conselho, ela me causou um grande incômodo, e a minha vontade era de uma vez  
1574 revogar a resolução, mas não tinha esse poder. E não era uma resolução do Conselho.  
1575 Enfim. E, estranhamente a coisa é muito diferente. A forma como colocou da condução e  
1576 proposta de apresentação, e trazer o diagnóstico, porque naquele momento a condução  
1577 de apresentação era de convencer os conselheiros de que essa resolução era a coisa  
1578 mais correta naquele momento. Não porque o Estado não tinha saldo, mas é por que os  
1579 municípios estavam errado de ter saldo e não ter gasto. Então, esse foi um discurso, no  
1580 momento, que causou uma estranheza maior naquele momento - de nos convencer de  
1581 que estavam errado os municípios terem mais até 8 parcelas em conta. É, naquele  
1582 momento, eu mesmo fiquei assim, gente nossa, comprando a ideia. Tem razão. Fui  
1583 verificar e BH estava na lista. E fui questionar meu município, e ai vem, esse valor foi  
1584 pago há pouco tempo e ficamos com receio de gastar esse valor, porque nunca recebe e  
1585 tal, e estava fazendo um planejamento diferente, estava sendo pensado várias coisas de  
1586 gastar esse recurso, e de forma alguma estava pensando em gastar ele agora. Por que  
1587 né? Então. E ai veio essa situação. É, então acho que esse diagnóstico vem amadurecer  
1588 o processo e mostrar, e vem também mostrar um novo ponto de condução, e qual é o tom  
1589 que o governo quer dar para as informações. Ainda sim, é pelo diagnóstico. Eu vejo. Essa  
1590 é a impressão que me dá. Tá Simone. A impressão que me dá do governo arcar com  
1591 essa dívida total. É, então, entendo assim - parece que existe a intenção e não tem uma  
1592 clareza de como é que vai acontecer, e como vai se trabalhar para isso. E ainda assim me  
1593 causa um desconforto a resolução. A existência dessa resolução me causa um  
1594 desconforto. A existência da resolução, ela diz como a Isabela apresentou, diz que não  
1595 existe dívida. Porque foi assim: é uma suspensão e, apesar da resolução dizer, é uma  
1596 suspensão temporária. Parece que é uma suspensão temporária, tipo assim, eu não vou  
1597 te pagar isso, que foi suspenso. Sabe! Então ainda me causa o incomodo, a existência  
1598 dessa resolução. Então eu gostaria de fazer uma proposta, e não sei até onde essa  
1599 proposta tem valor enquanto nossa do conselho. Gostaria de fazer uma proposta de que o  
1600 conselho enviasse um ofício para a SEDESE, é com uma, não sei, se seria uma  
1601 recomendação, para rever a existência dessa resolução, pra rever essa resolução, porque  
1602 eu me lembro do discurso do Secretário André Quintão, na PUC, na nossa plenária. E ele  
1603 trouxe essa preocupação dele, e ele trouxe no discurso essa questão de que vamos ao  
1604 procurar pagar os municípios, vamos procurar dar prioridade àqueles municípios que não  
1605 tem saldo em conta. Então quando ele fala isso, me esfriou a espinha. Eu falei assim,  
1606 nossa será que vai prevalecer a resolução?! Que a resolução vai se manter? Que existe  
1607 uma tendência de a resolução dessa retornar? Quando eu vejo essa apresentação, eu  
1608 penso que não. Mas ainda assim, eu gostaria de propor que viesse uma recomendação  
1609 desse conselho ao Secretário, de que a existência dela e saber que ela ainda está escrita.  
1610 É isso? **MARIA ALVES** – não tem mais ninguém para falar e de certa forma se indignar.

1611 Eu quero aproveitar aqui, antes de passar para a Simone fazer as considerações dela  
1612 final, é que durante a fala de cada um, a gente pode ver o sentimento de indignação.  
1613 Talvez uma indignação que parte do pressuposto do fato de nós estarmos aqui e isso  
1614 tudo estava acontecendo, e a gente pensa assim, poxa aconteceu e agora? Né? Mas eu  
1615 acho o seguinte, que as próprias falas foram dando encaminhamento e é louvável. Nós  
1616 temos as comissões, e eu acho que no que tange a sua indignação da existência da  
1617 resolução, porque não a comissão não aprofundar sobre isso. Essa resolução poderia ir  
1618 para a comissão de normas? Não, de orçamento. Poderia aprofundar e de repente pensar  
1619 alguma estratégia de como podemos lidar com essa resolução, ou se não acabar com ela.  
1620 Mas seria necessário, de repente, discutir isso na comissão também, acabar com ela  
1621 também. Mas também acho que a Simone, quando ela trás a apresentação disso, nós dá  
1622 uma responsabilidade muito grande de acompanhar de agora para frente esses  
1623 processos, no sentido de que a gente precisa olhar de forma mais criteriosa. Porque,  
1624 quando nós mesmos dizendo, foi vindo para nós, e foi dito que esse é o critério mais  
1625 viável, nós concordamos. Acho que de agora para frente, a gente precisa ouvir e colher  
1626 de forma mais criteriosa as informações, que são passadas pra nós. É, eu acredito que,  
1627 talvez, pode Júlio. **JÚLIO** – quando fala nós concordamos. Eu votei contra. Eu não  
1628 concordei com a situação, quero deixar bem claro. **MARIA ALVES** – muito bem Júlio.  
1629 Então assim, de uma certa forma, algumas imagino que votou contra, como o Júlio está  
1630 colocando. Mas, de uma certa forma, a discussão apareceu no conselho e a gente não  
1631 deu a devida atenção, que talvez a gente poderia ter dado, no que tange o resultado  
1632 prático nos municípios. Esse conselho, poderia à partir de agora, no decorrer dessa  
1633 gestão, poderia estar acompanhando isso mais de perto. Quando a Simone coloca que a  
1634 ideia é de fato dialogar com os municípios, recuperar, tentar arcar com aquilo que deveria  
1635 ter sido pago, e não foi. Cabe ao nosso conselho acompanhar o que está se dando, mas  
1636 também no que tange à política, ver e acompanhar na ponta o resultado política. Por que  
1637 estou dizendo isso? Porque se tinha dinheiro em conta, talvez nós falhamos, e vou dizer  
1638 nós, porque o conselho é nós. Se tinha dinheiro em conta, a gente não se preocupou sem  
1639 saber porque não foi gasto e incentivar a gastá-lo, se tinha aqui não vamos dar mais  
1640 dinheiro, a ação mesmo na prática faltou. Então queria trazer esse sentimento de que a  
1641 gente possa juntos. Agora está também no que tange não só esse, mas toda as fontes de  
1642 recursos, a gente está cobrando e acompanhando o resultado político e o cumprimento  
1643 das metas. Porque, inclusive, a gente viu nas reuniões de comissão que a gente tem e  
1644 cabe a nós, muitas das vezes, fazer análise de prestação de contas, e ai a gente não  
1645 estava lá. Não acompanhou a execução e temos que avaliar a prestação de contas. E que  
1646 agora a gente possa fazer no espaço do conselho. E queria levar esse sentimento para a  
1647 SEDESE de que a gente possa junto estar construindo de estratégia de mecanismo, de  
1648 resultado político na ponta. Então tem recurso, tem, mas a meta está sendo cumprida  
1649 para atender de fato quem precisa. Que isso possa ser um ponto primordial para nós.  
1650 Simone, suas considerações. **SIMONE** – primeiro, quero dizer que temos que se indignar  
1651 de ter saldo na conta dos municípios, sim. Temos que fazer as duas coisas. Não é  
1652 responsabilizando, ou culpabilizando os municípios. Esse é que é o ponto. Porque no  
1653 Fundo Estadual também tem saldo. Tem saldo no fundo estadual também, e não é pouco  
1654 não. É tem saldo do IGD, nós temos saldo também. E então nós temos que pensar assim.  
1655 E ai Maria, a proposta que estamos pensando é exatamente essa que falamos, que  
1656 coincidência é o Amor. Nós estamos pensando em fazer um apoio técnico baseado em

1657 indicadores. Como vamos melhorar os indicadores do SUAS em MG? E como todos  
1658 sabem, melhorar os indicadores é também melhorar, aumentar o financiamento. Então  
1659 nós vamos fazer gastar o saldo, melhorar os indicadores e aumentar os recursos para os  
1660 municípios e para o Estado. E é essa a nossa meta para a proposta, que nós vamos  
1661 trazer para os senhores, com relação a apoiar os municípios. Agora, com relação à dívida,  
1662 é essa questão que o Vinicius coloca, é uma questão importantíssima, que nós estamos,  
1663 viu Vinicius? Francamente com o conselho estadual discutindo essa questão. Você foi no  
1664 X da questão. Se tem uma questão, a questão é essa. E é claro o seguinte, que nós  
1665 estamos, você foi no x da questão, e a realidade nos aponta problema enormes para  
1666 enfrentamos esse problema, porque como eu disse o orçamento foi para a Assembleia  
1667 Legislativa sem o total de 2015. Estamos comemorando aqui hoje. A comemoração foi  
1668 qual? Ufa, salvamos 2015. Não tem, Vinicius, previsto. Nem deixa eu olhar aqui para falar  
1669 os números direito. Não tem previsto nem o setembro a dezembro de 2014, nem do piso e  
1670 nem da serie histórica, quanto mais janeiro a dezembro de 2014 de todo co-  
1671 financiamento. Quer dizer, olhar para esse diagnóstico, é também que é uma coisa que  
1672 nós não fizemos e por isso não quero nem me atrever tocar nesse assunto, e acho, que  
1673 corretíssimo, que o conselho se posicione politicamente, e nós temos que nós posicionar  
1674 politicamente sim, até sim a Lúcia saiu. E acho que o conselho deve para os municípios  
1675 uma posição. E estou falando de posição política. E ai, se nós vamos e vamos brigar até  
1676 morrer, nós vamos discutir até morrer, e como é que vamos fazer para caber a posição  
1677 política dentro do orçamento. Isso é uma outra coisa. E o conselho não pode abrir mão  
1678 de tomar uma posição política, para que resgate a sua e seu posicionamento com os  
1679 municípios. É preciso que o município fale que o Conselho Estadual, está enfim, está do  
1680 nosso lado. Porque o que eu ouvi dos municípios foi muito ruim. Eu fiquei muito triste,  
1681 Hermellis sabe! Aquele dia o que eu ouvi dos municípios, foi que o Conselho Estadual  
1682 ficou contra os municípios. Passou uma imagem horrível para municípios. Então, acho  
1683 que essa proposta que o Vinicius faz para o conselho, não é uma proposta, e vamos  
1684 deliberar para o posicionamento do conselho. E vocês podem ter certeza que nós vamos  
1685 levar em conta o posicionamento do conselho. Tem o posicionamento do conselho, tem o  
1686 posicionamento da SEDESE e tem a vida real da gestão. A vida real da gestão a gente  
1687 deixa para a próxima plenária. Certo presidente? A gente tem que ver o nosso  
1688 posicionamento, tem que conversar com o Secretário em cima do orçamento. A nossa  
1689 função é transformar o problema em política. Gestor serve pra isso, pegar o problema e  
1690 transformar em política. Isso é uma coisa. Agora o conselho tem que transformar política  
1691 em política, e eu concordo plenamente com o conselheiro Vinicius que a gente se  
1692 posicione, que saia uma resolução do pleno do conselho, deixando bem claro qual é o  
1693 posicionamento do CEAS. **MARIA ALVES** – Quer falar, pois não! **JOSÉ HENRIQUE** – eu  
1694 estou de posse do Decreto 45934, que dispõe sobre o adicional da alíquota do Fundo, e  
1695 ele tem por finalidade dispor e regulamentar o § primeiro do artigo 82º previsto no ato das  
1696 disposições condicionais transitórias da CF/88, e sendo um instrumento normativo infra  
1697 legal, ou seja, do próprio Governador, um decreto nada impede que haja uma  
1698 possibilidade, logicamente um estudo da viabilidade da prorrogação deste prazo, assim  
1699 como é feito constantemente com a Lei Candir, que se refere ao aproveitamento do  
1700 crédito de ICMS em face dos usos e costumes. Em relação a essa continuidade do fundo  
1701 73 milhões, nada impede que através de um decreto do Governador se estenda o prazo,  
1702 haja vista e trazendo como paradigma a Lei Candir. É um encaminhamento que se propõe

1703 de estudar a viabilidade de prorrogação deste prazo, logicamente se não houver  
1704 empecilho legal. No sentido contrário, mas acredito que sendo através de decreto não há  
1705 problema nenhum. **SIMONE** – obrigada conselheiro. É animador para esse momento e é  
1706 claro a Renata tá aqui, isso não resolve o problema. Mas pelo menos dá um fôlego para  
1707 nós, porque se não os problemas são tantos, que a gente não consegue nem olhar pra  
1708 frente e pensar no SUAS para 2026. De tão atolado. Obrigada pela informação. É, nós  
1709 vamos nos debruçar sobre este assunto, inclusive no próprio conselho. Vamos rever as  
1710 normativas e tal, então valeu. **MARIA ALVES** – podemos passar para o próximo ponto. A  
1711 gente vai! **SIMONE** - Vou fazer uma sugestão. Enquanto o Vinicius rabisca com a Lúcia. Viu  
1712 Lúcia? Nós discutimos, na sua ausência, que é muito importante um posicionamento do  
1713 conselho, para resgatar a imagem do conselho para os municípios. Enquanto vocês dois  
1714 fazem uma proposta aí. Por exemplo, já tem uma proposta? Então tá. Então lê. **MARIA**  
1715 **ALVES** – vou passar para o Vinicius, que aí a gente lê e encaminha. **VINICIUS** – a minha  
1716 proposta, ela é que a SEDESE, não sei de um ofício se acho que é recomendação, que é  
1717 o que podemos fazer uma recomendação da SEDESE que faça a revogação dessa  
1718 resolução. Na certeza que a SEDESE já está pensando outras estratégias. Certo para  
1719 poder ver como é que vai. A Consolação perguntou assim: isso Vinicius não vai fazer com  
1720 que, deixar o Governo em maus lençóis para poder pagar, e ter que pagar tudo de uma  
1721 vez? Já foi dito que não tem dinheiro nem para pagar as 4 últimas, não vai fazer diferença  
1722 assumir que tem que pagar todas. Eu acho que assim é. Esse diagnóstico já mostra  
1723 claramente uma intenção de arcar com essa dívida. Como arcar é como a Simone está  
1724 colocando, ainda não se tem clareza sobre isso. E agora a resolução trás um ponto crítico  
1725 de dizer assim, que de alguma maneira a gente pode não pagar entendeu. E acho que o  
1726 governo não deve se pautar mais nessa resolução. Inclusive para termos um  
1727 posicionamento em dizer assim, que nenhuma resolução, que traga esse teor, ela vai ser  
1728 bem aceita no conselho mais. Nenhum tipo de resolução que traga um teor de  
1729 condicionantes, e que não tenha aviso prévio, e não tenha trabalho com os municípios.  
1730 Por quê? Simone, como você coloca isso que temos que nos indignar com o saldo em  
1731 conta dos municípios sim. Mas você pegar e falar - olha te dou o dinheiro e amanhã não  
1732 te dou mais - entendeu? Isso é pegadinha, isso é rasteira, puxar o tapete. Certo, isso é  
1733 outra coisa como você colocou, é penalizar o município e penalizar o usuário, entendeu?  
1734 Acho que nenhum tipo de resolução nesse sentido ela pode acontecer. A não ser que a  
1735 gente traga um projeto, que daqui um ano vai passar a valer uma regra que conta com  
1736 isso, isso e isso. E os municípios tem um prazo de um ano para se adequar a essas  
1737 regras. Agora, acho que nunca mais esse conselho pode aceitar uma resolução que muda  
1738 as regras do jogo no meio da partida, e não dá nenhum prazo para o time se adequar. Pra  
1739 mim a proposta é recomendação de revogação desta resolução. **CONSOLAÇÃO** – Só  
1740 queria na questão do ofício, na questão do ofício, eu tinha feito e foi essa a sugestão que  
1741 eu tinha dado a princípio pra ele, que era solicitar à SEDESE uma recomendação de uma  
1742 solicitação de revisão, porque eu acho que a gente, por mais que indignação que possa  
1743 dar a todo esse processo, e vem toda a meia culpa, que passou aqui que e não foi  
1744 analisado com essa profundidade no tempo e quando ela foi apresentada. Eu acho que  
1745 ela poderia ser estudada lá até para rever, o que seria isso revogar, qual seria o impacto.  
1746 Isso tem que ser analisado e não de imediato, já vamos analisar e revogar, no sentido de  
1747 encaminhamento, porque acredito que possa sair, inclusive, uma outra norma com isso  
1748 tudo que está sendo levantado com esse diagnóstico, que está sendo feito, e dá essa

1749 margem pra gente ter, inclusive, uma proposta melhor do que até a questão da  
1750 revogação. **LÚCIA** – Consola, pela primeira vez vou discordar de você. O que que eu  
1751 acho que sobressai na questão da resolução da SEDESE, essa resolução 58. Primeira  
1752 questão foi extremamente desagradável, e ela começou um pouco antes da resolução. Já  
1753 tinha sido ventilada em situações, como da audiência pública na Assembleia Legislativa,  
1754 que indignou muito aos municípios. Foi quando a SEDESE já sinalizou que a  
1755 responsabilidade era dos municípios. Então eu vejo nessa resolução um deslocamento  
1756 muito sério de responsabilidade. Uma coisa eu acho que é o órgão gestor, e eu também  
1757 vou ao conselho e discuto as dificuldades do município no conselho. E uma coisa é o  
1758 executivo chegar para o conselho e colocar a realidade e as dificuldades, partilhar e  
1759 debater, quais são os encaminhamentos possíveis. Agora, a sensação que ficou aos  
1760 municípios foi que o Estado não tem nenhuma responsabilidade por não financiar a política  
1761 de assistência, e a culpa é dos municípios, ou porque não preencheram o SIM, ou porque  
1762 não souberam usar os recursos. Então a questão do não pagamento dos atrasos, quando  
1763 ficou demonstrado aqui do pagamento em bloco. Gente, pra quem está na ponta, os  
1764 municípios de até 20.000 habitantes, eles recebem 2000 reais do piso. 2000 reais, e isso  
1765 às vezes é para pagar um profissional do CRAS. Agora ele vai mandar embora mesmo.  
1766 Se o piso não chegar ele vai mandar embora mesmo, porque ele não tem de onde tirar.  
1767 Ele não tem como remunerar aquele profissional. Então eu concordo com o Vinicius no  
1768 sentido, sabe Consola, se precisar de uma outra normativa eu acho que o papel do  
1769 conselho é pedir a revogação. Agora, se o gestor entender que pra convalidar, aprendi a  
1770 palavra com nosso colega, são necessários algumas entendeu, algumas normas, tudo  
1771 bem. Agora, desde que essa responsabilização do município ela saia da discussão,  
1772 porque isso não é o ponto. No diagnóstico foi claro que 16% dos municípios apenas  
1773 receberam apoio técnico. A minha cidade é sede da regional da SEDESE. Eu nunca, em  
1774 dois anos, recebi a visita da regional da SEDESE. Ela nunca entrou na minha secretaria  
1775 nesses últimos dois anos, ela nunca perguntou o que estava acontecendo, ela nunca foi  
1776 em uma reunião do conselho, ela não quis saber o que eu estava fazendo com os  
1777 recursos federais, estaduais ou municipais. Então, não dá para responsabilizar os  
1778 municípios. Eu não posso ter outra falha aqui representando o COGEMAS. Impossível.  
1779 Então, por mim é revogação mesmo. Não dá pra responsabilizar, acho que o Estado, o  
1780 secretário, a secretária adjunta e a superintendente já disseram das providencias que  
1781 estão sendo tomadas, inclusive para garantir recursos humanos nos municípios, para que  
1782 essa assessoria técnica nos municípios se efetive. Aí sim. Aí nós podemos dizer que  
1783 quando 450 e poucos municípios porte 1 e 2. Pois é. Então o que se há para discutir,  
1784 município de porte 1, ele é responsável por não ter usado os recursos. Presta atenção,  
1785 desculpa agora a Presidente do Licença Linguística Semântica, agora presta atenção.  
1786 **MARIA ALVES** – nós termos a Shirley e o Ronaldo que se inscreveu novamente. Nós  
1787 vamos ouvir os dois encaminhar para votação, se não, não vamos cumprir a programação  
1788 de hoje. Certo Shirley. **SHIRLEY**- em primeiro lugar, quero registrar o mal-estar enorme  
1789 que está aqui. E o que acontece, e de acordo com o que o Vinicius estava dizendo ali e a  
1790 Lúcia veio complementar, hoje o problema com relação a essa resolução no conselho é  
1791 muito maior que esta resolução especifica da SEDESE. Eu falo porque foi até uma coisa  
1792 que apareceu ontem na discussão. A questão da 466, que é do próprio conselho que é da  
1793 regionalização, teve o mesmo problema de aparecer aqui de uma forma que deveria  
1794 resolver todos os problemas de regionalização do Estado, mas quando chegou no GT de

1795 discussão, junto com o CEDCA, ficou claro, que até o CAU pode confirmar isso, que  
1796 existia uma total inversão em relação à legislação nacional. Até de acordo com aquela  
1797 resolução conjunta entre o CONANDA e o CNAS, que fala a respeito do acolhimento.  
1798 Então quando leva essa discussão no GT, isso ficou tão claro, que além disso, que tinha  
1799 questão de ser adequada de uma legislação de um modo geral, que é uma coisa a se  
1800 pensar, porque essa resolução também passou por aqui. Nesse caso, uma resolução do  
1801 conselho. Então seria assim como que criou-se um modus operante, como foi criado um  
1802 sistema de trabalho que parecia que estava viciado. Você tinha uma situação que era  
1803 colocada como resposta para outra situação, e que estava totalmente contra a lei, e foi  
1804 essa discussão que pareceu também com relação à questão da 466. Por isso é  
1805 importante a gente estar atento. Às vezes a gente conhece a situação, e até a nossa  
1806 presidente colocou ali, e não estava na época, e teve pessoas, teve vozes que  
1807 questionaram e teve, que eu lembro, questionaram a respeito, falaram que não pode não  
1808 tem condição desse piso passar, não tem condição dessa situação estar assim. Foi  
1809 questionado e, mesmo assim, foi forçado, foi posto goela abaixo, e o conselho tem agora  
1810 que lidar, e acho que é mais que certo, porque responsabilização, se a gente quer  
1811 trabalhar nos municípios, a gente começa por aqui. Não é isso. A gente tem que estar  
1812 atento. Isso é participação social. Se você não consegue responsabilizar pelo seu papel  
1813 no conselho, o que você vai fazer fora daqui? Entendeu? E essa perversidade, essa  
1814 questão, tem mania sutil. A gente precisa atender com isso a ser coerente com o que é  
1815 certo e acreditar nisso, mesmo no momento em que a gente está vendo que está sendo  
1816 feito uma pressão contrária. Então fica a questão da minha indignação nesse sentido, até  
1817 porque fica também uma provocação. No caso, estava conversando mais cedo com a  
1818 conselheira Ana, que é da **SEAPA**, e que é uma coisa que percebe claramente, quando  
1819 chega um conselheiro novo não existe ainda uma coisa, ou uma receptividade, não sei  
1820 como é que se coloca isso, que ajude este conselheiro entender a importância do papel  
1821 dele aqui. Agora ela estava me dizendo “poxa tem que votar no negócio que não estou  
1822 entendendo patavina do que é”, mas pode ser que daqui um tempo ela nem tá sabendo,  
1823 nem no que está votando. Então, assim como é isso, estar no conselho, responsabilidade  
1824 de estar no conselho, o que é isso? Participação social. Então é só isso. Obrigada.  
1825 **SIMONE** - Ronaldo e o Júlio se inscreveu depois de terminado a inscrição. Se ninguém  
1826 se opor, vou abrir para ele falar e acabou. Ok! **RONALDO** – só sugestão de  
1827 encaminhamento, que seja votado a proposta do Vinicius para recomendação de  
1828 revogação, e acho que tem outros assuntos posteriormente, e acredito que vamos  
1829 acordar para isso, porque realmente é o nosso papel, que é o controle social. E gostei de  
1830 duas falas, inclusive da Vice Presidente, quando ela colocou que o usuário jamais de ser  
1831 penalizado, nem que o Estado seja. E com essa resolução o usuário está sendo  
1832 penalizado, e que o conselho discuta e faça da política a política, e o Estado transformar o  
1833 problema em política, e não um problema do Estado depois. **SIMONE** – Júlio. **JÚLIO** – me  
1834 causa até estranheza da parte de alguns conselheiros, quando fala de total  
1835 desconhecimento dessa resolução, porque ela passou no conselho, na comissão e na  
1836 prestação de contas, e foi falado sobre isso sim. Me causa estranheza sobre isso. Por  
1837 outro lado, me causa estranheza, porque a maioria votou sem saber o que estava  
1838 votando, não é verdade? Porque no que estou vendo aqui hoje, parece que sim. Duas  
1839 coisas que está me causando estranheza, primeiro, falar que não sabiam e passou pelo  
1840 conselho a resolução, e foi discutido sim, e depois por ter votado sem saber o que estava



1841 votando. E olha que era prestação de contas. Então essas duas coisas que eu deixo  
1842 registrado. **VINICIUS**– Desculpa Vice-Presidente, eu tenho que interpelar. Júlio quando  
1843 disse que ela não foi discutida a resolução, não veio pra cá antes de ser publicada para  
1844 discussão sobre o conteúdo da resolução. Que a gente tomou conhecimento, a gente  
1845 tomou. Como os municípios tomaram conhecimento que não iriam receber nada. Quando  
1846 coloco que não foi discutida nesse viés. A resolução não foi traga pra cá e não foi trazida  
1847 pra cá em nenhum momento esse debate, que os municípios tinham saldo em conta, se é  
1848 justo ou não criar algum critério pro pagamento, e não foi discutido aqui como está sendo  
1849 discutido agora. O Estado está com problema e precisamos criar mecanismos estratégias,  
1850 pra poder saldar não. Veio uma questão goela abaixo. A resolução está ai e já foi feito  
1851 dessa forma. Já foi pago, quem tinha que ser pago. Entendeu? Esse é o ponto. **JÚLIO** –  
1852 mas o que estou falando é o seguinte: a prestação de contas passou pelo conselho e foi  
1853 aprovada. **Vinicius**– passou. Entendeu. **SIMONE** – então gente, a nossa presidente está  
1854 dando uma entrevista ali fora. Então vou passar para a Consola, encaminhar para a  
1855 votação. **CONSOLAÇÃO** – a proposta então é, ofício à SEDESE de recomendação da  
1856 revogação dessa resolução. Logicamente vou colocar os considerando, o que a gente  
1857 discutiu aqui, que são todos esses argumentos que levam essa recomendação. Pode ser  
1858 assim? se alguém quiser que eu passe antes a minuta do ofício, antes dela ser assinada,  
1859 também coloco à disposição da secretaria executiva. **SIMONE** - Eu acho importante  
1860 colocar os considerandos, passar para a mesa diretora dar uma olhada. Vamos votar. Os  
1861 conselheiros favoráveis a que se recomende à SEDESE que revogue a resolução  
1862 58/2014, por favor, permaneçam como estão. Contrários? Então foi aprovado por  
1863 unanimidade. Eu acho que pela forma madura como discutimos o assunto, nós todos  
1864 merecemos palmas. Agora, quero chamar o Superintendente de Monitoramento,  
1865 Capacitação e Avaliação - Jaime Rabelo Adriano, para que possa apresentar para nós o  
1866 ID conselhos. Pois não! Aé. Desculpa, pois não conselheiro. **JOSÉ HENRIQUE**– Aquela  
1867 outra questão da possibilidade de prorrogação é do prazo, via decreto. Só pra não  
1868 esquecer de porque ai é o. **SIMONE** – Obrigado conselheiro, vai retomar a discussão do  
1869 decreto pelo relato da comissão. Então Jaime, por favor. **JAIME** – boa tarde a todos e a  
1870 todas. Primeiramente, gostaria de agradecer a possibilidade de estar no CEAS. Pra mim é  
1871 uma alegria enorme. Eu atuei no governo federal por 15 anos, e agora estou retornando  
1872 para casa depois deste tempo todo, e é uma satisfação fazer parte da equipe do  
1873 Secretário André Quintão, trabalhando com Simone Albuquerque, e, hoje, temos na  
1874 SEDESE uma equipe bastante aguerrida, que implantou o SUAS no Brasil, e que nós  
1875 queremos agora, nesse momento, atuar na Secretaria de Estado implantando o SUAS em  
1876 MG. Bom gente! A Simone me disse que ela foi pautada, no conselho, a apresentação do  
1877 desenvolvimento do conselho. Eu queria dizer que quando a gente pensou a NOB SUAS  
1878 2012, que foi gestada no departamento de gestão do SUAS, Simone era diretora e eu  
1879 coordenador. E um dos nortes que motivou a elaboração da NOB 2012, foi o fato de que  
1880 estávamos na nova fase do SUAS, e precisávamos avançar no aprimoramento do  
1881 sistema, e discutimos que o norte para isso era poder resgatar o CPF. Seriam os  
1882 conselhos, planos e fundos, instrumento de gestão do SUAS, e, fundamentalmente, que  
1883 resgatasse o processo de planejamento, com base em sistema de informação, com base  
1884 em indicadores. Você poderia passar o próximo, por favor. A nossa NOB, vou pular essa  
1885 parte, porque está faltando uma parte, e vou pedir desculpas. A gente trouxe a  
1886 apresentação que a gente fez e preparou, quando estava no Governo Federal, e esse

1887 indicador foi pensado, na época, na coordenação que eu coordenava. Mas a NOB 2012  
1888 estabelece que os indicadores, e está faltando o artigo que nós não colocamos, que é o  
1889 artigo 27. Vou pedir licença pra LOA pedir a NOB 2012. O artigo 27 da NOB estabelece  
1890 que os indicadores, eles querendo se expandir para alcance das metas de operação do  
1891 SUAS, serão apurados anualmente. O que queremos dizer? Queremos dizer que o  
1892 processo de planejamento, no âmbito do SUAS, tem que ser orientado por indicadores, e  
1893 o modelo que a gente propõe construir no âmbito da NOB SUAS é que a gente precisa,  
1894 com base na informação, definir indicadores, e os indicadores estabelecem pra nós. São  
1895 indicadores que vão ser indicadores de serviços e de gestão, e também teremos  
1896 indicadores do controle social, que vou apresentar para vocês. No processo, à partir dos  
1897 indicadores, precisamos, e o indicador diz pra nós, e já indica o que é bom e o que é ruim,  
1898 e onde queremos chegar. O indicador é nós podermos estabelecer o que é um CRAS  
1899 adequado, o que é um CRAS inadequado, o que é um CREAS adequado e um CREAS  
1900 inadequado. O que é um conselho adequado, o que é um conselho inadequado, o que é  
1901 uma gestão adequada, uma gestão inadequada. E com base nisso, a gente pode definir,  
1902 e vocês vão ver que a NOB estabelece que nós temos instrumentos que utilizará para  
1903 aprimoramento da gestão, que são os pactos de aprimoramento do SUAS. Então com  
1904 base nos indicadores. temos condições de definir quais são as prioridades e metas do  
1905 sistema. e isso deve ser refletido no processo de planejamento, e vamos fazer todo um  
1906 trabalho de apoio técnico, pra que os municípios e os estados alcancem as prioridades e  
1907 metas. Então essa é a logica que construímos na NOB SUAS 2012. Todo o processo de  
1908 planejamento para aprimoramento do SUAS com base de indicadores, fortalecendo o  
1909 processo de planejamento. Estava conversando com o Rodrigo, ele levantou e chegou  
1910 pra mim, e falou que o IBGE tinha identificado mais de 500 municípios sem plano  
1911 municipal de assistência social. E isso pode ser verdade. Talvez não seja absurdo, e  
1912 precisamos regularizar o processo de planejamento, e precisamos resgatar os planos e os  
1913 planos municipais, por incrível que parece, sabemos que tem Estados que não tem plano.  
1914 Isso é um problema. Mas que esse processo que se orienta pelo sistema de informação,  
1915 pelos indicadores, pela etapa e pela pactuação de prioridades e metas. E eu queria  
1916 apresentar para você então, e vou passar um pouco mais rápido. A NOB traz tudo que  
1917 fala sobre o processo avançado a ela, e vocês tem as comissões. A gente traz o que a  
1918 NOB fala sobre os indicadores, e a Secretaria Nacional de Assistência Social está  
1919 buscando definir um mapa de indicadores, e então, como eu falei, nós teremos no sistema  
1920 indicadores de serviços, indicadores da gestão e do controle social. Pra cada esse mapa  
1921 de indicadores trará macro dimensões que a gente quer avaliar, que são as dimensões.  
1922 As macro dimensões que estão sendo propostas, e tem a primeira que é a demandas de  
1923 pretensão, que tem tudo a ver com a vigilância sócio assistencial. Aí que a gente precisa  
1924 ter macro dimensões, onde estabelece indicadores de risco e violação de direitos. Isso  
1925 aqui seria a vigilância sócio assistencial. Outra macro dimensão de avaliação de  
1926 acompanhamento é a gestão o serviço da proteção básica, da proteção especial, da  
1927 média e alta complexidade, os benefícios socioassistenciais, os programas e a  
1928 participação social. E lembrando pra cada, a secretaria nacional está procurando criar um  
1929 padrão para os nossos IDS, que a gente chama de indicadores de desenvolvimento do  
1930 CRAS, CREAS, um padrão para que todos tenham o mesmo padrão. Para cada indicador  
1931 temos dimensões e avaliações, e critérios avaliativos. Vou passar um pouco mais rápido.  
1932 Nós temos critérios avaliativos de incidência, eficácia, efetividade, qualidade cobertura e

1933 assim vai. E queria apresentar para vocês a primeira proposta que nós fizemos da criação  
1934 do índice de desenvolvimento dos conselhos da assistência social. Vou apresentar para o  
1935 ID para os conselhos municipais, depois a gente entra no ID dos conselhos estaduais.  
1936 Lembrando que é uma proposta que já foi apresentada no conselho nacional, ela foi  
1937 apresentada numa reunião ampliada nos conselhos estaduais de todo o Brasil. Então já  
1938 foi colocada e foram feitas várias sugestões, e hoje a coordenação de vigilância sócio  
1939 assistencial está trabalhando em cima desse ID. Não muda na essência, mas vai  
1940 melhorar algumas coisas, que estabelecemos como critério avaliativo, que precisam ser  
1941 ajustados, mas que essa proposta está quase pronta para ser apresentada novamente ao  
1942 Conselho Nacional da Assistência Social. E a gente avalia que são instrumentos  
1943 importantes para o conselho nacional, para o conselho estadual, para que possamos  
1944 acompanhar os conselhos municipais e estaduais. No caso do ID conselho municipal, nós  
1945 definimos três dimensões para avaliação. Vou só pedir desculpas porque ali é condição  
1946 de estrutura. A dimensão 2, a dinâmica de funcionamento, misturou funcionamento e  
1947 estrutura, mas a ideia é que na primeira dimensão podemos avaliar a estrutura do  
1948 conselho, na segunda dimensão no seu funcionamento, e na terceira dimensão a sua  
1949 composição. O próximo, por favor. Então o que definimos, são três dimensões e várias  
1950 variáveis que a gente vai, são critérios avaliativos para cada variável. O conselho pode  
1951 estar bem na dimensão estrutura, mas pode estar mal no funcionamento. Ou mal na  
1952 composição, ou pode ser o inverso. Vamos avaliando cada uma das dimensões,  
1953 utilizando vários critérios e o conselho, se ele estiver bem em tudo, ele vai estar em uma  
1954 dimensão positiva. Na primeira dimensão, que é da estrutura do conselho, quais são os  
1955 critérios avaliativos que nós estabelecemos na época e está fazendo revisão, mas que  
1956 lembrando a nossa essência, mas pedir desculpas que algumas datas estão  
1957 desatualizadas. A essência é o seguinte: a primeira dimensão, no caso da estrutura. A  
1958 primeira questão que a gente quer avaliar, se há na lei orçamentária previsão de recursos  
1959 específicos do órgão gestor destinado à manutenção e funcionamento do conselho. Outra  
1960 dimensão, critério avaliativo. Se o conselho usa os 3% do bolsa do IGD do SUAS.  
1961 Também tem que avaliar isso, se o conselho possui secretaria executiva, se o secretário  
1962 executivo trabalha exclusivamente para o conselho, se ele tem salas exclusivas para seu  
1963 funcionamento, o tamanho dessas salas, se ele tem banheiros, se ele tem essas  
1964 estruturas telefone, se ele é exclusivo ou não, se tem veículo, se não tem veículo, se ele é  
1965 compartilhado, ou não. A outra dimensão, a dimensão do funcionamento, e a gente  
1966 escolher e estabelecer como critérios avaliativos no caso do funcionamento, a quantidade  
1967 de reuniões plenárias ordinárias, extraordinárias, realizadas no conselho no ano. Aqui  
1968 está 2012, porque na época estávamos discutindo isso no censo de 2012. Mas aqui é  
1969 saber de quantidade de reuniões que o conselho realiza: tem conselhos que fazem 12  
1970 reuniões durante o ano, tem conselho que realiza 1, 2, 3. Então a gente vai. Se esse  
1971 conselho possui regimento interno, se o Conselho Municipal de Assistência Social, ou no  
1972 caso os estados, nós vamos ver mais pra frente se o conselho deverá ter uma proposta  
1973 anual de orçamento, se de fato avalia o orçamento do exercício. Se o conselho fiscaliza  
1974 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, se é a estância do  
1975 controle social do programa bolsa família, lembrando que quando estabelecemos o ID, a  
1976 gente também levou, como referência, o pacto de aprimoramento do SUAS, que  
1977 estabelecemos para Estados e Municípios. E está valendo, e uma das prioridades é que  
1978 os conselhos municipais sejam instâncias do programa bolsa família e então, no ID a

1979 gente incorpora isso, se o conselho acompanha o cumprimento das deliberações  
1980 conferências e se realiza mobilização social. Na dimensão composição, as variáveis e os  
1981 critérios avaliativos são os seguintes: no caso, aqui, a gente quer avaliar a representação  
1982 e foi outro elemento que nós pactuamos no âmbito do pacto, e que precisamos fortalecer  
1983 a participação do usuário e dos trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência  
1984 Social. Que quando a gente for avaliar o censo, a gente tem visto que a representação,  
1985 principalmente, dos trabalhadores é muito frágil nos conselhos municipais. E dos usuários  
1986 ainda é preciso fortalecer, é preciso pactuar, e a gente quer saber se o próprio usuário  
1987 que participa, que tem direito ao voto na eleição do usuário, e os representantes e as  
1988 organizações dos usuários que tem direito ao voto na eleição do usuário, a gente avalia,  
1989 então a composição do conselho por representação dos usuários, conselheiro por  
1990 organização de representação de usuário de entidades. A gente avalia a representação  
1991 da sociedade civil, como ela está, se ela tem gente, quer saber se ela tem pelo menos um  
1992 usuário, ou se ela tem usuário, ou trabalhador, nessa representação. A gente avalia o  
1993 número de vezes que o conselheiro pode ser reconduzido ao cargo, a gente avalia se o  
1994 presidente e o vice presidente são eleitos em reuniões do plenárias do conselho, se há  
1995 alternância na presidência entre os representante do governo e da sociedade civil, se tem  
1996 comissões permanentes, comissões de normas, de política, de financiamento, tem uma  
1997 erro depois a gente conserta. Bom! Pra construir o indicador nós trabalhamos com três  
1998 dimensões e cada é dividida em cinco níveis. A gente pega essas dimensões e, a partir  
1999 das análises das dimensões, a gente classifica o conselho em cinco dimensões, que vai  
2000 de 1 a 5, sendo 5 aquele conselho que está em melhor situação e em 1 o que está em  
2001 pior situação. Como foi que a gente construiu. Aquele conselho que está na melhor  
2002 situação, a gente estabeleceu que é aquele conselho que faz a previsão do recurso, tem  
2003 previsão orçamentária para o desenvolvido das suas atividades, aquele que utiliza para  
2004 despesas os 3%, que possui secretaria executiva, que possui secretária executiva  
2005 exclusiva, que tem salas maior igual a 1, que tem banheiros, que tem kits, como  
2006 computador, acesso à internet, telefone e veículo. Então, assim, a gente estabeleceu e  
2007 classificou os conselhos a partir dos critérios avaliativos, se ele cumpre a maioria dos  
2008 critérios avaliativos, ele está no nível 5, e à medida que a gente vai diminuindo de nível, a  
2009 gente vai tirando essas outros critérios avaliativos, se ele não tiver certa coisa, se o  
2010 secretário executivo não for exclusivo ele cai no nível 4, se ele não tem no caso o nível 4,  
2011 se ele não tiver computadores, internet, telefone, veículos ele já cai o nível inferior, e é  
2012 assim que já estabelece a classificação dos conselhos. E ai quando a gente foi definindo  
2013 com base nos critérios avaliativos, na dimensão de estrutura o que fomos encontrando é  
2014 que vocês vão ver o quadro a coluna sem os níveis. Quando a gente aplicou os critérios  
2015 avaliativos, nós percebemos que apenas 3,6% dos municípios de pequeno porte, os  
2016 conselhos dos municípios de pequeno porte, estão no nível 5, na melhor situação. Se  
2017 você pegar o total, apenas 7,3% e dos conselhos municipais do Brasil, estão no nível 5,  
2018 são top, e 16,6% e são os conselhos que estão na pior situação. E você vê uma  
2019 gradação, uma próxima dimensão da mesma forma. Pra cada dimensão a gente  
2020 estabeleceu e classificou os conselhos por nível. Também na dimensão de  
2021 funcionamento, a gente estabeleceu qual é o nível 5, 4, 3, 2 e 1, nível 5 é aquele conselho  
2022 que realiza no mínimo 10 reuniões de plenária durante o ano, que possui regimento  
2023 interno, que deliberou sobre plano, orçamento, faz fiscalização de serviços programas  
2024 projetos e benefícios, é instância de controle social do bolsa, faz acompanhamento e

2025 deliberações da conferência e realiza mobilizações. Na medida que ele não tiver um dos  
2026 requisitos, a gente encontra a seguinte situação no caso da dinâmica de funcionamento  
2027 do conselho. Apenas 5,8% dos Conselhos Municipais de Assistência Social, no Brasil,  
2028 estão no nível 5 a partir dos critérios estabelecidos, e 22,8% dos conselhos estão na  
2029 situação delicada quando se tem a questão do funcionamento. Em cima daqueles critérios  
2030 que estabelecemos. Na dimensão próxima de composição da mesma forma a gente  
2031 estabelece o nível 5, onde o usuário tem direito a voto, ele mesmo usuário elege os  
2032 usuários, os conselheiros usuários e representantes de usuários, ou conselheiros  
2033 representantes da representação de usuários, ele tem toda essa representação, a  
2034 representação dos trabalhadores existe, a alternância do governo e da sociedade civil, os  
2035 presidentes são eleitos em plenária, os conselheiros podem ser reconduzidos uma vez só.  
2036 Os representantes são eleitos em assembleias instauradas especificamente para este fim.  
2037 É o conselho tem comissões permanentes, há na representação governamental das áreas  
2038 de assistência, saúde, educação. Então se o nível 5 é aquele conselho que possui tudo  
2039 isso, e na medida que ele não vai tendo um desses requisitos distintos, ele vai sendo  
2040 classificado em níveis distintos para baixo. E o que a gente encontrou é aplicar os critérios  
2041 avaliativos, foi a composição do conselho que nós temos 8,6% dos conselhos municipais  
2042 de assistência social do Brasil no nível 5 e 10,05% no nível 1. A gente poderia ter trazido  
2043 MG, mas não teve tempo, peço desculpas para vocês. Podemos pedir ao Ministério que  
2044 faça para nós. já que não estamos mais lá. Bom! Quando a gente aplica as três  
2045 dimensões, e a gente avalia a dimensão por dimensão e depois a gente junta as três  
2046 dimensões para calcular qual é o ID, e na análise das três dimensões o que encontramos  
2047 para calcular os critérios avaliativos, apenas 1,9% dos conselhos estão classificados no  
2048 nível 5, que estão em melhores condições, tanto em estrutura e a composição ele está  
2049 bem na foto. Então, apenas 1,9% 17,5% estariam no nível 4, 43,7% a grande maioria  
2050 estariam no nível 3, já não tem tudo aquilo que a gente estabeleceu, e 33% no nível 2 e  
2051 4% no nível 1, e tem uma proposta com gráfico e vocês vão ver ao aplicar aquelas três  
2052 dimensões, com todos os critérios avaliativos, nós encontramos a situação do ID conselho  
2053 referência ao Brasil. E aí, queria mostrar para vocês o conselho estadual, quando a gente  
2054 começou a construir essa proposta de ID é a mesma lógica. A gente tem três dimensões.  
2055 Vou passar rápido e vocês ver que é a mesma lógica, uma avaliando a estrutura dos  
2056 conselhos, dinâmica do funcionamento e a composição do conselho. Também avaliei as  
2057 mesmas dimensões. Se na lei está prevista 3 recursos, o próximo, por favor, recursos  
2058 para funcionamento do conselho na lei orçamentária, se o conselho usa os 3%, se possui  
2059 secretaria executiva se ela é exclusiva, a gente exige um pouco mais de salas, quantas  
2060 salas ele tem, exclusivas e compartilhadas para seu funcionamento, banheiro, internet,  
2061 compartilhamento, telefone, se tem telefone exclusivo e veículo, e assim por diante. Na  
2062 dinâmica do funcionamento, quantidade de reuniões realizadas, se tem regimento, se  
2063 delibera sobre pontos, se delibera sobre orçamento, se fiscaliza os programas e projetos,  
2064 se é instância de controle social do bolsa, o conselho aponta o cumprimento das  
2065 deliberações da conferência e realiza mobilizações. Na dimensão composição a gente  
2066 carrega mais na questão da paridade e da proporcionalidade entre na representação da  
2067 sociedade civil, entre representação de usuários, trabalhadores e entidades. Então não  
2068 vou repetir aqui, é praticamente semelhante do que está no conselho municipal. E  
2069 também no conselho municipal a gente quer saber se tem usuário e tem trabalhador, se  
2070 sim ou não. No caso do conselho estadual quer saber se há uma proporcionalidade na

2071 representação da sociedade civil, entre a representação de usuários, trabalhadores e  
2072 entidades. A gente foi aplicando e estabelecendo os níveis. Aquele conselho que tem na  
2073 sua estrutura tudo que nos falamos, e aí a gente encontrou na estrutura, nós encontramos  
2074 ao aplicar os critérios avaliativos da estrutura encontramos 3 conselhos no nível 5, sendo  
2075 que a maioria 9, no nível 3, 6 no nível 2 e 6 no nível 1. Na dimensão de funcionamento do  
2076 conselho fazemos a mesma lógica, e o que a gente encontrou? apenas um conselho,  
2077 quando aplica os critérios avaliativos. Sobre funcionamento, aqueles critérios que  
2078 estabeleceu apenas um conselho, está na situação top e 9 estariam na pior situação, e  
2079 quando a gente avalia a questão da composição, vocês vão ver que o resultado é esse  
2080 apenas um conselho está na melhor situação, nível 5, conselho estadual, e nós temos no  
2081 nível 3, e 2 8 e no nível 7 1. Quando a gente faz a combinação das três dimensões,  
2082 vamos ver que a situação não é nada confortável para os conselhos estaduais, não vou  
2083 dizer. Não tem nenhum conselho, não lembro mais, mas acho que Minas, não lembro.  
2084 Não vou dizer, que eu não lembro. É, nenhum conselho estaria na melhor situação. Os  
2085 conselhos estaduais, aplicando os critérios avaliativos, combinando as três dimensões  
2086 estrutura, dinâmica de funcionamento e composição, vocês vão ver que 12 conselhos  
2087 estão no nível 2, quando mostra isso no gráfico, mostra aí, podemos ver que a situação  
2088 não é nada boa. Conforme disse a Coordenação de Vigilância está revendo e esse ID não  
2089 deve variar muito critério, não deve avaliar mais do que isso, e fazendo um reajuste de  
2090 critério mais que isso. Eles estão fazendo alguns ajustes, algum critério avaliativo e fazer  
2091 uma apuração mais justa e adequada e não deve mudar tanto essa realidade. E queria  
2092 trazer, por fim, alguns dados. A gente vê principalmente na proporcionalidade dos  
2093 seguimentos da sociedade civil, segundo análise feita na época do censo 2013, vocês vão  
2094 ver que no caso da representação de usuário, que é essa primeira coluna, nós temos um  
2095 déficit de -2% de representação do usuário, e vocês vão ver que na representação do  
2096 trabalhador no conselhos estaduais, ainda temos um déficit de -9%. Então. o serviço  
2097 regional é importante que a gente discuta a representação dos usuários, tanto nos  
2098 conselhos estaduais e nos conselhos municipais- e a gente já sabe que é um desafio dos  
2099 conselhos municipais. Acho que é um instrumento muito importante para o conselho  
2100 estadual monitorar os conselhos municipais. Com base no indicador vocês poderão  
2101 acompanhar e saber qual conselho está bom, qual está ruim, em qual dimensão ele  
2102 caminha às vezes é na dimensão de funcionamento, as vezes é na composição, na  
2103 aerodinâmica de funcionamento e na composição de funcionamento há um superávit de  
2104 11% da composição. Pegar a questão da paridade, o próximo vamos ver que apenas 17  
2105 conselhos não são paritários e 9 são. Que a paridade de governo, sociedade civil.  
2106 Quando a gente apresentou nos conselhos estaduais na reunião ampliada foi um rebuliço,  
2107 isso está errado, isso está errado. É preciso informar de forma adequada no censo, a  
2108 paridade para evitar qualquer problema, e aqui, no próximo, a gente vê a quantidade de  
2109 titulares no conselho: 10 conselhos tem entre 10 a 14 titulares, e quando a gente vai ver a  
2110 proporcionalidade, a coisa é mais grave ainda - você não tem proporcionalidade na  
2111 representação da sociedade civil entre os três seguimentos que a acompanham. Então  
2112 vocês vão ver que apenas um conselho há proporcionalidade entre os seguimentos da  
2113 sociedade civil. Este eu posso dizer que é o conselho do Mato Grosso do Sul. Vocês ver  
2114 que cada linha dessas é o conselho, a gente não colocou e na época, peço desculpas, e  
2115 hoje deveria ter colocado, a grande maioria a coluna azul é a representação de usuário, a  
2116 linha vermelha são os trabalhadores e de verde as entidades, então você tem lá em cima

2117 66,7% da representação da sociedade civil é usuário no primeiro lá em cima, e não tem  
2118 entidade só tem usuário e trabalhador, é o inverso do último que tem 44% de  
2119 trabalhadores e 55% de entidade e não tem nenhuma representação de usuários. Essa  
2120 variação. Bom! Eram esses dados que queria trazer para vocês a pedido da Simone do  
2121 conselho, para que a gente possa, e o conselho possa se apropriar disso. Esse é o ID que  
2122 já está muito bem encaminhado no governo federal, e deve ser disponibilizado logo, e já  
2123 foi apresentado pelo CNAS. Já foi, como eu havia falado, na medida que fechar deve  
2124 apresentar ao conselho nacional nesse semestre, e é um instrumento que nós da  
2125 SEDESE teremos enorme prazer que, junto com o conselho, possa usar esse instrumento  
2126 de acompanhamento e monitoramento dos conselhos municipais de assistência social,  
2127 obrigado. **LÚCIA** – eu queria um esclarecimento. Eu estive muito tempo no conselho da  
2128 criança e do adolescente. E o MP ele acompanha assim muito de perto. Mesmo não  
2129 estando presente aos conselhos no meu município, de alguma forma o promotor sabe que  
2130 está acontecendo, mas eu não vejo a mesma coisa acontecer com o conselho municipais  
2131 de assistência que teve como um novo volume de recursos do governo federal e estadual.  
2132 Estou colocando isso, que para além de saber da precariedade de instalações,  
2133 composição e funcionamento, vez por outra a gente recebe denúncia de que caiu um  
2134 botão aqui, agacha aqui. Vou te contar uma coisa, olha no meu município o prefeito  
2135 manda a resolução na casa do conselheiro para ele assinar, quer dizer, na verdade,  
2136 preencher o sistema às vezes ele é preenchido, necessariamente não corresponde à  
2137 realidade, não sei dimensionar quanto é isso. Me assustou muito, e essa informação não  
2138 foi de um município lá do fim do mundo, e foi do município vizinho meu, que teria  
2139 condições sim de fazer funcionar, mas parece que a ingerência política no conselho é  
2140 dessa ordem, e não sei e estou deixando uma pergunta e a nossa representante é do  
2141 Ministério do CAU da infância, mas em que medida que a gente poderia contar com  
2142 algum outro nível de participação de acompanhamento, considerando que muitas vezes  
2143 isso se dá por uma ingerência do poder público sobre os conselheiros, e não tem índice  
2144 que a gente vá conseguir só com essa análise a partir do conselho, e como poderíamos  
2145 fortalecer esses municípios que enfrentam esse nível de ingerência política. **VINICIUS**– só  
2146 queria parabenizar. São dados muito importantes para nós, que faz a diferença, e só  
2147 queria reforçar que seria interessante que trouxesse os dados de MG, e nominando os  
2148 municípios e dentro do possível de algumas, porque como a gente tem, assim, sou  
2149 presidente de URCMA, está lá a Shirley e esses dados são dados que a gente pode é  
2150 trazer para levar em discussão em outros espaços. Também a gente sabe qual é o  
2151 município, e a gente sabe até direcionar qual é o conselho para as pessoas que  
2152 participam com a gente nessas reuniões. A realidade do município dele e nem ele está  
2153 percebendo, e não entende que está no nível 1, sabe! Não sabe mesmo. Assim não  
2154 entende que deveria ter um conselheiro usuário no conselho dele, não entende que  
2155 deveria ter um conselheiro trabalhador. Secretária Executiva, trazer esse dado para nós  
2156 com os nomes, é importante porque a gente já está discutindo isso aqui. Não é  
2157 criminalizar os municípios e muito menos os conselhos, e sim levar e dar suporte,  
2158 informação, discutir e construir junto. E queria aproveitar e dizer que não vou poder ficar  
2159 até o final. Tô vendo que a plenária vai se estender até às 18, não posso ficar até o final,  
2160 posso ficar mais uns 10 minutos. Preciso sair para resolver um problema, ok? É isso.  
2161 **DENISE**– rapidamente é, queria dizer Jaime, mesmo não tendo dado de Minas  
2162 certamente esse dado a nível nacional reflete aqui, uma realidade nossa também, e o que

2163 fico preocupado assim a gente está sempre dizendo o nosso desafio com relação a  
2164 questão da representação do usuário e o que o dado mostra é a grande representação do  
2165 trabalhador, esse trabalhador que não, que quando vai para o conselho vai  
2166 representando o governo na maioria das vezes e quando não vai como representação de  
2167 governo que vai na condição de trabalhador, ele se comporta como governo, porque está  
2168 na frente do empregador que é o gestor. É uma situação extremamente conflituosa, e o  
2169 que eu tenho percebido e provado o afastamento do trabalhador deste lugar. Para vocês  
2170 terem ideia, segunda-feira estarei pelo CRESS não como conselheira estadual. O CRESS  
2171 foi convidado, não vou dizer o nome para não constranger o município, um grande  
2172 município da região metropolitana que está na terceira chamada de assembleia  
2173 extraordinária para composição de seguimento de trabalhador, chamada de Assembleia,  
2174 e dessa vez está usando a estratégia chamou o CRESS, chamou o sindicato dos  
2175 psicólogos, CRP. Então é a velha confusão que trabalhador da assistência é psicólogo e  
2176 assistente social, esses dois conselhos para conversar com os trabalhadores da  
2177 assistência sobre a importância de estarem nesse lugar, por outro lado não vai ninguém  
2178 conversar sobre esse lugar, sobre a importância de está nesse lugar. Segunda feira, 9hs  
2179 da manhã, estou eu nesse município da região metropolitana, se é que os trabalhadores  
2180 estarão nessa assembleia. Porque é a terceira chamada. Então, é uma situação  
2181 extremamente séria que precisamos conversar. O fórum, como você trouxe aqui, talvez  
2182 que deveria estar lá nessa discussão fosse o fórum, né? a representação do fórum para  
2183 estimular a criação do fórum local de trabalhadores. Precisamos estimular essa situação  
2184 para além da assistência social e do psicólogo, se não a gente não formata a categoria de  
2185 trabalhador do SUAS não. **RONALDO** – é o que mais se encontra ai de trabalhadores  
2186 para aproveitar a fala da Denise, realmente são psicólogos e assistentes sociais. Eu sou  
2187 representante do Conselho Municipal de Juiz de Fora, de trabalhadores da área. Eu  
2188 represento o sindicato das empresas, instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas,  
2189 que a grande maioria são inscritas nesses conselhos e prestam serviços  
2190 socioassistenciais. Gostaria de parabenizar o Jaime pela apresentação, e corroborar com  
2191 a solicitação da Denise e do Vinicius, os dados de MG. Outra coisa que me chama  
2192 atenção, deve ter uma relação direta, e me chamou a atenção os dados, o diagnostico  
2193 geral em que os municípios do país estão em melhor situação que os conselhos  
2194 estaduais. Os municípios estão no nível 3, a grande maioria, e os estaduais estão no nível  
2195 2. Então assim os estaduais estão. É por isso que as vezes chega, se ele próprio não está  
2196 funcionando corretamente, vai acontecer como a Lúcia disse, é levar a ata para assinar  
2197 em casa. Não ter paridade é não existir. A própria estrutura do conselho estadual terá  
2198 reflexo direto nos municípios. **LUZIANE – MP** – então só pra responder, a presença dos  
2199 promotores de ponta, os PJ, é bem mais no conselho da criança do que no conselho da  
2200 assistência. Inclusive tenho discutido isso bastante no CAU da infância desde que vim  
2201 aqui para representar o MP, e ai nessa questão o CAU tem um roteiro de fortalecimento  
2202 da rede SUAS, e a gente faz uma visita no conselho da assistência, uma reunião, e a  
2203 gente tem visto exatamente isso que você falou. Atas que não existem e aparecem na  
2204 hora da inspeção, você ver que nem assinaturas tem. Questões extremamente delicadas  
2205 do conselho da assistência, e que muitas vezes nem funcionam mesmo, só na hora que  
2206 precisa e se levanta um documento que é construído na hora. Na maioria dos municípios  
2207 que fizemos à visita, a realidade é essa mesma, bem triste. Agora com participação do  
2208 MP, eu vou levar para o CAU da infância e fazer uma ponte. Vou conversar com a Dra.



2209 Paola, com o CAU Direitos Humanos, porque o SUAS está nos direitos humanos e o CAU  
2210 fica na interface dos serviços por causa da infância. Vou levar sim. **SIMONE** – está em  
2211 debate. Então fizemos o IDCRAS e ele serviu como consenso nacional para algumas  
2212 coisas. Vou dar exemplo do horário de funcionamento. Uma das variáveis era horário de  
2213 funcionamento, porque? Porque tinha CRAS que funcionava um dia, dois dias, a tarde,  
2214 então como o serviço seria continuado se CRAS funciona um dia e só na outra semana.  
2215 Então foi criando consenso do que é serviço continuado. O que é um CREAS em  
2216 funcionamento, o que não é um CRAS em funcionamento? E aí o indicador ele teve um  
2217 efeito de criar consenso e virou um indicador de pactuação. E quando o secretário Paulo,  
2218 que é secretário de avaliação e gestão da informação, chegou no Ministério, ele é um  
2219 especialista na área, um teórico e olhou para o indicador e falou que negócio esquisito  
2220 esse negócio aqui. Aí começou a olhar o indicador e começou a mexer nele, mas desistiu  
2221 rapidamente, quando ele viu o efeito que o indicador tem no SUAS. O indicador ele indica  
2222 que o negócio apropriou tanto. O conselho nacional não vive sem o negócio do censo e  
2223 sem as informações dos indicadores. Eu estou falando isso pra dizer que esses  
2224 indicadores são baseados em parâmetros construídos no conselho nacional e na CIT. E aí  
2225 vem a confusão nacional. Vou explicar dando o exemplo do conselho de MG. Discuti isso  
2226 ontem como exemplo na presidência ampliada. Olha só, se a gente pega MG, ele entra na  
2227 paridade, mas não entra na proporcionalidade, porque criou um consenso nacional que  
2228 proporcionalidade é ter três usuários, três trabalhadores e três entidades. No caso de  
2229 conselho de MG, ele coloca representação de conselho municipal. Conselho municipal é o  
2230 quê? É Usuário, é trabalhador? É entidade? Então essa proporcionalidade, ela veio à tona  
2231 com a discussão dos usuários, porque fizemos a conferência específica para a discussão  
2232 da participação dos usuários. E agora com os trabalhadores e é isso mesmo. Os  
2233 trabalhadores não participam dos conselhos, por que? Porque não tinha trabalhador, não  
2234 tinha identidade, está organizando agora, não sabem direito quem são os trabalhadores.  
2235 Não consideram os trabalhadores de nível médio que é um trabalhador do SUAS, porque  
2236 não consideram os trabalhadores que são servidores públicos, como trabalhadores do  
2237 SUAS. Essa confusão e está criando identidade. E então essa discussão, a  
2238 proporcionalidade que é uma discussão, que vamos fazer o que? Falava com o Volney  
2239 que vamos ter que fazer isso, na nossa comissão de normas que estava discutindo,  
2240 porque se for para adequar a Lei do SUAS vamos ter que discutir o conselho estadual.  
2241 Não estou dizendo que tem que mudar nada não. Tô falando que tem parâmetros  
2242 nacionais que tem que ser seguidos, e o indicador vai perseguindo esses parâmetros  
2243 nacionais. Então, outra coisa importantíssima. Então esse ID vai ser fundamental para  
2244 quatro coisas, discutir o que é estrutura em conselho, porque se você não discute fica  
2245 genérico, fica deliberação de conferência. Que é importantíssima como direção, mas  
2246 como concretude na estrutura ter duas salas, dois telefone. Aí fica concreto demais o  
2247 negócio. Você vai criando um consenso, concreto da vida real do que seja estrutura, que  
2248 seja funcionamento. O que é funcionamento? Tem que funcionar. Aí tem conselho.  
2249 Dependendo, o conselho reúne uma vez por ano, ou reúne de 3 em 3 meses, ou para  
2250 prestar contas ao MP, que o governo federal exige que o conselho reúna para isso.  
2251 Então você vai criando consenso no país inteiro, do que é funcionamento, dinâmica e  
2252 estrutura. Mas ele tem um papel, por fim que eu queria falar, que é de planejamento, que  
2253 é muito importante para o momento de discussão de conferência. Dá uma concretude pra  
2254 essa conferência esses indicadores. O SUAS que temos é esse aí. E o controle social que

2255 nós temos não é esse aí. E podemos construir e podemos planejar a mudança disso ao  
2256 longo do tempo. Então eu acho fundamental, presidenta, queria fazer uma sugestão, a  
2257 senhora que pudesse pedir pessoalmente na reunião que terá do conselho nacional, que  
2258 fosse disponibilizado os indicadores ID Conselho, ID CRAS, e ID CRESS para as  
2259 conferências. Porque é instrumento de planejamento. E dessas conferências podemos  
2260 fazer discussões muito mais concretas da implantação do SUAS. **MARIA ALVES** – não  
2261 tem mais ninguém escrito. Foram feitas algumas propostas que acho que é de  
2262 encaminhamento para nós, que, inclusive, acho que é de fundamental importância, que  
2263 eu consegui até anotar aqui, tinha saído e peguei a discussão no meio. Dentro das falas,  
2264 a ideia de buscar a apresentação dos indicadores dentro do estado de MG, indicadores  
2265 realmente como se a gente tentasse buscar em mãos o perfil do que estamos tratando  
2266 aqui. Isso que você está trazendo, a questão do planejamento do controle social que  
2267 queremos, acho que é importante. No que depender de mim vou solicitar na reunião, no  
2268 dia 16, e é com muita tranquilidade, e porque vem favorecer para além conferência. E eu  
2269 consegui visualizar essas propostas, que fica como encaminhamento para nós nessa  
2270 discussão. Vocês lembram de mais alguma para gente acrescentar? Foi isso mesmo.  
2271 Então, todo mundo concorda com essa proposta de encaminhamento. E a gente  
2272 agradece ao nosso companheiro pela apresentação, que inclusive nos alerta muito sobre  
2273 de qual conselho estamos tratando nesse espaço. Não é só referente ao nosso e aos  
2274 municipais, também. E o conselho está de portas abertas para que venha mais  
2275 apresentações em se tratando para além dos índices, mas que possamos estar pensando  
2276 questões que a gente não fez, que a gente não fez discussão, para que possamos estar  
2277 construindo mecanismo nas próximas reuniões. **JAIME**– Acho que na medida que o  
2278 governo federal for liberando esses indicadores, com certeza a secretaria vai solicitar os  
2279 dados de MG e o estados, vai compartilhar com vocês sempre. O IDCRAS, IDCRESS e  
2280 até o ID do acolhimento do controle social, e ainda vai ter o da gestão, que é um  
2281 instrumento tão importante para fazemos o monitoramento do SUAS. Obrigado. **MARIA**  
2282 **ALVES** - E nós vamos precisar desse ID também. Esse é de fundamental importância  
2283 para nós. O próximo ponto de pauta é a distribuição de processo relativo à Usina. Quem  
2284 for citado aqui, procurar depois a Rosa para as orientações, que é PCH Dores de  
2285 Guanhães, conselheira Patrícia, PCH de Jacaré, conselheira Lúcia. E PCH senhora do  
2286 Porto, conselheiro Vinicius, que está acabando de sair. Relatoria da Usina Senhora do  
2287 Porto. Procura a Rosa que ela dá as orientações. Passando agora, é comigo relatoria do  
2288 processo da Usina Bebedouro. Muito bem! Pra começar acho que eu fui sortuda, vou  
2289 dizer no popular. Porque, de uma certa forma, é um empreendimento bem tranquilo,  
2290 pequeno e foi bem tranquilo desenvolver o trabalho. Antes de ler o relatório, queria dizer  
2291 para o conselho que durante a elaboração do relatório, a gente observou alguns critérios  
2292 que pudéssemos garantir a segurança no processo de relatório. E aí quando eu falo que  
2293 foi tranquilo, disse que de acordo vou ler inclusive para vocês perceber, não temos  
2294 nenhum atingindo diretos considerando usuários, porque as propriedades eram mais ou  
2295 menos de fazendeiros - então não atingiu ninguém. Eles não tem problemas em negociar  
2296 suas propriedades, para vender é uma das propostas em negociar, então avaliamos isso.  
2297 Apesar que a gente avaliando considera que qualquer empreendimento. Toda ação tem  
2298 um reação, vai gerar impactos negativos e vai gerar impactos positivos. E aí, a gente  
2299 avaliou que os impactos positivos em se tratando da localidade da hidrelétrica, se tratando  
2300 que ela não atingiu nenhum usuário da assistência, nenhum, e os atingidos tem total

2301 esclarecimento sobre o processos em suas benfeitoras, então a gente não tem agravante  
2302 que não levasse em não aprovar. O parecer antes de ler, ele, eu já estou dizendo que foi  
2303 favorável. E um dos pontos negativos que eu conversei até com a Roseli, que foi uma das  
2304 técnicas, foi a técnica responsável, Rosalice, é de que, por exemplo, hoje pelo fato do  
2305 empreendimento está sendo pensado em ser instalado naquela localidade, a propriedade  
2306 hoje tem um valor mínimo, só que depois da hidrelétrica for instalada, automaticamente, a  
2307 propriedade sobe o valor. Agora, o segredo é que já vendeu, então, enfim, mas os donos  
2308 devem estar reclamando, e é questão deles. A conselheira Maria Alves de Souza, o nome  
2309 do empreendimento é PCH Bebedouro, é o nome do empreendedor é Companhia  
2310 Energética Integrada, que é a CEI, responsável pela elaboração, PAS Barragem, UCEI  
2311 MINAS PCH Lata, Municípios Unaí, Uruana de MG, tipo de processo PCI Minas PCH  
2312 Lata, apreciação do PCH Bebedouro, a data de recebimento 03/03/2015, a data de  
2313 entrega 27/03/2015. Solicitação de diligência não houve, e passando direto para a análise  
2314 do contexto do parecer do PAS barragem, é o seguinte: seguindo as orientações do PAS,  
2315 a pequena central hidrelétrica PCH Bebedouro de responsabilidade da Companhia  
2316 Energética Integrada, PCH Lata, será integrada no Rio Suaçuí Grande, que se localiza  
2317 nos municípios de Uruana de MG e Unaí, na região noroeste de Minas Gerais. Com a  
2318 precisão de obra durante de 30 meses, de geração de 16000 Watts de energia, terá a  
2319 área de alagamento de 72ha, e com área de preservação permanente de APP, de 100m  
2320 ao redor do futuro reservatório. Segundo o PAS foram identificados 3 estabelecimentos na  
2321 área de influência direta, sendo dois na margem do município de Uruana de Minas e um  
2322 na margem de Unaí. Em 12/09/2009, foi protocolado o PAS para análise deste conselho e  
2323 apresentado as complementações 20/01/2015, 13/02/2015, que passaram por análise  
2324 técnica, pautada na lei 12.812/98, Lei 15.012/2004 e resolução 317/2010, 22/07/10, como  
2325 também nos dados extraídos do PAS e de informações coletadas nos municípios em  
2326 visita de 15 a 17/10/2014 e na reunião ocorrida no dia 16/10/2014, entre os  
2327 representantes dos conselhos municipais de assistência social de Unaí e Uruana de  
2328 Minas, representante da empresa CEI Minas Lata e técnica do CEAS SEDESE, Rosalice.  
2329 O projeto de construção do reservatório PCH Bebedouro prevê a construção de 150  
2330 trabalhadores diretos no pico da obra, e estima-se que os trabalhadores serão oriundos  
2331 da região e transportados diretamente da obra, e não havendo implantação de alojamento  
2332 no canteiros de obra. Já os trabalhadores que por ventura não forem da região, serão  
2333 instalados em hotéis ou casa alugadas na cidade, pelo empreendedor. De acordo com o  
2334 PAS, para a sua elaboração foram realizada visitas nas duas cidades, em suas  
2335 prefeituras, secretarias municipais de saúde, educação, CRAS, hospitais e unidade básica  
2336 de saúde, e estabelecimentos em geral, que favoreceu coletar informações e obter dados  
2337 de melhoria da cidade, e tornou possível, posteriormente, a elaboração de programas  
2338 para as cidades realmente efetivos. Segundo dados do PAS censo de 2010, o município  
2339 de Unaí tem população 70.565 habitantes urbanos e 15.576 rural, com atividade  
2340 econômica de produção e distribuição de cereais, já o município de Uruana de Minas tem  
2341 3235 na área urbana e 1417 na área rural, sendo sua principal atividade agropecuária.  
2342 Sobre as áreas diretamente afetadas pelo PCH Bebedouro, não há grupos que utilizem o  
2343 rio para alguma forma de obtenção de renda, segundo relatos colhidos em diferentes  
2344 grupos da cidade envolvida que por ventura. Não haverá necessidade de relocação de  
2345 famílias e nem alteração de vínculos empregatícios. Houve visitas técnicas às  
2346 propriedades no dia 16/10/2014, registrada no instrumental de avaliação do PAS, roteiro

2347 de visita, anexo a este processo. Durante a visita foram entrevistados 2 proprietários,  
2348 José Eustáquio Ferreira, de 66 anos, município de Uruana de Minas, proprietário, e  
2349 Rogério Raimundo Egídio, município de Unaí, arrendatário. Houve tentativa de contato  
2350 com a proprietária Julieta Maria Azevedo, porém conforme consta no PAS e conforme por  
2351 moradores da região, a proprietária reside fora da propriedade. Na propriedade não há  
2352 produção agrícola e nem trabalhadores. Em análise ao PAS observa-se 15 impactos  
2353 negativos e positivos relacionado com a área social. Os positivos consideramos  
2354 capacitação de mão de obra, criação de empregos diretos e indiretos, desenvolvimento  
2355 local através consumo de oferta local, arrecadação de impostos devidos, desenvolvimento  
2356 do local através do apoio institucional, aquisição de insumos pelo empreendimento,  
2357 valorização imobiliária, considerando de uns dos impactos negativos, sobrecarga na  
2358 utilização dos serviços públicos, educação, saúde e segurança pública, e perda da área  
2359 produtiva. De acordo com o que consta mediante relatório do PAS, os atingidos de forma  
2360 direta são favoráveis à implantação do PCH Bebedouro, vendo como positivo, podendo  
2361 melhorar a região e trazer benefícios como a geração de emprego e renda, e isso se  
2362 conforma, tendo em vista que o empreendedor se compromete em contratar mão de obra  
2363 dos municípios atingidos. Além de apresentarem os seguintes projetos e programas,  
2364 projeto de comunicação, projetos de postos e benfeitorias, instalação de posto de  
2365 atendimento social, programa de qualificação de mão de obra, programa de combate ao  
2366 uso de drogas, programa contra exploração infantil, sendo os dois últimos em atenção ao  
2367 interesse da comunidade de Uruana de Minas. Parecer conclusivo. Mediante análise do  
2368 PAS, foi constatado o que cumpre as normativas deste CEAS, portanto o parecer é pela  
2369 aprovação. Eu queria abrir se alguém quiser comentar, tirar dúvida e, inclusive, pedir a  
2370 Rosalice que na medida do possível prestar esclarecimentos. **SHIRLEY** – com relação  
2371 aos pontos considerados negativos, se foi percebido que foi um impacto existe algum  
2372 indicativo do ponto de vista que o CEAS faça nesse sentido, ou a cidade se propôs a lidar  
2373 com a sobrecarga de alguma forma, como se pensa em trabalhar com isso, ou como se  
2374 pensa em trabalhar com isso? Obrigada. **VOLNEY** – no início foram colocadas que  
2375 haviam três estabelecimentos na área, eu queria informação de quais são esses  
2376 estabelecimentos **HERMELLIS** – Na questão dos impactos positivos e negativos, só  
2377 questão de coerência mesmo, não está identificado os 15, talvez seja dentro desses  
2378 números, e contando no ponto e vírgula, cada um, estão dando 9. Só um esclarecimento.  
2379 E, por exemplo, pontos negativos estão contando um só, porque não tem ponto e vírgula,  
2380 considera-se nesse sentido. **ROSA** – sou a técnica que fez a visita. Sobre o  
2381 questionamento da Shirley, no plano de assistência social, eles apresentação ações para  
2382 minimizar e potencializar os impactos e informação sobre a sobrecarga na implantação do  
2383 serviço. Isso é uma previsão, não aconteceu ainda porque a obra nem iniciou, se ocorrer  
2384 eles vão monitorar isso, por meio do projeto de monitoramento que eles tem que ter,  
2385 então eles vão monitorando. E caso ocorra esse impacto, a contratação da mão de obra  
2386 será local, então quer dizer que as pessoas já residem lá. Então eles fazem esse impacto.  
2387 Qualquer empreendimento eles tem que colocar esse impacto, Se possivelmente ocorra  
2388 este impacto e eles tem que estar em alguma ação que minimize isso junto à prefeitura e  
2389 outros impactos, e acontece ali. E aproveitando a questão do impacto, realmente a Maria  
2390 não relacionou, porque, realmente, são 15, e ela priorizou os que tem mais a ver com a  
2391 área da assistência social, e está no processo todos eles relacionados, e caso aconteça  
2392 essa ação, possa minimizar ou potencializar o impacto. Volney, são três

2393 empreendimentos. Grandes proprietários da região, um proprietário, José, ele tem um  
2394 comércio de grãos, ele é distribuidor de grãos em Unaí e Uruana de Minas, as ações não  
2395 sei se vocês perceberam está mais priorizada em Uruana, e Uruana é um município de  
2396 pequeno porte, e Unaí é um grande município, e tanto que eles em conversa mesmo e as  
2397 ações seriam mais voltadas para Uruana, diante da fragilidade da política lá. Agora, o  
2398 primeiro tem 1878ha, ele produz cereais, lavoura, Feijão, Soja, Milho e criação de gado. O  
2399 outro, William, tem 1867ha. Ele vai ser atingido 5ha, que é a margem do rio, e ele é, na  
2400 realidade, é arrendatário é o Rogério quem cuida. Ele aluga essa área para também  
2401 lavoura de feijão soja e milho. A região é rica em grãos e eles exportam grãos. E a última,  
2402 Julieta, ela tem 3239ha, a terra está lá, não há produção. É uma pessoa que mora em  
2403 Brasília, ela tem uma condição financeira muito boa, aquela terra lá está, é dela, e não  
2404 tem produção nenhuma, e será atingida em 42ha, que é na margem do rio, que é reserva  
2405 legal. No processo também tem o PAS o elemento de cada projeto, que vai ser atingido o  
2406 há. Só o Sr. José que vai ser casa do foço, o resto é reservatório, que é a área que vai  
2407 aumentar para aumentar o rio. **MARIA ALVES** – ainda para acrescentar, o interesse deles  
2408 em discutir com a secretária de saúde e educação, e isso, no caso, a gente está  
2409 apresentando os relatórios, não está acontecendo esses impactos ainda. São possíveis e  
2410 mesmo agora eles estão com interesse já de construir todos os mecanismos, para tentar  
2411 diminuir os impactos negativos. Essa votação, ela tem que ser nominal. Não é porque eu  
2412 já, inclusive, li o parecer, e ele é favorável que os conselheiros precisam concordar não.  
2413 Caso haja que precisa acrescentar mais argumento e mais dados, fazemos isso com mais  
2414 tranquilidade e apresentamos na próxima reunião. **SHIRLEY** – eu não. Talvez seja  
2415 perfeccionismo da minha parte, não teria que constar ali. Talvez na lei teria que constar,  
2416 talvez, possíveis efeitos negativos, mas para efeito da apresentação, para não suscitar  
2417 dúvida, não teria que estar apresentando isso na apresentação? **MARIA ALVES** – você  
2418 está falando em retirar os possíveis impactos negativos. **SHIRLEY** – eu estou falando em  
2419 colocar isso que você acabou de falar. Essas pré disposição de lidar com eles. **MARIA**  
2420 **ALVES** – você está sugerindo que a gente possa acrescentar esses argumentos, que  
2421 estou trazendo aqui? **SHIRLEY** – sim. **ROSA** – nas resoluções já constar isso como  
2422 obrigatório. **MARIA ALVES** – o que ela está dizendo é, consta no relatório. No último § já  
2423 está dizendo isso, de acordo inclusive está citando os programas que eles vão fazer e  
2424 gerar bem estar para a população. Último § que vocês vão ver, está dizendo isso.  
2425 Consolação você pode pra nós, por favor. **CONSOLAÇÃO** – só pra fazer o  
2426 encaminhamento, cada um vai falar o nome e a entidade e sua votação. **HERMELLIS** --  
2427 com a relatora. **SIMONE** – **SEDESE** - com a relatora. **PATRICIA** – **FEAPAES** - com a  
2428 relatora. **VOLNEY** – **PSIND** - com a relatora. **RONALDO** – **CMAS Juiz de Fora** - com a  
2429 relatora. **JOSÉ HENRIQUE** -- com a relatora. **JÚLIO** – **INSTITUTO SACRAMENTINOS** -  
2430 com a relatora. **RODRIGO** – **ASSPROM** - com a relatora. **ADRIANA** – **SEAPA** - com a  
2431 relatora. **DENISE** – **CRESS** - com a relatora. **GEISIANE** – **CARITAS** - com a relatora.  
2432 **SHIRLEY** - **CMAS SARZEDO**. **MARTA** – **SEDESE** – sem óbice senhora relatora. **LÚCIA**  
2433 – **COGEMAS** - com a relatora. **MARIA ALVES** – então aprovado. Antes de passar para o  
2434 próximo ponto, agradecer a Rosa pelo carinho que ela teve, ela teve muita atenção de  
2435 querer ajudar e explicar direitinho. Obrigada mesmo. O próximo ponto que a gente tem o  
2436 ofício do MP de Morada Nova. **PATRICIA**– Ofício CEAS/2015, Belo Horizonte, Março de  
2437 2015. Senhor Promotor cumprimentando cordialmente, comunicamos que o Conselho  
2438 Estadual de Assistência Social, - CEAS foi informado pelo CAU da infância e da juventude

2439 sobre a celebração do TAC realizado entre o MP de Minas Gerais e os municípios de  
2440 Morada Nova de Minas e Biquinhas, determinando a implantação do serviço de  
2441 acolhimento institucional regionalizado para crianças e adolescentes com base na  
2442 resolução do CEAS 466/2013 e assim considerando tal situação, este conselho se  
2443 manifesta a seguir. A Resolução do CEAS 466/2013, dispõe sobre as diretrizes para  
2444 implantação dos serviços regionalizados e no § único afirma que entende-se por serviços  
2445 regionalizados aqueles que são prestados conjuntamente com Estado e Município, a  
2446 resolução define os critérios da regionalização do Estado, cabendo a esse a elaboração  
2447 de estudos e elaborar o plano estadual para implanta-lo, inclusive por meio do co-  
2448 financiamento. A resolução prevê regionalização com distribuição de responsabilidade  
2449 entre o Estado e os municípios, condicionalidades que não foram contempladas no  
2450 mencionado termo, assim a regionalização baseada na resolução aprovada por esse  
2451 conselho não poderá ser estabelecida no município, sem o ente federado Estado. A  
2452 proposta da resolução é do Estado oferta o serviço regionalizado e não para a oferta do  
2453 serviço individualmente para o município em organização espontânea ou para o uso de  
2454 outros órgãos, além do órgão gestor estadual da política de assistência estadual, importa  
2455 informar que a proposta em questão encontra-se em discussão no Comitê intergestores  
2456 Bipartite CIB – instância de pactuação, espaço de articulação e interlocução dos gestores  
2457 municipais e estaduais da política de assistência social e posteriormente após a  
2458 pactuação seguirá para apreciação e deliberação do CEAS. Sendo assim a questão de  
2459 regionalização do serviço de proteção social especial é considerada como um desafio  
2460 para a política de assistência social e o plano para implantação no Estado está em fase  
2461 de análise e discussão, merecendo pela importância que possui ser regulado de forma a  
2462 propiciar o melhor atendimento ao usuário, e ainda o serviço de atendimento institucional  
2463 por ser de alta complexidade deve ser utilizado em situações extremas, quando ocorrer  
2464 situações em que a integridade física e psicológica da criança e do adolescente estiver  
2465 em risco. Antes do acolhimento institucional precisamos trabalhar a família extensa ou  
2466 ampliada, para que a criança e o adolescente tenha seus vínculos familiares preservados,  
2467 colocando assim o a institucionalização como último opção de caráter excepcional  
2468 provisório. Por todo o exposto e por se tratar de um processo complexo faz-se necessário  
2469 atuação conjunta dos órgãos do executivo, do judiciário e do MP, nas questões que  
2470 envolvam medidas protetivas nas questões das crianças e adolescentes e ainda na  
2471 necessidade de se criar um espaço de dialogo que contribuam para elaboração de um  
2472 plano consistente que minimize os espaços provocados pela institucionalização e que  
2473 seja comprometido com a preservação e permanência dos vínculos entre o acolhido e os  
2474 familiares e assim compreendo o importante papel do MP na defesa da criança e do  
2475 adolescente. Esse conselho manifesta o reconhecimento na atuação desse órgão  
2476 especialmente quando voltada à proteção dos direitos da criança e do adolescente e ou  
2477 famílias com grave violação dos direitos e que se constitui pulico prioritário para a política  
2478 de assistência social e ainda manifesta a priorização do serviço de proteção especial será  
2479 realmente implantada quando conseguirmos o diálogo com seus autores e por isso o  
2480 diálogo é fundamental. Certo da atenção de vossa excelência colocamo-nos aberto ao  
2481 diálogo e agradecemos. **CONSOLAÇÃO** – só quero falar que vai com o  
2482 nome dela, por isso estava na mesa diretora ontem, e a mesa diretora definiu os membros  
2483 estão aqui para apresentar hoje, e a gente vai trocar, logicamente, direitinho. **SHIRLEY** -  
2484 foi até uma questão que eu coloquei ontem, embora o texto esteja perfeito no meu ponto

2485 de vista. Eu, pessoalmente, senti falta de definir algum tipo de prazo e abre-se o  
2486 precedente para o diálogo. Iremos esperar o MP entrar em contato e nós não vamos  
2487 propor nenhuma data, mais um questionamento nesse sentido. No final porque se propõe  
2488 uma abertura de diálogo e debate, mas não se propõe algo mais completo, no sentido de  
2489 uma data ou um momento. Fiquei com a questão de está vago, você propõe todas as  
2490 alterações, mas cadê a parte prática da coisa, ou vamos esperar o MP propor. Minha  
2491 questão é essa. Obrigada. **LIZIANE MP**– É esse caso de Morada Nova, acho bom até  
2492 trazer alguns esclarecimentos, inclusive eu estive lá com a Dra. Andrea Carelli e todo  
2493 mundo sabe o movimento que o CAU estava fazendo e a Dra Carelli, principalmente de  
2494 tentar de sair mais nenhum regionalizado sem seguir a 466, foi o primeiro que fomos  
2495 discutir com o promotor, com os dois prefeitos. Foi uma reunião exaustiva, até 20hs, pra  
2496 que a gente conseguisse fazer a unidade de acolhimento lá, e foi nesse intuito que o CAO  
2497 mandou o ofício para o CEAS, e foi nesse sentido também, que é uma situação que nos  
2498 preocupa muito. Foi deliberado semana, pela coordenadora atual do CAO, que eu  
2499 voltasse lá e fizesse uma visita em Morada Nova, porque a situação é gravíssima.  
2500 Quando a unidade abriu no mesmo dia foi acolhidos 7 crianças, de três gerações, de  
2501 violência sexual gravíssima - crianças que estavam em casa sendo violentadas a mais de  
2502 5 anos, por falta de uma unidade de acolhimento. O cenário de abuso sexual do município  
2503 nos preocupou muito mesmo, e então a gente deve voltar agora em abril ainda. Talvez  
2504 seja o momento de pensar e tem o CREAS regionalizado, e até, na época, cheguei a  
2505 ligar, acho que a Tereza, casos complicados que chegou até aqui. Temos relatórios de  
2506 quase 50 páginas, ou mais, do CREAS regionalizado, e tem mais 7 crianças sendo  
2507 acolhidas com sofrimento mental e violência sexual grave. Então, talvez é por isso nesse  
2508 intuito que a Dra. Andrea Carelli disse vou encaminhar para o CEAS, e talvez seja o  
2509 primeiro pensamento de como pensar essa situação do regionalizado, sendo que está  
2510 mais próximo daqui, e poderia ter um monitoramento, e pode ser uma situação conjunto  
2511 nessa visita que estamos propondo para abril. Eu posso até ver se vocês também do  
2512 CEAS, e do que for, e foi uma situação das que mais nos preocupou ano passado.  
2513 Estamos ainda sem saber como conduzir pela gravidade e os prazos. Vocês podem  
2514 depois ter acesso normal só a listagem ao CAC, foram prazos extremamente flexíveis, até  
2515 dezembro de 2015, exatamente para se conseguir abrir a unidade de acolhimento e  
2516 colocar essas crianças lá, urgentemente, pela situação. Mas a gente, vai para além da  
2517 assistência social, vai ter uma articulação com a regional da saúde de Sete Lagoas, que  
2518 atende lá. Por causa da dimensão da saúde mental que estão acolhidas lá, e que foram  
2519 passando três gerações de abuso e violência sexual. A gente até fez um genograma de  
2520 alguns casos e é bem grave mesmo. Se a Tereza lembrar, são questões bem graves, que  
2521 talvez possa um diálogo, pensando como a Simone no final do ofício, pelo bem maior das  
2522 crianças que estão lá, porque foi uma coisa que nos preocupou no município. **SHIRLEY** –  
2523 só um esclarecimento já está aberto. **DENISE**– A unidade já está funcionando e nós  
2524 inclusive visitamos a casa antes dela ser alugada, e essa casa já está funcionando, já tem  
2525 crianças lá dentro, e ela foi feita pactuada na 466, e a gente seguiu para não criar outras  
2526 comarcas, pra fazer as coisas dentro do que estava posto, porque era a única coisa que  
2527 se tinha no momento. Porque os outros regionalizados estão sem, ainda que seja pra  
2528 SEDESE, estão totalmente fora do que a gente tem. Mas é só pra situar vocês, que é uma  
2529 situação gritante de Morada Nova. **TEREZA** – são duas situações distintas a respeito dos  
2530 CREAS regionais, que nós temos 4 no Estados. Eles estão dentro proposto do

2531 reordenamento que já estamos discutindo dentro do Estado, e da CIB já temos uma  
2532 proposta. Do reordenamento da média complexidade. Agora, da alta complexidade não  
2533 houve essa conversa junto do Estado, da implantação do serviço de alta complexidade,  
2534 agora da média complexidade a gente acompanha e temos os dados de violação de  
2535 direitos dentro dos CREAS regional. Realmente Morada Nova oferta o CREAS regional  
2536 nessa lógica antiga que são os 4 que ainda existem no Estado, que vão passar por  
2537 reordenamento agora. **LEZIANE MP**– realmente na discussão do regionalizado a situação  
2538 se deu da seguinte forma Denise. Uma dessas crianças, que é o caso mais grave de 7  
2539 anos com violência, foi entregue à promotoria, estava na frente do promotor e quando  
2540 inclusive nós fizemos até ponte na época para falar com a gestão, e a gestão,  
2541 simplesmente, falou que o problema não era dela. Não tinham condições e montar o  
2542 abrigo, e não tinham condições de acolher aquelas crianças, e quando a Dra Andréa  
2543 fomos fazer todos os levantamentos, descobrimos que não era só esse caso, só nessa  
2544 família eram 7 casos de crianças sendo abusadas, e saímos daqui, fomos a Morada  
2545 Nova, ficamos dois dias lá e pactuamos o pacto com os dois prefeitos do que seria  
2546 possível para Biquinhas fornecer. Fizemos análise dos orçamentos dos dois municípios,  
2547 porque eles não conseguiam encontrar soluções. Foi com análise de orçamento que o MP  
2548 fez o CAU da infância que chegou de onde teriam como abrir a unidade de acolhimento, e  
2549 terem um folego de um ano pra conseguir manter ela, que é até final de 2015, mas era a  
2550 saída que tínhamos das crianças não ficarem na praça, dentro da promotoria que é onde  
2551 elas estavam. **SIMONE** – primeiro quero dizer o seguinte. Que nós vamos lá com vocês  
2552 também. Não dá pra. Não. Manda ofício, o TAC, pra gente conhecer. Nós, claro que a  
2553 gente vai lá e nós vamos tentar achar a melhor solução. Agora, será que cabe esse ofício,  
2554 então? Tá estranho. Muda o cenário completamente. Ainda bem que trouxemos esses  
2555 ofício pra cá. Não pode fazer consideração. Agora eu estou falando Lúcia, o seguinte.  
2556 Deixa eu explicar melhor. Uma coisa é a regra, estamos discutindo a regra e o modelo, e  
2557 me parece que foi colocado aqui é que o MP não achou outra saída, ele podia ter feito  
2558 outras coisas. Eu sei que você vai, né Lúcia? Podia ter chamado o Governo do Estado e  
2559 falar - vem cá responsabiliza aqui, mas não foi isso que fez. Eu acho que não foi, mas fez  
2560 alguma coisa. Tirou os meninos e protegeu os meninos, e isso é importantíssimo. Me  
2561 responsabilizo com os conselheiros de que a gente vai lá e ver a situação, e também  
2562 vamos nós ater com essa situação e não deixar as coisas só na responsabilidade dos  
2563 municípios e o Estado tem que entrar na oferta e no debate e na discussão da violação  
2564 dos direitos, mas acho que essa é a grande questão. Mas não sei se cabe o ofício.  
2565 **VOLNEY**- bom, a SEDESE indo a essa visita gostaria de referendar que a referência em  
2566 saúde mental da Secretaria de Estado da Saúde, fosse também comunicado, porque todo  
2567 técnico da cidade tem uma referência técnica em saúde mental em BH. Então acho viu,  
2568 Simone, que esse convite pudesse ser. Pois é, olha só. Eu acho muito interessante, que  
2569 vá a pessoa, que é a referência técnica em saúde mental. É um caso de incesto. Se for  
2570 necessário, não sei, só estou adiantando aqui, o Hospital das Clínicas tem um  
2571 ambulatório de caso de incesto, porque é uma situação complexa, muito difícil, e eu  
2572 entendo que não basta apenas retirar as crianças. Essa família precisa ser trabalhada.  
2573 **LÚCIA** – só antes, eu queria fazer umas considerações aqui, é deixou muito claro para os  
2574 colegas conselheiros aqui que nesse aspecto sou pra lá de radical, eu não considero  
2575 abrigo proteção. Pra mim não é proteção, tá certo? Tem uma infinidade de outras  
2576 discussões, de serem feitas, antes de concordar que uma unidade de acolhimento seja



2577 criada para o que for. Por que, gente! A gente discute isso a anos. E acolhimento ela  
2578 revitimizada, a vítima, a criança. A criança já foi abusada, desrespeitada, ela já foi tudo e  
2579 aí ela vai para o abrigo, entendeu? Ela é retirada de todos os vínculos da comunidade, e  
2580 pororó. Estava comentando com a Marta, obviamente não foi de abuso, foi de outra  
2581 situação, mas eu tinha o seguinte, até agora entrando na outra questão que objetivamente  
2582 é o direito dos custos e dos benefícios inclusive, eu tenho casa, lar, tenho abrigo, com  
2583 suficiência de vagas, estou com 15 vagas ociosas, pelo trabalho feito com a básica e com  
2584 o CREAS, mas é cotidiano, e tenho uma pessoa da alta complexidade que fica no  
2585 calcanhar do técnico da instituição, do técnico do CRAS, deixamos de saber, o povo tem  
2586 que andar, é direito da criança e então ela vai ter, que eu coloco para minha equipe que,  
2587 em 90 dias teve que internar, em 90 dias eu quero uma solução para essa criança, você  
2588 se virem porque 90 dias é um dano muito sério, sobretudo pela faixa etária. Agora, eu  
2589 tinha um dano muito sério em uma família, que a mãe foi presa. 10 irmãos. Uma criança  
2590 abrigada minha custa 3 mil reais mês. Porque é padrão A, padrão FIFA, primeiro mundo.  
2591 Então eu ia ocupar uma casa lar, com 10 crianças, porque são 10 irmãos. Olha que legal,  
2592 eu tiro os 10 da casa dele, da comunidade deles, passo a viver com dois assistentes  
2593 sociais, com psicólogo, coordenador, cozinheira, e boa. O que estou oferecendo para  
2594 esses meninos? Ai, nós fizemos meio na marra, a família subsidiada, o CREAS, o CRAS,  
2595 foi atrás, descobriu as tias, tios, descobriu todo mundo e reúne, e articula e forma lá, os  
2596 tios mudaram de casa, arrumaram outra casa para caber todo mundo. Agora do ponto de  
2597 vista da gestão, sabe quanto custa 1800 reais mês. Entendeu? E eles estão muito bem,  
2598 todas as necessidades, estamos monitorando semanalmente, eles tem o afeto da família,  
2599 eles estão na comunidade, nas mesmas escolas, tudo aquilo que é direito. Então acho  
2600 que a gente precisa sensibilizar muito os promotores, que eles não estão errados  
2601 absolutamente. Aí vai a questão da correspondência sabe, Simone. Se lá tem um CREAS  
2602 regional, porque ele não funcionou? Porque que o CRAS não funcionou? Porque o  
2603 conselho tutelar não funcionou? Tem um monte de responsável nessa conversa ai, e  
2604 quem vai pagar o pato são os meninos, quem vai ficar revitimizado é a criança. Então eu  
2605 só queria deixar claro aqui que eu acho que a nossa conversa com os promotores precisa  
2606 ir nessa direção. Eles tem que entender a política de assistência, tem um sistema e que  
2607 todo mundo tem um papel nisso ai, inclusive eles e agora essa não é a melhor solução. E  
2608 tem um monte de gente para eles responsabilizarem antes, só de dizer eu não sei os  
2609 detalhes do caso, e estou falando em tese, mas eu fico só preocupada de que sim, que  
2610 tenha um, dois ou três, e o resto não funciona. Na medida que tem um abrigo, bem! Se  
2611 tiver 7 vagas você vai ter 10 candidatos, se tiver 15 vai ter 20. A lógica na cabeça de juiz e  
2612 promotor vai ser essa. Entendeu? Abrigar tira o problema de cima da mesa e não é  
2613 problema deles mais. **LEZIANE MP**– Não vou entrar nessa seara aqui, porque é uma  
2614 discussão, ainda mais eu que tenho a pratica de acolhimento. A questão de Morada Nova  
2615 é bem especial e chocou a gente bastante e, inclusive, tem processo criminal  
2616 acompanhando os casos dessas crianças, que estão acolhidas. Não é só um processo de  
2617 medida protetiva, tem um processo criminal devido ao abuso sexual. Então, foi uma  
2618 questão bem mais séria e uma dessa crianças estava em outro município, a quase 200  
2619 km de distancia, pingando igual bolinha de pingue-pongue de abrigo para abrigo. Essa  
2620 decisão foi exatamente que voltasse para a cidade dela, quando o conselho tutelar de  
2621 outro município entregou na porta da promotoria e deixou lá, e foi embora, e isso que é da  
2622 região. Foi nesse cenário que aconteceu. Só pra esclarecer isso, a Dra. Paola já havia

2623 deliberado lá e inclusive foi essa semana, viu Simone, de encaminhar ofício, na época  
2624 quando eu discuti esse caso pra ela, eu fiz essa proposta de chamar a SEDESE para  
2625 discussão, não que a gente não chamasse, que a Tereza está aqui e a Isabela a gente  
2626 chama também, mas esse caso foi mais para o final do ano, se eu não me engano,  
2627 outubro e novembro, que já estava em uma questão delicada no orçamento que não  
2628 adiantava essa questão de levar a SEDESE naquele momento, e naquele momento  
2629 achamos por bem ir na reunião com os dois prefeitos, devido a urgência, mas todos os  
2630 casos a gente sempre foi pactuado e discutido com a SEDESE, pelo menos o ano  
2631 passado, que eu me lembro sempre foi. Com relação à presença da saúde é importante  
2632 porque o CAU pessoalmente tem dificuldade com isso, e a Tereza pode lembrar que  
2633 deslocamos daqui a Curvelo, né Tereza? pra fazer reunião que estava todo mundo, e não  
2634 estava a regional da saúde que não vai, não respondia CAU, e por fim, não adianta ficar  
2635 insistindo, a gente convida quem sabe a SEDESE, chamando, tentando articular tudo, a  
2636 saúde apareça lá. Nas reuniões, todas que a SEDESE foi, todas que o CAU chamou e a  
2637 saúde era chamada e as saúde não estava presente. **LÚCIA** – em 2008, a Marta, da  
2638 saúde, vai lembrar em função da discussão do abuso e da exploração sexual foi chamado  
2639 o seminário, que representantes de CAPS e outros seguimentos de saúde mental, da  
2640 secretaria de saúde, nós fizemos um seminário que foi até na sede da Associação  
2641 Médica, para discutir, exatamente, a necessidade da saúde de qualificar os profissionais  
2642 para trabalhar com abuso, em situações de abuso e violência sexual, porque são  
2643 questões de alta complexidade. O fato de terem feitos concursos para a saúde, o fato de  
2644 serem psicólogos, assistentes sociais, não estão preparados, e essa é uma realidade que  
2645 eu tenho, mais de um caso desse tipo de situação de crianças abusadas, e é muito difícil  
2646 você encontrar um profissional da saúde qualificado para não piorar o quadro, porque  
2647 pode piorar, porque se a intervenção for inadequada pode piorar bastante, e sabemos que  
2648 se o tratamento não for eficaz, significa reprodução do ciclo, porque quando a Lisiane fala  
2649 de três gerações, estamos falando de reprodução. Mas a nossa companheira da saúde  
2650 não está mais aqui agora, mas precisamos, urgentemente, pautar essa questão. Se a  
2651 proteção está conosco do ponto de vista da guarda, o cuidado principal é do campo da  
2652 saúde. É uma discussão que precisa pautar com a saúde com uma certa urgência, não  
2653 adianta ter só abrigo. Esse tipo de solução pra gente não será suficiente. **SHIRLEY**- bom!  
2654 No caso a primeira consideração, a insistência em ter essa questão da data e trabalho na  
2655 ponta eu sou técnica do CREAS e vejo exatamente essa exigências que foram colocadas  
2656 aqui. Só pra ilustrar, por alto, enquanto estava por alto na plenária, a minha coordenadora  
2657 estava acompanhando um caso extremamente parecido. A mãe teve um surto psicótico,  
2658 são 10 crianças pequenas e a mais velha de 13 anos está grávida, e a saúde se negava a  
2659 acompanhar, porque ela estava acompanhando a família na policlínica e a saúde no  
2660 município não tem um médico, um CAPS, não tem psiquiatra, e essa questão é urgente  
2661 realmente. Quer dizer, além disso, onde entra a questão do MP. Todas as vezes que é  
2662 informado ao MP existe o costume de remeter de volta ao CREAS querendo que façamos  
2663 estudo social, então, antes de mais nada, temos uma orientação que veio do MDS, que  
2664 deixa claro as atribuições do CRAS e CREAS, que não faz esse tipo de serviço. Inclusive  
2665 protocolo de intenções deixa claro que quando o CREAS faz este tipo de relatório ao MP,  
2666 ele só pode informar quais são as intervenções feitas, até em questão da ética e do sigilo.  
2667 Então tentamos informar de todas as formas possível, enviamos relatórios, mas não está  
2668 funcionando, por isso é importante ter esse contato com o MP, no sentido de esclarecer

2669 essa funções e ter a questão da saúde, já que ela foi tocada e realmente é algo gritante. A  
2670 saúde não tem assumido seu papel como política pública, tem sobrecarregado a  
2671 assistência, porque temos o histórico de que não sabia o que era que tudo cai na  
2672 assistência. Agora temos uma legislação clara e precisa, que deixa clara as atribuições e  
2673 eles não querem reconhecer esse papel e essa discussão está difícil de abrir. Então,  
2674 talvez estando em outro âmbito que não seja só municipal, fica mais fácil. Obrigada.  
2675 **DENISE**– só uma questão de encaminhamento e ordem. Da complexidade dos casos, se  
2676 nós formos abrir, teremos casos concretos de todos nós aqui. A questão é outra. O que  
2677 discutimos lá traz é outra. Tinha um TAC que foi elaborado e pensado, tendo como  
2678 subsidio a resolução do CEAS, e que naquele momento de realização do TAC, ela disse,  
2679 ela foi por um caminho que a resolução não apontou, que foi a ausência do Estado e seu  
2680 papel naquela solução ali. Deixou e responsabilizou a situação concreta e efetiva para os  
2681 municípios. E a nossa preocupação foi se daqui para adiante a questão foi se o MP  
2682 poderia continuar se utilizando da 466, dessa forma equivocada, não convocando o  
2683 Estado para ser a terceira pessoa, pra sentar no TAC, pra deliberar. Foi essa questão  
2684 sabe Lisiane, para deixar claro, a situações em si nem são alvo de conversa e de  
2685 reflexão, sabemos exatamente da complexidade da situação. A questão é outra - é que a  
2686 466 não aponta a ausência do Estado nessa situação. O Estado ficou de fora dessa  
2687 negociação, e coube ao município abrir executar e está lá, não sabe se vai ter dinheiro e o  
2688 TAC vai até o final de 2015, mas vai ter que cumprir. Enfim, e o que temos que deliberar  
2689 agora, o ofício, o conteúdo desse ofício, foi pensado para alertar os dois promotores com  
2690 relação a essa situação. Se a situação está dada, está concreta, isso que esse conteúdo  
2691 está pensando perde o sentido, mas não perde, e não seja para esses dois promotores,  
2692 mas não seja com esses dois promotores, mas com a Dra. Paola, a pauta para a gente  
2693 discutir essa situação específica, da regionalização, do processo de criação de TAC, para  
2694 efetivamente abrir serviço de acolhimento institucional. Talvez essa seja a nossa  
2695 deliberação, o caminho para a nossa deliberação no momento. Então essa é a proposta.  
2696 **LEZIANE MP**– só de novo esclarecendo, quando foi pensado, não foi desconsiderando o  
2697 que estava na 466 não, até porque a Dra. Andréia, o que a Dra. Andreia pensou, e eu  
2698 posso falar porque estava junto e acompanhei todo esse caso junto com ela, e que os  
2699 municípios seguissem o que estava na resolução, todos os critérios do IDCRAS, todos  
2700 aqueles pontos que estavam na resolução, e a gente acompanhasse tudo aquilo ali e  
2701 então iria fechar um TAC com um prazo bem extenso, e o TAC está, inclusive, com a  
2702 resolução para se ater que aquela situação deveria ser renegociada com o Estado.  
2703 Entrando o Estado na discussão, só que naquele momento não tinha condição de fazer  
2704 isso, não estava desconsiderando a questão do Estado não, ela estava alertando  
2705 exatamente o promotor local da ponta, o promotor quando fez o TAC, quando a Dra  
2706 Andreia foi assessorar o promotor local não fizesse fora a 466, e que se realmente  
2707 conseguisse depois trazer essa discussão, pra que não continuasse desse jeito. Pra que  
2708 exatamente sentasse Estado essa questão da regionalização, que foi feita  
2709 emergencialmente, mas o intuito não foi desconsiderar 466 não, pelo contrário, foi no  
2710 entendimento de considerar. **PATRICIA**- gente, a gente só vai ter duas inscrições que é a  
2711 Simone e Volney, e a gente encerrar, tá bom! **SIMONE** – só lembrando aos conselheiros  
2712 que essa pauta está na comissão da CIB, esse assunto tem que ser resolvido entre  
2713 gestores primeiro, é claro que o conselho está lá, Volney está na Comissão Bipartite, nos  
2714 temos que levar para a Câmara técnica para debater o assunto, estamos com a

2715 participação, já convidamos o MP para participar também da Câmara técnica, mas é claro  
2716 que o plano de regionalização, ele vai requerer da gente muita coisa, inclusive avaliar a  
2717 resolução do conselho à luz das diretrizes regionais, avaliar a realidade do Estado de MG.  
2718 Eu quero também que no plano de regionalização, tem que ficar claro qual é o papel do  
2719 SUAS, no MP, o MP no SUAS ele diz interna e ele não diz interna onde. O SUAS ele diz,  
2720 acolhe e protege em abrigo. Além de dizer, diz como protege, diz quem financia e tudo.  
2721 Mas o MP faz isso por que?, porque o SUAS é omissivo. O sistema é omissivo, nanico,  
2722 omissivo medroso, tacanho. O SUAS tem que se posicionar claramente. Qual que é a  
2723 posição dos gestores do SUAS, quando o MP pede, pede pelas crianças? Eu tenho visto  
2724 isso. O vexame da institucionalização no Brasil na verdade é o MP dizer, gestores  
2725 cumpram o seu papel, é uma coisa impressionante, cumpra o papel o dever de proteger.  
2726 Então vamos ter que fazer, sentar rápido com o MP, fazer um protocolo com fluxos e  
2727 procedimentos, discutir isso na Câmara técnica, qual vai ser o fluxo e procedimentos, a  
2728 nossa ideia e uma delas já foi posta lá no MP, já conversou sobre isso, já disse ao MP  
2729 que vai conversar e vamos fazer o protocolo, então é porque eu sei e temos previsão de  
2730 fazer essas coisas e está no planejamento, e concordo com a Denise sim, nós queremos  
2731 avisar isso ao MP, não responsabilize mais os municípios, não siga o que diz essa  
2732 resolução, por enquanto é só isso. Ela está sob avaliação dos gestores e do conselho. A  
2733 questão é essa, a gente tem que ver se o ofício ela condiz com isso. Acho que é essa a  
2734 questão: se não condiz é melhor refazer o ofício. **VOLNEY**- senhora presidente, eu posso  
2735 fazer o encaminhamento, pois o caso de Morada Nova é gritante e já se passaram 90  
2736 dias, e vamos falar mais 30, 40, 50. É um caso concreto aí, já temos sugestões de  
2737 encaminhamento e precisamos de encaminhar, porque discutir a 466 depois, gente! Num  
2738 outro momento. Precisamos de um encaminhamento, porque o caso de lá é grave. Sim,  
2739 pois é, podemos dar encaminhamento então. Sim, pois é, podíamos dar o  
2740 encaminhamento. E pra visita. Qual é o encaminhamento para visita? E quem vai à visita  
2741 então, SEDESE, Saúde, vai algum conselheiro junto, é necessário? Sim! Haha. **MARIA**  
2742 **ALVES** – já. Então, como o próprio Volney estava dizendo, até queria parabenizar Denise  
2743 pela ordem. Acho que argumentar e falar do processo que eles nos convoca a se  
2744 indignar, ficaremos debatendo a tarde toda. Acho que o primeiro ponto de  
2745 encaminhamento é, então a gente, esse ofício se desfaz no conteúdo e refaz o conteúdo  
2746 de acordo com o debate e orientação que a gente já foi falado aqui, inclusive com o que a  
2747 Simone acabou de reafirmar, isso fica certo? **DENISE**– E a destinação muda também.  
2748 Destinação do ofício. **MARIA ALVES** – sim. Uma outra coisa, além de direcionar a  
2749 situação do ofício, a gente está com a proposta de fazer a visita, inclusive mudou o  
2750 contexto, porque o que o MP estava questionando que a SEDESE não teria participação,  
2751 ela já se colocou, e fazendo a visita, no caso a SEDESE ir, e acho que aqui a gente pode  
2752 definir, aqui algum conselheiro quer fazer a visita junto pela estadual? Por que o Volney  
2753 questionou. Outra pergunta então, vocês entendem se a Simone, e mais alguém da  
2754 SEDESE, está indo já está representando? Então, o encaminhamento está fechado. Mais  
2755 algum encaminhamento que eu não lembrei e ficou pendente? **SHIRLEY**–  
2756 encaminhamento da saúde. **MARIA ALVES** – sim, que ficou a proposta que a SEDESE  
2757 articule com a saúde, porque acho que é interessante mesmo a SEDESE deveria. Sim! O  
2758 que acho que a gente deveria poderia sim propor isso no conselho de saúde, e lá na  
2759 frente, se for necessário, tachar propondo essa discussão toda. Entendeu? Que eu acho  
2760 que é bem pertinente. Acho que em relação a essa discussão, é isso. Agora estava

2761 conversando com Patrícia, e passar para outro ponto. Nós discutimos pensando no ofício,  
2762 mas a ação do conselho a gente não consegue ver algo palpável, acho que a gente tem  
2763 que pensar nisso, por mais que a SEDESE está indo, que foi um dos encaminhamentos  
2764 tirados aqui, a discussão é tão complexa que o conselho se vê em condições meio  
2765 abstrata. Você reparou, eu fiquei observando nosso papel nessa posição. Essa situação  
2766 não existe só lá. Lá é o caso que o MP está atuando e fez com que o MP chegasse até  
2767 nós. Mas isso existe em muitos lugares, temos municípios que violência doméstica é bem  
2768 isso que ela colocou, temos casos que é ardentemente gritante, mas agora a gente já  
2769 fechou as inscrições, um minuto. **RONALDO** - é só colocando que a presidente acabou  
2770 de colocar, daqui a pouco não tem nem porque regionalização. Daqui a pouco não tem  
2771 nem regionalização, tem abrigo em todo município. Nos 853 porque acontece em todos.  
2772 **MARIA ALVES** – to achando que temos que levar esse tema para oficina, para  
2773 pensarmos em momentos específicos para esses fins, mas precisamos realmente  
2774 aprofundar sobre isso. Agora vamos para o próximo ponto de pauta. Ufa! É para o  
2775 próximo ponto, sim, pois não! **HERMELLIS**– o próximo ponto da discussão das comissões  
2776 temáticas. Pelo adiantado da hora, 17:53, eu proponho às comissões encaminhamento,  
2777 suprimir da fala o planejamento, a apresentação do planejamento e a secretaria executiva  
2778 fazer uma compilação e apresentar próxima plenária. **MARIA ALVES** – alguém quer  
2779 contrapor? Shirley. **SHIRLEY** – inclusive nosso planejamento prevê reunião com outras  
2780 comissões para a próxima, aí teria que perguntar ao restante das comissões se concorda.  
2781 O nosso planejamento propõe reunião com a comissão de norma, orçamento. **MARIA**  
2782 **ALVES** – a gente trás só este ponto de pauta? Sim! Tá, vai apresentar o planejamento  
2783 trazendo só este ponto de pauta. Sim! Então podemos ser isso. Então quem vai assumir e  
2784 apresentar. Orçamento na ordem. **ISABELA** – gente, vou tentar ser bem objetiva, primeiro  
2785 ponto de pauta que a comissão discutiu, foi com relação a prestação de contas do 4º  
2786 trimestre de 2014, a comissão tinha pedido esclarecimento a SEDESE e a comissão  
2787 entendeu que não foram suficientes, e aí ficou como encaminhamento. **MARIA ALVES** –  
2788 pessoal, só um minutinho. A ideia é que a gente faça o encerramento mais rápido breve  
2789 possível, mas é preciso que todos colaborem, ok! **ISABELA** – e a gente discutiu alguns  
2790 pontos para serem retificados pela SEDESE. Ai foi em relação a qualificação de RH, que  
2791 é solicitar uma retificação da justificativa, porque a Nilce falou que tínhamos que falar de  
2792 todos os encaminhamentos. Eu posso falar de forma geral, que, ou vocês querem cada  
2793 ponto que pediram retificação, ou a gente pode deliberar só os pontos que pediram  
2794 retificações. Pode ser? Então tá. A comissão, depois da análise detalhada. pediram  
2795 algumas retificações. É pode ser? Todo mundo concorda com esse encaminhamento, vai  
2796 ser encaminhado pela comissão, o pedido de esclarecimentos à SEDESE. Ok! O segundo  
2797 ponto foi em relação ao ponto discutido na plenária passada, em relação á necessidade  
2798 de capacitação para procuradores do município. É foi um tema que surgiu na plenária  
2799 passada e tinha entrado como ponto de planejamento da comissão de normas e a gente  
2800 entendeu que a capacitação não vai entrar como um ponto de planejamento nosso, é  
2801 porque a SEDESE já tem planejado uma série de capacitações orçamentárias e  
2802 financeiras tendo em vista que é um ano de conferências e já tem todo um planejamento  
2803 da comissão de apoio, junto às URCMAS, vai ser mais uma sobreposição de ações o que  
2804 a gente está sugerindo é recomendar a SEDESE que as ações de capacitações de  
2805 gestão orçamentária e financeira do SUAS inclua a participação de procuradores e  
2806 controladores municipais e que haja um envolvimento na medida e nas ações de modo

2807 geral com parceria com o MP, inclusive já tem sido encaminhado no sentido de  
2808 recomendação para atender o que tinha sido discutido na plenária. Seria também um e-  
2809 mail o Nilce, que mandaríamos para a SEDESE para essa recomendação. **NILSE** – eu  
2810 entendo que uma comunicação oficial da secretaria executiva. Ofício mesmo. **ISABELA** –  
2811 ofício para a SEDESE com a comunicação. O terceiro ponto que era o planejamento vou  
2812 me ater o que é mais específico, estávamos pensando para a plenária seguinte se bem  
2813 que mesmo nosso dá para discutir na próxima plenária, estávamos discutindo sobre o  
2814 PPAG, e a comissão de orçamento está com a proposta de elaborar um instrumental para  
2815 ser utilizado por todas as comissões para serem auxiliar na elaboração do PPAG do  
2816 CEAS, esse planejamento do CEAS para os próximos 4 anos, vamos construir esse  
2817 instrumental na reunião de abril e apresentamos para você e acho que aqui não há  
2818 nenhum prejuízo e na próxima plenária o conjunto dos conselheiros aceita ou não o  
2819 instrumental. É o cronograma precisa ser hoje. O segundo ponto que precisa ser hoje,  
2820 seria uma solicitação, um ofício a ser encaminhado à SEDESE solicitando o cronograma  
2821 de elaboração da LOA de 2016 e PPAG de 2016/2019 e informações que vai subsidiar  
2822 que seria a estimativa dos 3% do IGDs SUAS e bolsa família para o próximo quadriênio e  
2823 esse ofício seria definindo um prazo até 15 de maio para a SEDESE encaminhar as  
2824 informações. Seria mais ou menos no sentido que foi feito nos anos anteriores. A  
2825 SEDESE manda um cronograma quando será elaborado pelo órgão gestor, quando  
2826 caberia a discussão no CEAS, quando será encaminhado à Assembléia Legislativa, seria  
2827 isso. é o terceiro encaminhamento seria também em relação ao fundo que seria uma  
2828 questão que a gente já adiantou um pouco hoje, é que a gente ficou pensando como que  
2829 o CEAS poderia ter alguma forma de atuação, intervenção frente a situação do fundo que  
2830 vai extinguir a fonte de arrecadação dos fundos. A gente discutiu que o fundo tem um  
2831 grupo coordenador e o grupo não se reuniu no ano de 2014. Então o CEAS faz parte dele  
2832 como conselho de outras políticas e várias secretarias de Estado, tem SEDESE, mas tem  
2833 também segurança alimentar, da CEPA de agricultura e pecuária e tem outras secretarias  
2834 envolvidas, a nossa sugestão é encaminhar ofício à SEDESE e SEPLAG que é o órgão  
2835 gestor do fundo, manifestando a preocupação do CEAS com a extinção da taxaçoão  
2836 tributária, sobretudo os recursos do FEM previsto para dezembro de 2015 e solicitamos a  
2837 imediata retomada de reuniões do FEM, porque entendemos eu o lugar para discutir isso  
2838 dentro do governo e cobrar providencias seria retornando a reunião do grupo coordenador  
2839 do FEM e ver a atitude do governo frente a essa previsão de extinção dos recursos. A  
2840 gente coloca para deliberação da plenária. **MARIA ALVES** – antes de colocar em  
2841 deliberação alguém quer se manifestar e questionar. Tudo sobre controle. Tá todo mundo  
2842 concorda com o que a conselheira Isabela acabou de ler, considera aprovada! bora para a  
2843 próxima comissão. Política! **SHIRLEY** - bom! É para ler todos os pontos primeiro e depois  
2844 deliberar, ponto 1 análise das deliberações da 10º conferência estadual de assistência  
2845 social. A comissão discutiu e chegou a conclusão que o nosso maior entrave hoje para  
2846 poder apreciar isso e fazer essa análise e ter um bom resultado seria a construção de  
2847 uma metodologia. Então mudamos o olhar e a análise nós optamos por fazer capacitação  
2848 proposta. Conjunta das comissões com facilitador na modalidade oficina. Bom durante a  
2849 reunião da comissão descobrimos que tem uma resolução do conselho nacional n. 8 de  
2850 15/04/2014, que regulamenta o funcionamento de uma comissão de monitoramento das  
2851 deliberações das conferências nacionais de assistência social,, nessa resolução existe  
2852 inclusive no artigo 7º a proposta de capacitação por parte dessa comissão e foi hoje que

2853 ocorreu solicitar que venha alguém dessa comissão do conselho nacional para nos  
2854 capacitar nesse sentido. É deixa eu ver onde eu parei aqui! Tá, para realização da oficina  
2855 o CEAS deve convidar a comissão de monitoramento das deliberações da conferência  
2856 nacional de assistência social, para orientar e subsidiar o conselho estadual com  
2857 instrumental de monitoramento e avaliação sobre as deliberações das conferências de  
2858 assistência social, conforme estabelece artigo 6 e 7 da resolução n. 8 de 2014. A segunda  
2859 deliberação ligada este ponto, ao final das oficinas criar uma comissão específica para  
2860 monitoramento das deliberações como inclusive o próprio conselho nacional fez, a  
2861 terceira construção da metodologia para aferir o cumprimento das deliberações, já foi  
2862 falado disso aqui hoje e a entrega do produto para a comissão organizadora até setembro  
2863 de 2015, então seria a proposta de realizar este trabalho todo e aí sim a análise poderia  
2864 ser feita para entregar a comissão organizadora até setembro de 2015. Ponto 2 análise de  
2865 planejamento da comissão, vamos pular, ponto 3 busca estratégia de participação dos  
2866 usuários no conselho. Após a discussão de que esse ponto tem que ser trabalhado junto  
2867 com a comissão de apoio por isso propomos que seja marcado na próxima reunião das  
2868 comissões das 13 às 14:30 hs uma reunião de comissões para que discutimos esse  
2869 ponto, e em seguida cada comissão irá fazer esses pontos específicos. O quarto ponto  
2870 relatório final para o projeto portas abertas 2013/2014 medidas sócio educativas em  
2871 aberto, Legislação Lei 8069/93, Federal 12594/12, resolução CNAD 47/2012, bom após  
2872 apreciação desse documento, chegamos a conclusão de que ele seria uma como se  
2873 fosse uma explicação mais detalhada de uma parte de como seria um relatório de gestão  
2874 de como seria este trabalho de portas abertas e chegamos à conclusão. Levantamento  
2875 das normativas do CEAS do projeto portas abertas, considerando cooperação técnica  
2876 entre vários órgãos inclusive o CEAS, com objetivo de expandir e qualificar a política de  
2877 atendimento socioeducativo em aberto. Identificar com a secretaria executiva quais os  
2878 motivos que a secretaria precisa para levar à plenária sobre essa temática, sentimos falta  
2879 de mais informações para lidar com isso e julgar de uma forma realista, foi apresentado  
2880 um documento que não sabemos qual é a meta, proposta, foi muito antes de estarmos no  
2881 conselho e que não teríamos dados suficientes para isso que fosse apresentado mais  
2882 dados e inclusive a legislação pertinente para que possamos apreciar o documento. No  
2883 ponto 5 o relatório de gestão 2014 a comissão definiu prazo de julho de 2015 para  
2884 apresentar o parecer sobre o relatório de gestão de 2014, já pensado que caso seja dada  
2885 essa capacitação dada pelo conselho nacional, a gente já teria alguma coisa para  
2886 aproveitar na apreciação do relatório de gestão. Ok seria isso obrigada. **CONSOLAÇÃO** –  
2887 só uma observação no ponto 1, porque quando fala de capacitação, aquela comissão que  
2888 fala sobre as deliberações nacionais, só queria fazer uma sugestão que no lugar do  
2889 conselho nacional pudessem por exemplo chamar a professora Eleonora, que tem toda  
2890 uma fala sobre isso, que tem uma participação e acompanhamento de conferência, que  
2891 pudesse talvez está facilitando a discussão da comissão, e porque eu entendi pela  
2892 capacitação e talvez ser mais proveitoso para a comissão talvez está trazendo do que  
2893 chamar alguém do conselho nacional, nesse sentido. **SHIRLEY**-você poderia explicar pra  
2894 gente quem é essa professora. Porque não conheço. **CONSOLAÇÃO** – Eleonora  
2895 Esquetino é uma professora da UFMG, que trata essa questão de conselho e tem um  
2896 estudo sobre isso e os alunos dela e acompanha toda essa questão de conselho da  
2897 assistente social, já foi conselheira estadual, tem experiência muito grande nisso, já  
2898 colaborou conosco em relação às conferências. A questão de representações, uma série

2899 de coisas, acho que ela inclusive estava e foi convidada para a reunião do **COGEMAS**. O  
2900 **COGEMAS** conhece e é uma pessoa que pode ter disponibilidade para ela está aqui.  
2901 **SHIRLEY**– essa dúvida no caso é porque é um caso bem específico com as deliberações,  
2902 e no caso ela teria essa expertise. **CONSOLAÇÃO** – no caso é traçar uma metodologia  
2903 para aferir e depois de como acompanhar com certeza ela vai está contribuindo para a  
2904 comissão para isso. É só uma sugestão. **MARIA ALVES** – a Simone e depois a gente  
2905 encerra. **SIMONE** – primeiro quero parabenizar a comissão e acho que é por ai mesmo. E  
2906 quero complementar a proposta e dizer que acho que seria bastante interessante que o  
2907 CEAS fizesse a proposta para o conselho nacional que nas reuniões que eles está tendo  
2908 reuniões descentralizadas com os conselhos estaduais desse uma oficina de  
2909 monitoramento de deliberações de conferência. Ai eu acho que se essa proposta minha  
2910 sou eu que estou propondo aqui. E podemos sugerir e claro acatando a sugestão,  
2911 convidamos a professora Eleonora que é colaboradora do CNAS, não só no tema mas  
2912 como em quase todo os temas que o conselho nacional discute. Seria bem legal. A minha  
2913 proposta seria sugerir ao conselho nacional realizar oficinas, ao concordar a gente  
2914 convida a professora Eleonora. **MARIA ALVES** – a proposta trazida aqui é que a gente  
2915 faça aqui a nossa oficina e convida alguém. E a sua é pautar no conselho nacional faça  
2916 ao invés de nós? **SIMONE** – o conselho nacional já estará em BH, ele vai fazer oficina e  
2917 todas as pessoas que participam deste debate estarão aqui. É porque a ideia é boa  
2918 demais, porque chama atenção dos conselhos de terem monitorado a deliberação de  
2919 conferência, não é só ficar fazendo. E ponto! **MARIA ALVES** – Isabela. **ISABELA** –  
2920 SEDESE porque a segunda proposta já é criar as comissões específicas para  
2921 monitoramento dessas deliberações. Se a gente não poderia aguardar a realização  
2922 dessas oficinas para devido à pertinência. É isso mesmo? Porque ai, a gente não vai  
2923 deliberar já pela criação, vai avaliar isso. **MARIA ALVES** – a comissão concorda com a  
2924 proposta feita pela Simone, consideram-se aprovado as orientações trazidas pela  
2925 comissão de política com o acréscimo feito pela Simone e também de Consolação de  
2926 convidar a professora. E bola pra frente. A próxima normas. **RODRIGO** – É comissão de  
2927 normas é a gente priorizando aqui o ponto 4, precisa passar pelo crivo da plenária, o tema  
2928 é a CPF L renováveis PCH da Boa Vista II a ser implantada no Rio Verde, Município de  
2929 Varginha solicita ao CEAS um parecer sobre a possibilidade de condicionar a Licença de  
2930 Instalação junto à SUPRAM o início das obras à obtenção da autorização do CEAS bem  
2931 como a audiência pública e a instalação do PAS. É a gente ainda para encaminhamento,  
2932 é a gente responder ao empreendedor que solicitação não atende o que dispõe na lei,  
2933 visto que o CEAS não pode emitir parecer para determinar uma condicionante na licença  
2934 emitida pelo COPAM. A atribuição do conselho é aprovar o não o PAS Barragem. E que a  
2935 audiência pública é requisito objetivo imprescindível para aprovação do PAS. Franqueada  
2936 a palavra, dúvidas? Claro, os outros pontos a gente traz nas próxima plenária. **MARIA**  
2937 **ALVES** – então quem concorda levanta o crachá, não sei como se chama isso, considera-  
2938 se aprovada, ninguém se absteve. A próxima comissão é de apoio. **RONALDO** – são dois  
2939 pontos o primeiro tema é a importância de preenchimento pelo gestor do CNEA. Papel do  
2940 CMAS e quais as dificuldades do não preenchimento. Encaminhamento em discussão na  
2941 comissão é identificar os municípios que não realizam preenchimento do cadastro e  
2942 encaminhar e-mail aos conselhos municipais para que haja mobilização junto ao órgão  
2943 gestor para que ocorra o preenchimento procedimento descrito será realizado de 15 em  
2944 15 dias até o prazo final. Ponto 2 é uma denúncia referente ao funcionamento e



2945 composição do conselho municipal de assistência social de Pedro Leopoldo e questões  
 2946 referentes a gestão da política municipal de assistência social. Ele trás vários pontos

2947 quanto a gestão do bolsa família, funcionamento do CRAS, ineficiente, recursos humanos,  
 2948 não tem RH e o encaminhamento da comissão foi envio de ofício ao conselho municipal,  
 2949 solicitando a documentação referente às questões relativa ao conselho, solicitando as  
 2950 atas, a composição do conselho, e ofício à subsecretaria SUBAS, solicitando apuração  
 2951 dos fatos referente à gestão. São esses dois pontos. Submetendo a aprovação da  
 2952 plenária. **MARIA ALVES** – franqueada a palavra, alguém quer esclarecimentos e  
 2953 questionar, podem considerar aprovados? Então considerando aprovado os  
 2954 encaminhamentos e as orientações trazidas pela comissão de apoio. A gente chama a  
 2955 comissão de ética. Tem aqui não? **RODRIGO** – ética e planejamento a gente inclui na  
 2956 próxima plenária. **MARIA ALVES** – a Consolação, então, e a gente. **CONSOLAÇÃO** –  
 2957 quero chamar o estagiário do conselho. Ele criou uma página no Facebook, e queria que  
 2958 ele falasse pra gente. **BRUNO** – a gente organizou e tá tentando estruturar, e já está  
 2959 criando uma página no facebook, e fizemos uma pesquisa, e alguns conselhos estaduais  
 2960 no Brasil já tem e o CNAS já tem. E agora discutindo essa questão das novas mídias, dos  
 2961 territórios virtuais, é um espaço também que o controle social pode e deve ocupar. Então  
 2962 temos uma página para quem, e ai precisa mobilizar para que tenha o maior número de  
 2963 curtidas, e fica mais fácil que o site uma vez que o conteúdo chega com maior tempo,  
 2964 então é [www.facebook/ceasmg](http://www.facebook/ceasmg). Está no início e queremos dar uma melhorada com  
 2965 questões de conteúdos, sugestões são bem vindas e aspecto positivo é o que tem  
 2966 chegado, via facebook, demandas de municípios, e é um veículo interessante de  
 2967 comunicação e as pessoas tem deixado in box com demandas para o CEAS, e é um novo  
 2968 veículo e a gente aposta nessa ideia. **DENISE**– só para em tempos de escassez de água  
 2969 e da preservação ambiental, a gente teve testando copinho. Eu trouxe um pra cada um, o  
 2970 CREAS tem uma garrafinha e pode ficar na bolsa. Aí tem água e guarda os copinhos, tem  
 2971 um pra cada um. **MARIA ALVES** – gente! Pra fechar hoje, eu tenho problema, porque eu  
 2972 sou muito humanista. Queria agradecer toda a equipe técnica do conselho, e me apoiou e  
 2973 me deu suporte, o braço direito. Os meninos da mesa diretora, que saiu, e colaboraram  
 2974 muito na parte da manhã nos orientando. E eu queria que cada um de nós ficasse de pé,  
 2975 déssemos um abraço a quem está ao seu lado e dissesse a luta continua.

Nomes	Entidade/ órgão	Assinatura
Adriana Rocha	SARF/SEAPA	
Ana Tereza P. Macedo	SEAPA	
Denise de Cassia Cunha	CRESS	
Fernanda R. Maia Mendes	SES/MG	
Gesiane Lima Soares	CÁRITAS	
Hermellis Messias Tirado de Campos	CMAS S. F. de PAULA	

Isabela De Vasconcelos de Teixeira	SEDESE	
José H. Righi Rodrigues	SEF/MG	
Júlio Cesar de Oliveira Brum	IMSNS	
Lucia elena S. Junqueira Rodrigues	COGEMAS	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Marta Maria de Castro vieira Silva	SEDESE	
Odette pereira de Souza Santos	CMAS Três Marias	
Patrícia Pinto Valadares	FEAPAES	
Renata vieira	ISJB	
Rodrigo dos Santos	ASSPROM	
Ronaldo Gonçalves de Oliveira	CMAS/JF	
Shirley A. Moreira da Silva	CMAS/ SARZEDO	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Tereza C. Damasceno Gusmão	SEDESE	
Vinicius Quiroga	CMAS/BH	
Volney Lopes A. Costa	PSIMG	

2976